

ANNEXOS À FALLA

COM QUE

O DESENHO. DRA.

DES. HENRIQUE PEREIRA DE LUCENA

PRESIDENTE DA BAHIA

Abriu a 56.^a legislatura

DA

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA PROVINCIAL

No dia 1.^o de Março de 1877



BAHIA

TYPOGRAPHIA DO « CORREIO DA BAHIA »

34—Rua d'Alfandega—34

—
1877

THESOURARIA PROVINCIAL



Thesouraria Provincial da Bahia 19 de Fevereiro de 1877

Illm. e Exm. Sr.



PRESENTO á V. Ex os Balanços da receita e despeza da Provincia relativos ao exercicio de 1875 a 1876, as Contas da receita e despeza do 1.^º semestre de 1876 a 1877, e os Orçamentos para o seguinte exercicio de 1877 a 1878; adiante darei as razões pelas quaes somente agora pôde a Thesouraria cumprir este dever, que lhe impõe o art. 23 § 8.^º do Regulamento de 20 de Julho de 1875.

1875 Á 1876

RECEITA.

Balanço n. 1.—Tabella n. 2.

Para o exercicio de 1875 a 1876 a receita foi orçada em 2.095:937\$627; porém, sendo a renda de 3.104:319\$724, acha-se a favor da receita dita o aumento ou diferença para mais de 1.008:382\$097.

Cumpre notar que se deve abater d'ahi a quantia de 8:000\$000 de movimento de fundos por emprestimo de diversas caixas, e mais 730:000\$000, que estão incluidos na verba—eventuaes—, e que provêm do emprestimo contrahido por emissões ao par, juro de 7 %, e resgatável á vontade do Governo sob a numeração de 7.^a e 8.^a nos termos dos Actos do mesmo Governo, e officios de 18 de Setembro de 1875 e 16 de Maio de 1876, que baixaram em vista da exposição da Thesouraria de 11 de Setembro de 1875 e 10 de Maio de 1876.

Portanto, abstrahidos o movimento de fundos e emissões, importou a renda em 2,366:319\$724, dando-se um accrescimo de—270:382\$097—sobre o orçamento de 2,095:932\$627.

Está entendido, que a renda dita comprehende o que lhe pertencia e se realizou no semestre addicional.

No exercicio de 1874 a 1875 a renda foi de 2,308:330\$949, e por isto se teve de accrescimo a favor da arrecadação feita no exercicio de 1875 a 1876 a quantia de 57:988\$775.

Correndo-se a vista sobre a nomenclatura dos impostos e cifras correspondentes no Balanço n. 1, ter-se-ha o preciso conhecimento do que se refere a cada um dos mesmos impostos e diferenças do que se apurou d'elles para mais e para menos.

De accordo com o Balanço na Tabella n. 2 explicativa da dívida activa arrecadada, se vê ter entrado por esta verba para o cofre da Thesouraria a quantia de 69:107\$071, maior em 3:563\$228 do que foi orçada, e menor em 29:295\$766 do que a recolhida no exercicio anterior.

D'aquella quantia de 69:107\$071 pertence á arrecadação da Capital a de 64:812\$964, e á das Collectorias a de 4:294\$107, mais avantajada n'este exercicio do que no anterior em que apenas se obteve cerca de metade—2:423\$356.

Como se verá pela Despesa, era impossivel que a renda chegasse para satisfazel-a, e d'ahi proveio a necessidade das emissões já indicadas—7.^a e 8.^a—, que servirão para pagar dívidas de exercícios findos, obras publicas, resgate obrigatorio de 110:000\$000 de aplices da 4.^a emissão a 86. juro de 6 %,—200:000\$000 á Estrada de Ferro Central, e outros compromissos da Provincia.

Lembro, que as emissões que figuram realizadas no exercicio, a que se refere o Balanço, foram francas, isto é, não se contractou para elles com

certas e determinadas pessoas ou Companhias, e para a realização do empréstimo foi aceito quem foi chegando á elle.

Convém observar, que o producto da arrecadação do exercício referido de 1875 á 1876 forma-se da quantia de 1,831:651\$557, realizada pela Mesa de Rendas, que tem seu assento na Capital, como V. Ex. sabe, e de 534:668\$167 réis recolhidos pelas Collectorias.

Convém observar também, que em relação ao exercício de 1874 á 1875 a diferença para mais á favor do exercício de 1875 á 1876 na arrecadação da Mesa foi apenas de 704\$592, quando em relação ao de 1873 á 1874 a diferença foi para mais em 205:833\$817.

DESPEZA.

Balanço n. 3.—Tabella n. 4.

O Balanço n. 3 refere ter sido fixada a Despesa para o exercício de 1875 á 1876 em 2,541:002\$638, porém ter-se feito a de 3.066:727\$904, e devendo-se abater d'esta última quantia a de 96:874\$400 de movimento de fundos da indemnização dita no Balanço, vê-se que a despesa real foi de 2,969:853\$504—maior do que aquella fixada em—428:850\$866.

Note-se, que considero fixada a despesa feita com a Estrada de Ferro Central embora não esteja ella incluida no capítulo —Da Despesa— da Lei n. 1560 de 26 de Junho de 1875, por que estava reconhecida como indispensável no Art. 3.^o § 1.^o, visto a expressão—pagamento da prestação devida, segundo o respectivo contracto.

O acréscimo de despesa teve-o a Lei citada como certo e indubitável quando no § 2.^o concedeu ao Governo a extensa autorisação para emitir bilhetes por antecipação de renda ou á contrahir empréstimos para cobrir o déficit.

Nem o podia deixar de ter, mandando pagar os exercícios findos liquidados e por liquidar—Art. 3 § 7—, fazer o pagamento referido á Estrada de Ferro Central, devendo presumir imediata e maior oneração de juros nas operações autorisadas, e creando mais escholas.

Se tomarmos por apanhamento as diferenças para mais nas verbas do Balanço, que se referem aos tres pontos principaes dos 200:000\$000 á Estrada de Ferro Central, exercicios findos, juros e escholas, ter-se-ha só por ahi uma importancia de excesso maior de 320:000\$000 para ser computada no valor das emissões, de que já tive occasião de fallar quando tractei da receita.

Na Tabella n. 4 se explica miudamente como a despeza se fez, e a applicação que teve, e por ella se conhecerá a razão dos augmentos parciaes que se foram dando, e junctos estes de conformidade com o Balanço achar-se-ha um total compensativo d'essas emissões.

Pelo que respeita á Thesouraria e suas dependencias pondera-se, que muito avulta na diferença de 58:860\$434 para mais o aumento de vencimentos decretados na Lei n. 1552 de 23 de Junho de 1875, sem esquecer a porcentagem correspondente á arrecadação e cobrança do debito.

Bem assim avulta a gratificação dada aos Empregados pelo trabalho fóra das horas do expediente de accordo com o Acto ou Regulamento do Governo de 9 de Agosto de 1875 no exame e revisão das contas dos collectores.

Depois que se encetou este trabalho no mez ha pouco mencionado até o presente se tem examinado 211 contas de 30 Collectorias, e vindo o atraso de exame desde o anno de 1866 á 1867, é claro achar-se elle adiantado, e convindo terminal-o, cumpre não largal-o de mão, pois d'ahi também depende grande parte da melhor e prompta arrecadação da renda, porque, como refleci no relatorio, que tive occasião de apresentar em 15 de Março do anno passado, a demora da extração das contas, preliminar da accão do Juizo, anima os contribuintes á que não paguem em tempo, e sobrevenha depois a mudança de logar ou de fortuna do devedor com immediato dano por não haver mais como se faça a cobrança; e não é isto só.

Em quanto não se termina o exame das Collectorias, não se pôde saber da responsabilidade dos Collectores, e os fidadores dos que deixaram de ser com razão se queixam da dificuldade que encontram em retirar suas obrigações, que por muito tempo permanecem em pé com prisão de dinheiro e apólices depositadas, e de bens que deram á hypotheca.

Comparando-se o que se expõe no Quadro n. 10 que adiante se ajunta, achar-se-ha ter-se dispêndido com a gratificação a quantia de 13:144\$973, sendo 8:111\$651 no exercicio de 1875 á 1876, e 5:033\$322 no de 1876 á 1877, para encontrar-se um debito de 213:153\$198, cuja cobrança ainda reduzida á metade conduzirá para o cofre a importancia maior de 106:000\$, no que sem duvida se deve reconhecer grande vantagem.

Para este resultado não se teve melhor meio, pois o expediente, que vêem crescimento sem limites, não deixa aos Empregados tempo para escuzal-o, e é preciso não deixá-lo sem fim: tenha-se em lembrança para depois servir esta ultima observação que fiz—de que o expediente cresce sobre-maneira:—

O trabalho de que tenho fallado não pôde ser commettido á Empregados inexperientes.

1876 Á 1877

ARRECADAÇÃO DO 1.º SEMESTRE.

Conta n. 5.

Na Conta n. 5 se declara ser a renda do 1.º semestre de Julho á Dezembro de 1876 á 1877 de 1,484:382\$673; mas deduzindo-se d'ahi 30:394\$000, de movimento de fundos—dinheiros passados por emprestimo de outras caixas—, e 500:000\$000 —valor de apolices de 7 %, ao par, de resgate á vontade do Governo, das ultimas emissões com o n.º de 9.º e 10.º por Actos e officios do Governo de 17 de Agosto, 18 de Setembro e 28 de Novembro, em seguida ás communicações da Thesouraria de 13 de Setembro, 27 e 30 de Novembro, tudo do anno passado, fica a renda propriamente dita reduzida á quantia de 953:088\$673, menos 30:901\$608 do que em igual semestre no anno anterior.

N'esta diferença para menos, e que affecta ás Collectorias, coube á Mesa de Rendas a quantia de 7:335\$586.

Pelo que toca ás Collectorias não é admiravel a diferença, por que é sempre climatico o anno de eleições, e permittindo a distancia da acção da Thesouraria os descuidos dos Collectores, os favorés que se dão pelo centro da Província á tal respeito muito haviam de concorrer para isto.

Recorrendo-se á Conta n. 5, que acompanhou o precitado Relatorio de 15 de Março, é facil ver em que contribuições se deram as diferenças no produceto da arrecadação.

DESPEZA.

Conta n.º 6.

A despeza realizada importou em 1.313:772\$408, incluindo n'ella os 200:000\$000 á Estrada de Ferro Central—Art. 5.^o da Lei n. 1662, a quantia de 150:000\$000 de juros e resgate que passou para o respectivo cofre, e de 18:000\$000 de movimento de fundos consistente em indemnizações de dinheiro, feitas á outras caixas.

Comparando-se a despeza com a arrecadação do semestre, perguntar-se-ha talvez onde foi ter a diferença de 170:610\$265 á favor da renda; mas a resposta é logo sugerida pela seguinte —esta quantia passou em saldo para o 2.^o semestre do exercicio corrente.

Penso ter logar dizer aqui, de referencia á despeza e meios para fazel-a, não ser difícil penetrar como é mister preparar á tempo fundos para pagar em dia compromissos importantes; o que em um particular passa desapercebido, não pôde correr no Governo sem nota pelo mal que sobrevém da inepcia que apresente.

Devia-se, por tanto, encher a bolsa para satisfazer ao credor da apolice e do juro, e como não havia renda para ocorrer á despeza decretada e aquellas outras para as quaes o Governo se entendeu autorizado, recorreu elle ás emissões que fizeram parte da renda no semestre.

Consinta V. Ex. que n'este assumpto eu veja que um precipicio arrasta outro, e de não ser bem attendida a renda e o actual estremecimento do paiz veio o grande mal da actual divida da Provincia na importancia de 2.810:000\$000, e para cural-o não se achará medicamento que não seja—dispender menos—, e será esta a melhor fonte de renda que posso indicar.

Por iguaes razões ás que apontei quando tractei da despeza de 1875 á 1876, não erro em dizer, que a Lei referida n. 1662 já consignou a certeza de um deficit da renda para a despeza no exercicio á que pertence: á respeito d'esta o criterio de V. Ex. diminuirá vexames, pois quanto áquella não descubro meio para melhoral-a no 2.^o semestre.

Pelo que deve constar na Secretaria do Governo terá V. Ex. as informações precisas para saber como foram determinadas as emissões 9.^a e 10.^a, e que de conformidade com as ordens superiores, arts. 1.^a e 23 § 1.^a do Regulamento de 20 de Julho de 1875, a Thesouraria cumpriu o seu dever: a 9.^a se realizou mediante convite pela imprensa, parte com diversas pessoas e parte com a Sociedade Commercio; a 10.^a foi realizada parte com o Banco Mercantil, Sociedade Commercio e um particular, independentemente de convite ou annuncio, segundo o Governo entendeu mandar, porém uma e outra sem preferencia offensiva nem favor à alguém, e somente à proporção da necessidade de haver dinheiro, e manifestação de pretendentes.

Estou muito convencido de que a determinação do Governo foi precedida por juizo bem formado que fez attendendo ás circunstancias da praça, prevenindo o jogo do commercio, e sem esquecer o interesse da Província.

1877 Á 1878

RECEITA PARA O EXERCICIO.

Orçamento n. 7.

A receita para o exercicio que corre de 1876 á 1877 foi orçada em 2,242:574\$000 e para o exercicio de 1877 á 1878 se calcula em 2,152:588\$282; a base que para isto se tem—é a quē se acha individualizada respectivamente na casa das observações do Orçamento n. 7.

Como se tracta agora da receita, parece ser aqui o logar mais apropriado para se fallar dos impostos actuaes, das alterações que convém fazer se forem conservados, medidas que a practica recomenda, e observações concorrentes á Lei do Orçamento que se hade confeccionar.

A' respeito de taes impostos, e de referencia á considerações offerecidas pelo Dr. Administrador da Mesa de Rendas em 8 de Janeiro d'este anno, e

pelo Dr. Procurador Fiscal no dia 31, sujeito ao elevado juizo de V. Ex. amestrado como já é na administração, as reflexões que supponho indispensáveis.

Fallando dos leilões—disse eu no relatorio de 15 de Março do anno passado, que o imposto sobre elle devia consistir em uma taxa por cada um, e não sobre o producto que dêsse.

A Lei do Orçamento que vigóra, n. 1662, Art. 1.^o § 4, ns. 18 e 19—abraçou em parte a idéa e distinguiu o leilão de bens de raiz, embarcações e mercadorias feito por Agentes commerciaes dos que fossem de outros objectos.

Continham á subsistir as razões lembradas ahí: o Administrador da Mesa informa que os leiloeiros se acastellaram nas mercadorias, e não fazem leilões de trastes em seus escriptorios, vendendo os aliás particularmente, e que dias ha em que todos fazem leilões de mercadorias, cujo imposto na proporção de 1 %, pouco rende, ao passo que distrahe dous, tres e mais empregados do serviço ordinario para fiscalisal-os.

Propõe então, e convenho em que fique o imposto de 10\$000 sobre cada leilão seja qual for o objecto que n'elle se exponha, elevando-se porém á 25\$000 quando for em dias feriados ou sanctificados, porque n'esses dias os leilões são mais rendosos.

Por este modo não haverá mais grade para os leiloeiros levantarem questões no proposito de considerarem mercantil o leilão que fazem embora de trastes e quaes outros objectos que não são propriamente de mercancia.

Permitta V. Ex. reportar-me ao que informei em 28 de Novembro ultimo á cerca de representações dos leiloeiros mencionados.

Se a idéa não for aproveitável, e se quizer conservar a disposição do Art., § e n.^o citados elevando-se o imposto a 1 e 1/2, ou 2 %, seria util determinar-se que ficasse sujeito á pena e á Lei do depositario aquelle leiloeiro que demorasse em si além do prazo designado a quantia que arrecadasse devida pelo imposto.

As Instruções de 2 de Agosto, explicando o n. 17 § 4.^o Art. 1.^o da Lei, entendeu, que o fumo picado ou desfiado vindo de fóra da Provincia estava sujeito ao imposto de 800 rs. por kilogramma; isto não basta, é preciso que o imposto recáia sobre o fumo vindo de fóra da Provincia em rôlo, corda, ou de qualquer outra forma disposto e preparado: com a aquisição e emprego de machinas de maior ou limitadissimo preço é facil illudir a mente da Lei em desproveito da renda.

A expressão—vendido na Província—de que se serviu o dito § n. 36 na imposição de 100 rs. sobre baralho de cartas conviria ser substituída dizendo-se antes—importado—, pois o vendido dispersa discussões no sentido de fraude levadas até o ponto de fictícias exportações.

O Administrador da Mesa suppõe haver desigualdade na imposição por que esta se torna mais pesada de referencia á cartas Portuguezas, que são as que mais se consomem á preço commodo no interior da Província, entretanto que pelas Russas e Francezas se paga o mesmo vendendo-se por muito mais do que as outras; lembra que pelo baralho Portuguez se deve reduzir o imposto á 40 réis.

Não sei se o legislador tão bem quiz diminuir, senão acabar o jogo de cartas: conforme foi e fôr, entrará em linha esta observação para reger a lembrança.

Com-tudo, penso que para se não dizer que se faz favor á manufactura Portugueza convirá reduzir o imposto á tanto por cento sobre o valor das cartas; assim não haverá suposição do favor accusado, e o baralho avaliado em 200 rs. pagará por exemplo 50 rs. á 25 %, ou 100 rs. á 50 %, e d'esta maneira semelhantemente na proporção que se determinar.

Parece poder-se afirmar não haver casa de pequeno negocio em que se não vendam cigarros de outras Províncias e do estrangeiro, imposto n. 35, e então o peso dos 50\$000 diminuirá a importação ou lembrará meios de fraude, se as Instruções de 2 de Agosto, Art. 19—não limitassem á imposição ás casas destinadas *principalmente* á semelhante tráfico.

Na importação o imposto do n. 17 bem pôde ser elevado sem prejuízo da renda, pois não hade ser por isto que o consumo do cigarro e do fumo vindo de fóra terá diminuição.

A desproporção é sempre damnosa, e por este motivo concordo com o Administrador da Mesa em que se restabeleça a disposição das Leis ns. 1246 e 1335 á respeito das casas em que se vendem madeiras estrangeiras, obras de alfaiate, sapateiro, marceneiro e ourives feitas no estrangeiro, n. 9; isto é que aquellas de taes casas em que fôr esse o principal genero de negocio paguem o imposto decretado de 100\$000, e as que não estão n'este caso paguem metade.

O imposto n. 12, de 5\$000 por volume em que pelas ruas se vendem generos não alimenticios deve ser elevado á 10\$000, e á 20\$000 para aqueles volumes em que se venderem obras de sapateiro e alfaiate feitas em paiz

estrangeiro, ou quando o dono do volume não se limitar a vender somente no Município em que tiver pago o imposto, e tirar licença para percorrer outros logares da Província.

Reitero quanto disse no Relatório de 15 de Março ácerca do sello do usufructo: subsistem as razões apontadas alli para que o usufructuario pague de uma vez metade do sello que pagaria se herdasse a propriedade seja qual for a especie dos bens, que recebe em usufructo.

Conviria reduzir á 20\$000 o imposto n.º 10, sobre quem *vende pelas ruas bilhetes de loterias de outras Províncias e de fóra d'ella*: pôde-se saber quem os vende, mas a natural e consequente commiseração dos compradores pelos que andam em tal incumbencia, de ordinario baldos de outros recursos da vida, difficulta a verificação do infractor: reduzido assim o imposto de 200\$000 para o que se indica, será facil que se realize o pagamento da contribuição:

A esperança, senão certeza, do repetido perdão de multas, que tambem é uma verba de receita, complica o trabalho estabelecendo o atraço dos contribuintes: seria bom acabar com semelhante favor, que não tem trazido proveito á renda: o exemplo está em se haver cobrado apenas a quantia de 13:674\$618 de debitos atrasados na Mesa de Rendas no semestre que se findou em Dezembro ultimo com a concessão do Art. 3.º § 1.º da Lei n.º 1662 e Art. 23 das Instruccões respectivas.

Seja lícito repetir o que diz o Administrador da Mesa de Rendas sobre o assucar ensacado em fazenda da Província:

Diz elle:—Em execução do que dispõe o n.º 2, § 2, Art. 2.º da Lei do Orçamento em vigor sobre o assucar ensacado em fazenda da Província, despacharam-se de 28 de Julho (data da Lei) até o ultimo de Dezembro, 64:161 sacas com assucar livres dos direitos de expediente, os quaes importaram em 14:524\$420 que se deixaram de cobrar.

Resta porém saber se este prejuizo, e o que hade soffrer a Fazenda até Julho vindouro, resultará em beneficio das fabricas de tecer, ou em proveito dos exportadores.

Não jurarei que todos aquelles sacos foram de fazenda fabricada na Província, o que sei é—que tem sido elles exportados livres de direitos em vista de certificados dos prepostos das fabricas.

Mas tendo ultimamente affluido despachos sobre agua, de assucar vindo do reconcavo em barcos, que ás vezes trazem 500 sacos, não poderá ser illudido o preposto que vai a bordo conferir a fazenda de 500 sacos com assucar depositado dentro de um barco?

Concordo na dificuldade da fiscalisação, e na facilidade de ser enganado o preposto nos despachos sobre agua, porém isto á meu ver não será bastante para que se não continúe no beneficio ás fabricas, se fôr entendido que elles o merecem e precisam de animação: felizmente foram coarctados os despachos sobre agua, e a fiscalisação deve melhorar.

V. Ex. poderá, se julgar acertado, obter dos fabricantes a explicação de lhes ter ou não aproveitado a medida.

O exportador calcula tudo para tirar melhor vantagem na sua negociação, porém no beneficio entrará tambem a laboura, cujo genero alcançará maior preço pelo desconto dos direitos, que a exportação não paga.

Ainda se não pôde avaliar o proveito, que trouxe a providencia do Art. 4.^º da Lei vigorada pelos Arts. 8, 9 e 10 das Instruções de 2 de Agosto, mandando cobrar o imposto de 240⁰⁰⁰ sobre escravos exportados, n. 32, em dobro nas Collectorias limitrophes com outras Províncias sempre que tendo sahido do Municipio diverso não o tiverem ali pago; pois o tempo decorrido da mesma Lei para cá não está na proporção da distancia em que se acham collocadas as Collectorias indicadas, e não me é dado ainda asseverar que os Agentes da Fazenda tenham per ali comprehendido bem a intelligença do Legislador.

Como V. Ex. hâde conhecer pela correspondencia do Governo, as queixas dos Collectores se tem cruzado ácerca das dificuldades em que elles se têm visto na arrecadação d'esta imposição, porém as queixas se referem pela maior parte á factos anteriores á execução das novas disposições, e, segundo as informações fornecidas, o mal está na extensão de nossos terrenos, na ausencia e distancia dos povoados e na impossibilidade de accão da Policia tão demasiadamente enfraquecida hoje pelas Leis adoptadas.

A Policia é a primeira guarda d'este imposto, porque á ella pertence não deixar seguir escravos sem passaportes e não conceder passaporte sem apresentação do conhecimento da Repartição Fiscal.

Pelas explicações do Governo de 26 de Setembro do anno passado, e 8 de Fevereiro corrente ficou entendido, que não tendo a Lei n. 1662 do pre-citado Orçamento vigente mandado subsistir a isenção dos 7 %, sobre escravo vendido, Art. 2.^º § 4.^º n. 9, e 2 % sobre bens de raiz, n. 20, quando forem uns e outros para a laboura, taes isenções não eram mais admissíveis.

A disposição de que agora falei interpretada assim, deve continuar por que é muito difícil não ser enganada a Fazenda na prova fundamental de

semelhantes isenções, e a fiscalisação se perde no ordinario dos favores, que á cada momento se prestam na esperança da reciprocidade, entretanto que pouco se adianta á favor da laboura, por que o comprador que se habilita para a aquisição não a deixará de realizar só porque dispende mais alguma cousa com os impostos: apenas em algum caso extraordinario importará á Fazenda, que os bens deraiz ou os escravos estejam na propriedade d'este ou d'aquelle lavrador.

Rogo á V. Ex. queira ver o que por vezes tenho dito, e principalmente nos meus officios de 21 de Setembro do anno passado, e 7 de Fevereiro corrente.

O imposto de rez morta, n. 11, é sumamente defraudado: aquella extensão já referida de nossos terrenos do centro, distancia de povoados e outras causas concorrem muito para isto: a multa do Art. 98 do Acto do 1.^º de Dezembro de 1863 não é bastante para obstar as infracções repetidas que se tem dado, e se é verdade que quanto maior fôr a facilidade em commetter o delicto ou falta, tanto maior deve ser a pena, que se imponha, estou n'este assunto perfeitamente de acordo com o Dr. Procurador Fiscal no sentido de restaurar a disposição dos Arts. 332 à 337 do Regulamento ou Acto de 20 de Agosto de 1861—immediata apprehensão com perda do genero para o apreensor.

Consinta V. Ex. que eu translade para aqui o que exprimiu ultimamente o Dr. Procurador Fiscal á respeito do estabelecido sobre os que se empregam em comprar e vender escravos, Art. dito, § 3.^º, n. 12, e o de 200 rs. por cento de charutos, e 250 rs. por milheiro de cigarros fabricados na Província.—

«Sendo ambos estabelecidos sobre actos particulares, que escapam as mais das vezes ás vistas fiscaes, sua regulamentação será difficilima, senão impossivel, e sua fiscalisação sempre incerta, terá em todo o caso muito de inquisitorial.

«Se não se limitar seu circulo aos factos de notoriedade publica no primeiro caso, ou de producção em grande no segundo, será necessario penetrar no seio das familias, e descer á actos particulares da vida que não deixam registos.

«Como averiguar e qualificar quaes as pessoas que se empregam em comprar e vender escravos? O meio estabelecido no Acto do 1.^º de Outubro de 1874 já se mostrou inconveniente porque deu logar a que fossem considera-

dos negociantes de escravos pessoas que nuncem em tal se empregaram, tendo remetido para fóra da Província escravos que ha muito eram de seu domínio.

« A syndicancia, além de não ser uma base segura, tem sempre muito de inquisitorial, e a notoriedade publica pôde ser facilmente contestada com provas mais ou menos positivas.

« Ila, por tanto, extrema dificuldade n'essa qualificação, que só em raríssimos casos poderá ser feita pela terceira forma indicada n'aquelle Acto, isto é, quando forem encontrados pelos Fiscaes ou denunciados com testemunhas á contento da Thesouraria vendendo escravos por mais de tres vezes.

« Ainda mais difícil é a fiscalisação e cobrança do imposto sobre charutos e cigarros fabricados na Província.

« Ahí dão-se as mesmas dificuldades aumentadas pela impossibilidade da verificação de quantidades, ainda que se queira limitar o imposto aos estabelecimentos que produzem em grandes quantidades as mercadorias sujeitas.

« A idéa de serem estampilhadas todas as caixas que sahirem das fabrícias deixa escapar todos os charutos que não forem encaixados, ou obrigar vexatoriamente á um encaixotamento que só poderá prejudicar tal industria.

« Ainda assim, como verificar a procedencia de charutos que não são encaixotados ou não tem etiqueta ou marca da fabrica?

« Era preciso também responsabilizar os vendedores, que entretanto poderiam bem illudir a fiscalisação tendo uma porção de caixas estampilhadas como amostras vendendo ou entregando ao consumo grandes quantidades de que só a sua consciencia podia estimular a pagar impostos.

« Impostos, cuja fiscalisação depende inteiramente dos contribuintes, que com a maior facilidade podem deixar de os pagar, ou que recahem sobre actos particulares de difícil verificação, que não ficam registrados em parte alguma, e só podem ser provados por meio de testemunhos de terceiros, são sempre de impraticavel fiscalisação, e de arreiaçāc incerta, servindo somente de augmentar a lista já não pequena dos titulos de receita sem resultado real para a Fazenda Provincial.

« Não será sem um estímulo ou interesse maior ou menor que se poderá esperar espontaneidade em se declarar qualquer obrigado á impostos, quando facilmente d'elles se pôde cada um subtrair pela dificuldade que ha de atingir e provar as condições ou actos que determinam essa obrigação, e é por isso que tão difícil é a fiscalisação dos dous impostos de que tratei acima, sendo necessário que a Assembléa a respeito d'elles estabeleça bases ou condições que torne practicavel sua fiscalisação »

Todas estas judiciosas observações, que se a junham á outras do Dr. Administrador da Mesa de Rendas se concentram no seguinte periodo que escrevi n'aquelle Relatorio de 15 de Março:— Sempre que se decretam impostos convém attender no modo pelo qual podem ser arrecadados, pois do contrario se tornam ephemeros, e virão avultar no catalogo das contribuições apenas para afeiar a lista dellas sem realidade possível.

Quanto aos charutos, cigarros e sabão digne-se V. Ex. attender á que a Administração superior foi a primeira em reconhecer a inexequibilidade da arrecadação do imposto, pois nada sobre elle determinou nas Instruções de 2 de Agosto, e não reprovou o que eu informei em 19 e 23 de Outubro do anno passado, na toada do que acabo de mencionar.

Dir-se-ha que a fiscalisação encontra um meio de ser proficia não consentindo que os charutos saiam das fabricas sem estampilha de 200 rs. por cada cento encaixados ou encapados, collocada em logar que sendo aberta a caixa ou a capa fique logo inutilisada, e do que fôr exportado n'estas condições serão abatidos os direitos que já se houverem pago.

Dir-se-ha igualmente que pelos cigarros e sabão o fabricante seja obrigado á dar nota semestral ou trimestral do que fabricar para a cobrança do respectivo imposto, podendo ser examinado o seu livro de saídas por qualquer Empregado da Repartição fiscal quando para isto fôr autorizado por mando do Chefe, impondo-se multas nas infracções e estabelecendo-se medidas preventivas contra a fraude.

Mas de acordo com a Mesa de Rendas observe, que a Lei impõe sobre charutos e não charutos encaixados ou encapados nas fabricas; a maior parte dos charutos que se fabricam e se vendem não são encaixados e tem destino sólito: a mente da Lei não seria preenchida; ella não prohibiu que se vendessem charutos senão encaixados, e quando prohibisse, como fazer a verificação da infracção?

Ainda debaixo de outro ponto de vista, a Lei impôz sobre todos os charutos fabricados na Província, e não somente sobre os que saísem das fabricas; e como ficariam os charutos que milhares senão inumeras famílias fabricam em seus commodos reservados como unico recurso e arrimo da vida que passam?!

Calculou a Mesa, que na exportação um cento de charutos paga 109 rs. de direitos, menos dos 200 rs. que se teria de abater, e que quando fosse possível estabelecer a estampilha, seria bastante então declarar que as caixas

de charutos destinadas á exportação ficavam isentas do imposto de 200 rs., como aconteceu com o rapé que somente leva o carimbo do sello quando é vendido na Província.

Os cigarros e sabão estão nas condições : os charutos, e deveriam gozar de igual isenção.

Outra confusão ainda apareceria na hypothese da nota que se exigisse das fabricas, e é, que se estas tivessem de pagar o imposto no trimestre, era claro que o que exportasse não poderia gozar da isenção: a final ainda que tudo corresse bem, o imposto cobrado se perderia na exportação.

A Mesa ainda faz sobre a materia uma observação, que não parece se dever despresar: a protecção que a imposição sobre cigarros, charutos, e sabão vindos de fóra da Província pôde trazer ás fabricas da mesma Província, ficará neutralizada com o imposto sobre o producto d'ellas.

Devo ponderar haver na realidade um consumo espantoso de charutos e cigarros, e tambem de sabão, fabricados na Província, e como os charutos e cigarros não são genero de primicira necessidade, podem supportar as imposições, porém esta imposição deverá descansar nas fabricas, que estiverem em certas e determinadas condições, excluidas d'esse titulo as casas de famílias acima indicadas, e nas casas commerciaes que venderem taes productos, guardadas a importancia d'ellas: contudo é indispensavel que a Lei com expressões claras firme a indicação, ou conforme o melhor que fôr estabelecido, qual é o imposto que deve ficar sobre os charutos, cigarros e sabão fabricados e consumidos na Província.

Quanto ao imposto do Art. 2.^º § 3.^º n. 12, cada pessoa que se empregar em compra ou venda de escravos, ou nos termos das Leis anteriores, e na que é de n. 1560 de 26 de Janeiro de 1875, cada pessoa que negociar em compra e venda de escravos, refleto, que n'estas disposições está bem significado que o imposto deve comprehender somente o que faz de tal emprego e negociação seu modo de vida, ou profissão habitual, mas a dificuldade que houve em prevenir abusos deu logar ao Acto de 1.^º de Outubro de 1874, o qual mandou que se considerassem negociantes de escravos os que comparecessem espontaneamente a pagar o imposto, os que por si ou por outrem no periodo do anno financeiro despachassem para fóra da Província mais de dez escravos, e as pessoas que fossem encontradas pelos Fiscaes, ou denunciadas com testemunhas á contento da Fazenda, vendendo escravos por mais de tres vezes.

A primeira d'estas hypotheses é inconcebivel, a segunda injusta, porque

já tem recahido em pessoas que nunca tiveram por officio ou vida semelhante negocio, e a terceira, por ser mal considerada aos olhos da moral ou do publico a denuncia, não se tem verificado; os que estão na letra da Lei se occultam ou disfarçam, e por isto convirá consignar na vindoura alguma cousa que tire a fiscalisação dos embaraços em que se ha visto: reporto-me ao meu officio de n.º 584, de 23 de Outubro do anno passado, consulta da Mesa e parcer fiscal á que me referi.

ORÇAMENTO.

DESPEZA.

Orçamento n. 8—Tabella n. 9—

A Despeza para o exercicio de 1876 á 1877 foi calculada em 2,801:816\$577, e para o exercicio de 1877 á 1878 está orçada em 2,872:773\$429 como se vê no Orçamento n. 8: comparadas as verbas que ali se encontram com a respectiva explicação na Tabella n. 9, é facil conhecer a razão da diferença.

Não se carece de esforço para achar-se a razão do deficit de 720:185\$147, que sobresahe entre aquella quantia de 2,872:773\$429 e a de 2,152:588\$282 da receita presumida: não ha quem não veja que a despeza não tem andado na razão da renda.

Bem sei que entre o regimem particular financeiro e o administrativo do Governo ha notável diferença: o particular vê qual é a sua renda para fazer á despeza; entretanto o Governo procura a renda á proporção da despeza: isto porém deve ter um limite: não é o particular somente que deve reger-se com economia, e esforçar-se em fazer muito com pouco.

Não têm faltado até hoje os recursos de que a Provincia tem lançado mão: receio contudo que se estrague seu credito, se não attender-se á que ella deve hoje por apólices a quantia já referida de 2,810:000\$000, por apólices da 4.^a á 10.^a emissões, cujo premio ou juro ha de pagar semestralmente,

bem como annualmente uma amortisâo de 110:000\$000, que pertence á referida 4.* emissão com o juro de 6 %.

Entendo que será mais conveniente converter a importancia d'esta emissão de amortisâo obrigatoria com que foi contractada á condição das outras, juro de 7 %, resgataveis á vontade do Governo: V. Ex. não deixará de vêr, que é melhor fugir a algum aperto de momento, e reduzir a menos uma despeza certa, aprasada e maior: é mais doce pagar no anno 38:500\$000 em quanto se não pôde remir o capital de 550:000\$000 a que está reduzido hoje o debito de que presentemente me occupo (4.* emissão), do que a importancia de 110:000\$000 e os juros de 6 %, sobre a quantia que ainda fica em debito.

Se isto fôr determinado e a economia apparecer, talvez se possa com desafogo affrontar as consequencias dos excessos de despezas decretadas.

Para despertar alguma cousa no sentido do que deixo dito, offereço á consideração de V. Ex. a nota junta sob n. 11 da despeza realizada pela verba —Força Policial— nos dez ultimos exercícios de 1866 a 1876: abstendo-me da indagação de ser tal despeza hoje tão accrescida bem ou mal gasta, e não sei se algumas das ideias sugeridas nas bases que apresentei ao Governo para a Reforma do Regulamento do Corpo de Policia, cujo Comandante me acompanhou nas reflexões alli mencionadas, poderia aproveitar para diminuir despezas.

Offereço tambem a nota n. 12 demonstrativa do que se despendeu desde o anno de 1861 até o exercicio de 1876 a 1877 com os aposentados do Corpo de Policia.

A despeza com estes aposentados principiou na importancia de 1:380\$, e foi subindo até 25:211\$630: n'esta marcha, no fim de poucos annos, não haverá dinheiro que chegue para as praças de pret aposentadas, pois o serviço pesado da Policia a par do emprego de meios para facilitar as aposentadorias, e a bonhomia que as favorece, pôde bem destacar de um Corpo de 800 praças companhias de 100 aposentados: a Resolução n. 878 de 14 de Dezembro de 1861 apontada na nota como fundadora do beneficio que se trata n'ella talvez careça de algum retoque.

Offereço mais o Demonstrativo n. 13 da Despeza feita com a Instrucçao primaria nos dez ultimos exercícios para que se veja que sendo ella no exercicio de 1866 a 1867 de 191:823\$000, em 1876 a 1877 já montou em 411:271\$133, mantendo-se n'esta epoca 467 cadeiras, quando n'aquella era o numero de 267.

Não cabe a mim entrar na syndicancia da utilidade e proveito da despesa que com isto se faz, e menos da que concorre para ser elevada a mais de 500:000\$000 a verba da Instrucción Publica.

Releya lembrar que a despesa orçada com a Companhia Bahiana, Iluminação Publica, Asseio da Cidade, e 200:000\$000 á Estrada de Ferro Central é imprescindivel, e ainda se ha de repetir por muitos annos.

Conforme o contracto assignado com o Engenheiro Hugh Wilson, Empresario da referida Estrada em 26 de Setembro de 1872, já se lhe tem entregue por emprestimo de 1,400:000\$000 a quantia de 1,100:000\$000, restando-se-lhe por tanto a de 300:000\$000.

D'este resto, que se lhe ha de dar, o Goyerno comprometteu-se a entregar 100:000\$000 ao Banco Mercantil por conta da prestação annual, que se ha de vencer no exercicio de 1877 a 1878, assim de que o Empresario Wilson podesse ter capitaes para continuar com a obra: este compromettimento não prejudica à Provincia, porque cumprindo-lhe não deixar de entregar a Wilson a quantia dita, pouco importa que com sua ordem se entregue a outrem no tempo em que justamente lhe corre a obrigação de dal-a: não houve n'isto adiantamento algum.

Executando a Thesouraria a ordem que leve para acceitar este traspasso de entrega, não se intrometteu em saber do Governo as razões que aconselhavam a medida, pois isto era alheio de seu encargo.

Perlence-lhe porém prevenir á V. Ex. de que—sendo do contracto que do capital emprestado ou adiantado—pague o Empresario um juro de 7 %, não pôde fazel-o até hoje naturalmente pela razão de não ter podido levantar na Europa os capitaes precisos para a factura da obra da Empreza que tomou a si: o Governo não está insciente d'esta occorrença, e como não ha no contracto a estipulação de que não se entregassem as prestações se o pagamento dos juros se não fizesse, não havia passo que adiantar.

Depois de ter assim relatado, segundo as forças de que pude dispôr, o que ha de mais adstricto para a decretação da Despesa e Receita futura, ainda direi alguma cousa de interesse e serviço da fiscalisação provincial e d'esta Thesouraria, onde me acho pela nomeação que me foi conferida em data de 25 de Agosto do anno passado.

Continuo a pronunciar-me contra o perdão ou relevação de multas: a experincia por mais uma vez demonstrou a improficiuidade de semelhante favor, apezar de perduanecerem nas Collectorias os livros da escripturação,

como, foi determinado pelo art. 6.^o da Lei n. 1662; de acordo com o meu pensamento anterior e parecer fiscal, julgo preferivel a applicação da multa progressiva na proporção da mória em pagar a contribuição sem exceção do que é de sellos de heranças.

O Governo, acompanhando minha opinião exarada nas informações que tenho dado, não tem concedido prestações aos devedores d'este ultimo imposto: seria para desejar que se nullificasse por designação legislativa a autorisação decretada para isto, porque d'este modo os devedores, perdida a esperança de benigno deferimento, se esforçariam por pagar a tempo, e não criariam complicações com as transmissões voluntárias ou forçadas da propriedade herdada nem cansariam a Repartição com repetidas informações.

Pelo art. 5.^o da Lei citada subsistiu autorisação para a reforma do Regulamento de 29 de Setembro de 1845, isto é, o Regulamento da Thesouraria, entretanto que já vigorava o de 20 de Julho de 1875.

Esta autorisação parece deve subsistir não como medida annual, mas como medida indispensavel e permanente para se rever um e outro dos dous Regulamentos apontados, e organizar-se um novo aproveitando-se para elle quanto se tenha conhecido ser de melhor, logo que o Governo possa ajuisar da necessidade da reforma.

A autorisação de que fallo se deve estender aos Regulamentos e Actos fiscaes de 20 de Agosto de 1861 para cá: a criação de novos impostos e as alterações havidas nos que então vigoravam, exigem providencias adaptadas, sendo uma d'ellas a da apprehensão sempre que se encontrem a infracção ou a fraude, e para animar a vigilancia ao apprehensor ou denunciante se deve dar o producto da mesma apprehensão, abatidos os direitos e despezas.

A medida que lembrei no predito Relatorio de 15 de Março acerca do aumento de Empregados que se fizessem filhos da Repartição, e se fossem educando n'ella com a pratica indispensavel para servirem bem, não foi adoptada, e entendeu-se melhor dar á Thesouraria oito Collaboradores.

A experientia tem demonstrado, que o numero maior d'esses Collaboradores nada adiantou, pois pela maior parte inexperientes, por um lado, distraídos por outro e na incerteza de continuarem na Repartição, não têm amor ao serviço e cansam o Contador, augmentando-lhe o trabalho com perda do tempo de que carece para acudir ao seu dever.

Portanto, pôde ficar aquele numero reduzido aos quatro do art. 3^o § 6.^o da Lei n. 1662, com os vencimentos que actualmente percebem, para que não

siquem mais aquinhoados do que os Praticantes, e com a promessa de entrarem para o quadro dos Empregados dispensado o concurso, ou de preferencia na igualdade de provas, quando se resolver o referido aumento não adoptado.

O atrasado e o crescimento do expediente da Repartição, no qual já toquei, as repetidas informações indispensaveis para orientar as questões, o especial trabalho da revisão das contas do Thesoureiro, que deixou de ser, Dr. Eloy José Jorge, o balanço para a entrega dos cofres ao interino Antonio Francisco Pessoa de Barros, Recebedor da Meza de Rendas, que veio servir na sua falta em virtude da disposição do Regulamento de 20 de Julho de 1875 art. 33, a posterior passagem de taes cofres ao Thesoureiro successor, Dr. Francisco Xavier dos Reis em 24 de Outubro, os balanços finaes do anno, relatorios á Presidencia, e diversas outras cousas têm sobremaneira concorrido para que nem tudo possa estar em dia: de referencia a estes esforços se oferece declarar, que ainda se não pôde dar um impulso ao exame das contas do Corpo de Policia demoradas desde 1870, e isto por falta de Empregado que as veja: V. Ex. sabe quo este exame não pôde ser commettido á qualquer por depender de paciencia, conhecimentos praticos e intelligenzia.

D'ali vem não se ter podido ainda destaejar Empregados para irem organizar no Contencioso sob as vistas do Dr. Procurador Fiscal a respectiva escripturação que joga com o Juizo, e que concorrerá para se fazer mais activa a arrecadação da dívida.

A falta de Empregados deu causa a que apenas se podesse nomear um para o exame das Collectorias, cousa esta, que por mais de uma razão se não deve perder de vista, e foi julgada conveniente pelo Governo em officio de 30 de Outubro de 1876.

O exame a que me refiro foi encetado na Collectoria de Valença, e o Empregado encarregado d'elle seguiu d'ahi para Cayrú, e hoje se acha em Taperoá.

Conforme as instruções que em data de 17 de Novembro do anno passado foram approvadas pelo Governo, e recomendações que fiz, deve o mesmo Empregado procurar corrigir as faltas e erros dos Collectores, empregando maneiras adaptadas á percepção que mostrarem.

V. Ex. não deve ignorar que o pessoal que serve nas Collectorias, e que a isto se presta, em geral não tem o discernimento que seria para desejar-

se - e que portanto não se ha de andar a ver fraudes onde apenas ha erros e faltos.

Os Collectores tambem luctam com dificuldades, e se em tempos anteriores nunca foi agradavel pagar impostos, menos o será hoje, quando a brandura das Leis tambemarma o contribuinte contra o Exactor.

Na Collectoria de Valença com a inspecção de agora subiu a renda pelo que toca aos impostos lançados a 6:204\$400, quando estava escripturada em 4:770\$840, segundo as communicações e correspondencias recebidas do Collector e do Empregado supradito.

A providencia do Acto de 9 de Agosto de 1875, de commetter a agentes a cobrança das contribuições antes da remessa das contas da dívida para Juizo, aumenta apenas o trabalho das cargas e descargas de contas, e portanto da escripturação, e não pôde trazer proveito, e a meu ver e do Dr. Procurador Fiscal, a rapidez da execução logo depois de vencido e não pago o imposto, é que ha de produzir o efecto de screm promptos os mesmos contribuintes, e não ficar a renda por muito tempo, senão para sempre, fóra dos cofres da Fazenda.

Neste ultimo periodo se comprehende a necessidade de pôr em dia o exame das contas e fazer com presteza a remessa das que forem extrahidas para Juizo, e isto não se faz sem Empregados.

Tambem se comprehende a necessidade da accão immediata do Juizo, e esta accão não se pôde encaminhar com igual presteza, se o Procurador Fiscal não tiver Empregados que o ajudem.

A cerca deste rapido expediente que se deve dar para a cobrança da dívida é indispensavel fazer que o Solicitador e o Ajudante tenham igual interesse na execução e na arrecadação do sello de heranças.

Para ser isto conseguido convirá alterar o Acto mencionado ultimamente de 9 de Agosto, e repartir com um e outro a porcentagem que fôr devida pela entrada efectiva da mesma arrecadação, embora a distribuição feita esteja nas execuções, ou nas heranças, ficando ao Fiscal o arbitrio da distribuição, designação ou remoção d'esses seus Agentes para uma ou para outra cousa.

A casa em que a Thesouraria funciona é demasiadamente incomoda e insupportável para se conservar n'ella a Repartição: seus repartimentos não permitem que a vista do Chefe abranja de momento a applicação dos Empregados: não digo com isto, que os Empregados se desviem de suas obrigações,

porém, seria para melhor se não houvesse na casa semelhante defeito: se não fosse a esperança de que, aplinadas difficuldades, se levante e conclua o Palacete que já se principiou a edificar com destino também á Repartição de que fallo, instaria por uma mudança.

Paga-se de renda annual pela casa mencionada a quantia de 1:500\$.

Com o que tenho dito de referencia ao expendido justifica-se a demora que houve na apresentação d'este Relatorio: creio que esta falta ha de ser commettida sempre em quanto se não harmonisar a época da abertura da Assembléa com o tempo em que termine o exercicio: a continuar o anno financeiro do 1.^º de Julho ao ultimo de Junho, indo o semestre addicional ao fim de Dezembro, não se poderá ter prompto em 15 de Janeiro o trabalho necesario da Thesouraria para ser confeccionado o relatorio da Presidencia.

Acontece ainda que a Lei do Orçamento quasi sempre baixa no fim das prorrogações da Assembléa, e dependendo ella de instruções e ordens, ou são estas expedidas de tropel, motivando duvidas e consultas, ou se fica a observar a Lei anterior, senão em todos os logares da Província, ao menos em grande parte d'elles em razão da distancia e situação das Collectorias.

Deus Guarde á V. Ex.

Ilm. e Exm. Sr. Presidente da Província,

Des. Henrique Pereira de Lucena.

O Inspector,

Evaristo Ladislau e Silva.

ERRATA

ERROS

EMENÇAR

Pag. 10 linhas 10—ahi	allí
» 11 » 21—diminuirá	diminuiria
» » » —lembará	lembaria
» 15 » 16—obrigar	obriga
» 18 » 26—suprima-se as palavras—por apólices	

BALANÇO da arrecadação realizada pela Thesouraria Provincial da Bahia no exercício de 1873 a 1876

Artigo 2º

IMPOSTOS

LEGISLAÇÃO

ORÇAMENTO

QUANTIAS ARRECADADAS

DIFFERENÇAS

§ 1º. Dívida externa	Lei Geral de 31 de Outubro de 1836	Capital	Collectorias	Somma	ANNO FINANCEIRO			TOTAL	Para mais do orçamento	Para menos do orçamento
					SEMESTRE ADICIONAL					
		Capital	Collectorias	Somma	Capital	Collectorias	Somma			
Meio dinório de minas	65.933.883	64.819.396	3.725.983	68.524.616	3	309.830	368.545	69.107.607	3.303.628	5
2% nos gêneros do país, livros de direitos de exportação; 1/2 % sobre os diamantes na razão de 815.000 a grama, e 1/2 % sobre o carbonato na razão de 45.000 a grama	436.717.231	62.617.392	47.313.223	67.509.315	3	1.184.339	1.585.239	88.850.370	3	67.183.378
sobre o couro										
- o café										
- o aguardente										
- o fumo										
- o caxiá										
- o algodão										
3%, sobre a turfa										
1 real por kilogrammo de gêneros exportados a peso, exceptuando a turfa.										
2% sobre o assento										
Item Item ns. 86, 1131, 1305, 1443 e 1560										
Decima urbana										
Alvará de 28 de Junho de 1808, Lei Geral de 27 de Agosto de 1830 e Provincial n. 1560.										
10% sobre o aluguel de escritórios, casas comerciais e trapiches	330.717.309	151.261.378	86.691.589	177.937.537	69.441.619	19.411.315	108.316.031	98.802.511	51.065.437	8
10.000 por escritórios não comerciais										
30.000 por aluguel no capital, cidades e vilas do interior, e 10.000 nos demais lugares										
25.000 por carreiros e macilhos de entrelas, tiradas por animais e 10.000 pelos de mato, pescadores ou de aluguer										
20.000 por carro particular ou de aluguel, e 25.000 por cada um das empresas de bondes										
40.000 por escravo que na espata exerce ofício inserviante e 5.000 nos demais lugares										
25.000 por carros de aluguel										
10.000 por cada pessoa que na capital rende-se espiritos fortes, inclusive os cafés e pastelarias; 20.000 nas outras cidades; 20.000 nas vilas e 10.000 nos demais lugares										
30.000 por cada casa em que na capital vendem-se malteiras estrangeiras, óleos de sifáforo, azeites, marmelotes ou sapateiro, feitas fora do país e 20.000 nas demais cidades e vilas										
25.000 por cada casa em que se vendem bilhetes de loterias que não regam desta província, e 10.000 por cada pessoa que se vender pelas ruas										
40.000 por alvará e 10.000 por licença que se empregam no mesmo serviço										
100.000 por cada pessoa que negocia em compra e venda de escravos.										
Anuviamento do débito da empresa de açúcar e fábrica da capital.										
Impôto pessoal e de patentes da Guarda Nacional.										
Direitos de títulos e propriedades.										
Embutimentos das repartições provinciais										
5% sobre todo o rosto vendido na província na razão do preço de cada libra										
Matriculas de aulas secundárias, inclusive as das escolas normais										
Multa por negligência ou infração de regulamentos										
10% sobre o preço de transferência de empresas										
5% sobre o valor de qualquer contrato, por cada anno ou fração de anno, por que for este pago										
Prêmios de loterias não procurados										
Não siza de escravos excusados ou complicados para a favoreta										
2% adicional a Vista sobre siza										
Alvará de 3 de Janeiro de 1809 e Lei Prov. ns. 324 e 4333										
Leis Provinciais ns. 1135, 1330 e 1443										
10% sobre prêmios de loterias de 200.000 para cima inclusivo										
25.000 por cada rea sinta para consumo										
2.500 por caixas ou latofeita em que se renderem gêneros pelas ruas.										
2.500 por ganhador escravo										
5.000 por folha corrida										
20.000 por cada escravo despachado para fora da província										
20.000 por escravo unicriado marinheiro										
50.000 por latofeita em que se renderem joias pelas ruas										
1/2 % sobre fácia de bens de raiz ou de embarcações, feitos por agentes empreiteiros										
2% sobre quaisquer outros e 5% sobre os leitos feitos por particulares sem intervenção de agentes de leitos										
1/2 % sobre contrato de compra e venda de bens de raiz										
300 rs. por milheiro de cigarros e 50.000 por pipa de aguardente importada de outras províncias										
30 rs. por kilogrammo de salão importado de outras províncias.										
Sculos de leturas e legados										
Alvará de 27 de Junho de 1809 e Lei Provincial n. 86										
Lei Provincial n. 149.										
Depósitos e restituições										
Alcance de Collectorias										
Bens de evento										
5% sobre a diferença que os empreiteiros apresentados perceberem de mais do que theyem com preia pelas Leis de 3 de Agosto de 1843 e 15 de Junho de 1853										
Receitas eventuais										
Movimentos de fundos										
Salto do exercício anterior										
Honda não classificada										
§ 2º. Direito burgues e arreda										
§ 3º. Fundo burgues e arreda										
§ 4º. Bens não hancados										

N. B.—Na questão que figura sob a verba—Receita eventual—se acha incluída a de 70.000.000, produzida da 7.ª e 8.ª emissões das Apólices provinciais, e a da—Movimento de fundos—é proveniente do suprimento feito pela Caixa do exercício de 1876 a 1877.

TABELLA explicativa da dívida activa arrecadada pela Thesouraria Provincial da Bahia, no exercício de 1875 a 1876

LOGARES	IMPOSTOS	EXERCICIOS A QUE RESPEITA A ARRECADACAO					SOMMA	TOTAL
		1876 a 1871	1871 a 1872	1872 a 1873	1873 a 1874	1874 a 1875		
Capital	Decima urbana	5:809:3447	7:247:3035	13:539:5590	22:738:4550	11:763:6740	61:097:3362	
	Casas commerciaes	4	4	405:6000	553:4300	410:3200	1:368:5500	
	Espiritos fortes	405:000	4	4	140:5000	190:5000	340:5000	
	Imposto sobre roças	5:000	5	5	5	5	5:000	
	Offícios mechanicos	5	405:000	705:000	310:6000	205:000	240:5000	64:812:5964
	Escriptorios não commerciaes	5	5	405:000	105:000	60:5000	80:5000	
	Imposto adicional sobre hoteis etc.	5	5	5	5	50:5000	50:5000	
	Sellos de heranças e legados	5	5	5	5	1:632:5102	1:632:5102	
Collectorias	Decima urbana	950:4259	996:360	141:5480	243:4540	67:5860	1:502:3499	
	Casas commerciaes	171:8200	5	5	19:5000	31:5360	214:5360	
	Espiritos fortes	365:5000	205:000	5	10:5000	164:5300	559:5200	
	Escriptorios não commerciaes	215:5000	5	5	5	39:5000	243:5000	
	Alambique	190:5000	5	5	10:5000	30:5000	230:5000	
	Offícios mechanicos	95:5000	5	5	5	5	95:5000	
	Ganhadores escravos	40:5000	5	5	5	5	40:5000	4:294:5107
	Sellos de heranças e legados	5	5	1:302:5608	5	5	1:302:5608	
	Rez morta para consumo	45:5000	5	5	5	5	45:5000	
	Carreiras tiradas por animaes	5	5	5	5	50:5000	50:5000	
	Imposto sobre barcos	45:800	5	5	5	5	45:800	
	2 % sobre aguardente	55:440	5	5	5	5	55:440	
		7:936:5146	7:406:5395	15:487:5678	23:797:5390	14:479:5463	69:107:5071	69:107:5071

RESUMO do balanço da despesa da Thesouraria Provincial da Bahia no exercício de 1875 a 1876

PARAGRAPHS	TITULOS DA DESPEZA	Tempo em que se effectua a despesa		TOTAL	Quantias fixadas	Diferenças entre as quantias fixadas e as despendidas	
		DENTRO DO ANNO	NO SEMESTRE ADICIONAL			PARA MAIS	PARA MENOS
1	Assembléa Provincial.	45:392:5835	47:427:6816	92:820:3671	74:000:0000	18:820:5673	\$
2	Secretaria do Governo.	70:203:5289	7:956:5120	78:160:0000	74:600:0000	3:560:0009	\$
3	Thesouraria Provincial.	170:931:5117	41:919:5287	211:800:5434	163:000:5000	58:860:5134	\$
4	Instituição pública.	401:072:5522	72:367:5905	473:440:3427	470:000:5000	3:460:5127	\$
5	Aposentados, jubilados e pensionistas.	155:731:6073	49:285:5374	175:016:5447	165:700:5000	9:316:5447	\$
6	Casas Pias.	27:595:5171	6:560:5631	34:155:4802	35:200:5000	\$	1:044:5128
7	Vaccina e Fontes thermae.	11:022:5345	3:345:5127	14:267:5473	18:300:5000	\$	4:033:5398
8	Catechese e civilização dos índios.	4:930:5000	650:5000	9:600:5000	3:600:5000	\$	1:800:5000
9	Hospital dos Lazares.	16:723:5105	1:514:5999	18:268:5104	18:000:5000	248:5104	\$
10	Força Policial.	501:532:5838	23:524:5620	524:657:5458	510:000:5000	\$	15:342:5543
11	Prêos pobres.	51:903:5145	13:380:5807	65:392:5922	62:400:5000	3:992:5922	\$
12	Casa de prisão com trabalho.	17:971:5015	3:789:5707	21:760:5722	21:600:5000	160:5722	\$
13	Passeio Público.	7:334:5740	1:275:5459	8:610:5169	8:400:5000	210:5169	\$
14	Navegação a vapor.	72:416:5663	6:583:5333	78:999:5996	109:000:5000	\$	30:000:5004
15	Illuminação Pública.	168:068:5556	20:550:5863	188:610:5419	181:300:5000	4:319:5419	\$
16	Fábricas, congruas e guisamentos.	8:115:5500	5:708:5133	13:823:5633	32:500:5000	\$	18:676:5367
17	Acção e Limpeza da cidade.	40:333:5320	3:666:5666	43:999:5986	44:000:5000	\$	5014
18	Cemiterios Públicos.	4:585:5175	2123:5133	4:797:5308	4:000:5000	797:5308	\$
19	Instituto Agrícola.	14:999:5997	\$	14:999:5997	20:000:5000	\$	5:000:5003
20	Theatro Público.	9:308:5349	4693:5443	9:477:5762	2:673:5000	\$	195:5239
21	Obras Públicas.	264:517:5693	28:575:5093	273:092:5788	200:000:5000	73:092:5788	\$
22	Juros e amortisação de empréstimos.	231:967:5500	\$	251:967:5500	225:000:5000	26:967:5500	\$
23	Despezas eventuais, inclusive a festividade do dia Dous de Julho.	7:396:5063	4:402:4722	8:798:5787	6:000:5000	2:798:5787	\$
24	Exercícios findos.	151:040:5091	\$	151:040:5091	52:495:5038	98:544:5453	\$
25	Lycée de artes e ofícios.	9:000:5000	\$	9:000:5000	2:000:5000	\$	\$
	Alienados.	3:190:5000	1:055:5600	4:245:5600	4:224:5000	11:600	\$
	Autorização do § 1.º art. 3.º da lei n. 1360.	900:000:5000	\$	900:000:5000	\$	200:000:5000	\$
	Movimento de fundos.	2,660:292:5696	309:560:5808	2,969:833:5504	2,541:002:5638	501:141:5760	75:290:5894
		76:480:5400	20:394:5000	96:874:5400	\$	96:874:5400	\$
		2,736:773:5096	329:954:5808	3,066:727:5904	2,541:002:5638	601:016:5160	75:290:5894

N. 3.—A quantia que figura sob a rubrica «Movimento de Fundos» compõe-se de 76:480:5400 que passaram para a Caixa de 1874 a 1875 e 20:394:5000 para a de 1876 a 1877, afim de indemnizar as igual importância, que passou para o deste exercício para ser applicada a diversas despesas.

BALANÇO da despeza da Thesouraria Provincial da Bahia no exercício de 1875 a 1876

Lei n. 1560 de 20 de Junho de 1875

PARTES	TÍTULOS DA DESPEZA	QUANTIAS DESPENDIDAS	TOTAL
1. ^a	Assembleia Provincial		
	Importância despendida com as diárias dos deputados.	91.330.4000	
	Idem, Idem com ajuda de custo aos mesmos	2.380.4000	
	Idem, idem com vencimentos dos empregados	14.174.6075	
	Idem, idem com o pagamento e publicação dos debates.	6.200.0000	
	Idem, idem com despesas diversas.	1.608.4980	45.392.4865
2. ^a	Secretaria do Governo		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados	83.808.8989	
	Idem, Idem com as diárias dos serventes.	2.187.5000	
	Idem, Idem com a publicação do expediente.	4.100.0000	
	Idem, idem com impressões e encadernações.	4.101.5000	
	Idem, idem com a gratificação do auxílio de ordens da presidência.	280.8000	
	Idem, idem com objectos para o expediente.	2.978.6380	
	Idem, idem com a iluminação da secretaria.	83.6300	
	Idem, idem com o refeição.	90.0000	
	Idem, idem com despesas diversas	2.000.0000	70.203.5889
3. ^a	Thesouraria Provincial		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados.	46.918.700	
	Idem, idem com as diárias dos serventes.	2.002.6000	
	Idem, idem com o expediente e aluguel de casa.	4.014.5170	
		52.935.8170	100.000.3744

	Títulos da despesa	QUANTIAS DESPENDIDAS	Total
	Transporto	82.893.467,3	113.890.474,1
	Idem, idem com a gratificação pelo exame de contas do collectoriais.	8.391.866,3	88.287.433,6
	MESA DE RENDAS PROVINCIAIS		
	Importância despendida com o ordenado dos empregados.	24.016.564,0	
	Idem, idem com a gratificação.	10.537.286,0	
	Idem, idem com a porcentagem.	16.929.424,7	
	Idem, idem com as diárias e gratificação dos serventes e carteiro.	4.832.152,6	
	Idem, idem com porcentagem e gratificação dos factores externos.	7.863.751,1	
	Idem, idem com porcentagem a empregados que assistiram a faltas.	2.255.609,9	
	Idem, idem com o aluguel da casa e expediente.	2.789.814,0	37.060.574,2
	JUIZOS DOS FORTES DA TAVENNA E COLLECTORIAS		
	Importância despendida com o ordenado dos empregados do Juiz.	2.808.430,7	
	Idem, idem com a porcentagem de 10 %, dos empregados do Juiz.	6.080.472,6	
	Idem, idem com a porcentagem de 6 1/2 %, dos empregados do fórum.	2.280.392,2	
	Idem, idem com a porcentagem de collectores e escrivões.	45.920.400,1	
	Idem, idem com despesas judiciais.	3.165.570,0	
	Idem, idem com despesas diversas.	5.828.610,3	64.883.508,9
4.*	Instituição Pública		179.931.517
	Importância despendida com vencimentos dos empregados da Directoria dos Estudos.	21.799.494	
	Idem, idem com as diárias dos serventes, expediente e sua publicação.	5.035.499,0	
	Idem, idem com ajuda de custo dos inspectores literários.	1.818.600,0	28.633.593
	INTERNAUTO E EXTERNAUTO NORMAIS		
	Importância despendida com vencimentos.	10.184.608	
	LYCÉU		
	Importância despendida com vencimentos.	8.007.553,4	
	Idem, idem com o expediente.	10.384.840	18.392.393
	GADINATE DE HISTÓRIA NATURAL		
	Importância despendida com os vencimentos do empregado.	600.000	
	BIBLIOTÉCA PÚBLICA		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados.	9.638.468,6	
	Idem, idem com o expediente e compra de livros.	1.601.282,0	11.243.750
	SEMINÁRIO ARCEBISPICAL		
	Importância despendida com a ordinária.	3.780.600	
	AULAS PRIMARIAS		
	Importância despendida com vencimentos dos professores.	294.301.660,1	
	Idem, idem com mobiliário e complementos.	45.043.628,4	
	Idem, idem com ajuda de custo aos professores.	124.600	
	Idem, idem com despesas diversas.	1.207.523,3	341.875.802
5.*	Aposentados, jubilados e pensionistas		601.073.452,2
	Importância despendida com ordenado.	155.034.504,7	
	Idem, idem com pensões.	690.640,0	155.725.144,7
6.*	Casas Plus		
	Importância despendida com o Asilo da Mendicidade.	895.484	
		895.484	895.484

	Títulos da despesa	QUANTIAS DESPENSIDAS	Total
	Transporte		
	Importância despendida com a ordinaria do recolhimento de S. Raymundo.	6088184	6088184
	Idem, idem com a ordinaria do recolhimento dos Perdões.	2.720.5000	
	Idem, idem com a ordinaria do recolhimento dos Humildes em Santo Amaro.	1.500.0000	
	Idem, idem com a ordinaria do hospital de caridade da cidade da Barra de São-Grande.	500.0000	
	Idem, idem com a ordinaria do hospital de caridade da cidade de Maragogipe.	1.375.5000	
	Idem, idem com a ordinaria do hospital de caridade de Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos.	1.60.4000	
	Idem, idem com a ordinaria da sociedade Monte Pio dos Artistas.	700.0000	
	Idem, idem com a ordinaria da sociedade Monte Pio dos Artilheiros.	9.163.0000	
	Idem, idem com a ordinaria da Casa da Providência.	9.163.0000	
	Idem, idem com a ordinaria do colégio das orfãs de Nossa Senhora do Rosário.	1.375.0000	
	Idem, idem com a ordinaria do Colégio dos Orfãos de S. Joaquim.	780.0000	
	Idem, idem com a ordinaria do Colégio das Orfãs do Santíssimo Coração de Jesus.	2.900.0000	
	Idem, idem com a ordinaria da Misericórdia de Cachoeira.	2.760.0000	
	Idem, idem com a ordinaria da Misericórdia de Santo Amaro.	2.220.0000	
	Idem, idem com a ordinaria da Misericórdia da Pele de São' Anna.	1.500.5000	
	Idem, idem com a ordinaria da Misericórdia de Nazaré.	1.833.8328	
	Idem, idem com a ordinaria da Misericórdia da Capital.	1.125.0000	
	Idem, idem com a ordinaria da Misericórdia de Valença.	1.833.8333	
		1.375.0000	27.505.4121
7.*	Vacinas e Fontes thermas		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados.	8.274.6982	
	Idem, idem com vencimentos dos vacinadores da Capital.	3.683.5188	
	Idem, idem com vencimentos dos vacinadores de fóia.	8.007.5098	
	Idem, idem com gratificação do médico das águas thermas.	300.0000	
	Idem, idem com o expediente.	378.8200	
	Idem, idem com despesas diversas.	18.8260	
			11.922.5346
8.*	Catequese e civilização dos índios		
9.*	Hospital dos Lazares		
	Importância despendida com vencimentos dos doze missionários lazarianos.	1.350.4000	
	Idem, idem com o aluguel da casa.	000.4000	
			1.350.4000
10	Força Policial		
	Importância despendida com soldo.	191.084.6580	
	Idem, idem com elapa.	239.967.4616	
	Idem, idem com gratificação.	10.016.2264	
	Idem, idem com fardamento.	31.971.6524	
	Idem, idem com o tratamento de prazas no hospital da Misericórdia.	1.790.4000	
	Idem, idem com o transporte de prazas.	8.500.8740	
	Idem, idem com o aluguel e compra de cavalos.	1.986.8000	
	Idem, idem com forragens.	11.938.8207	
	Idem, idem com forragos.	227.8200	
	Idem, idem com o aluguel de casas para quartéis e cadeias.	4.102.6904	
	Idem, idem com luz e águas.	2.620.8524	
	Idem, idem com o aciço do quartel.	180.0000	
	Idem, idem com arpenados.	340.8820	
	Idem, idem com despesas diversas.	4.800.8000	
			501.632.6288
11	Presos pobres		
	Importância despendida com o sustento dos presos da capital.	35.194.6162	
	Idem, idem com o sustento dos presos de fora.	13.914.8380	
	Idem, idem com vestuário.	1.592.5180	
	Idem, idem com curativo.	1.304.8083	
	Idem, idem com condução.	57.5500	
			51.993.8110
	SABA DE VIVÉS COM TRABALHO		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados.	16.180.6720	
	Idem, idem com o expediente.	02.8000	
	Idem, idem com a iluminadura.	1.483.5755	
	Idem, idem com despesas diversas.	305.8010	
			17.971.8016
			69.964.4130
			1.483.109.875

Páginas	Títulos da despesa	QUANTIAS DESPENDIDAS	Total
	Transporte		1.482.019,075
12	Passeio público		
	Importância despendida com a subvenção.	6.000,000	
	Idem, idem com a gratificação do condendor da iluminação	316,000	
	Idem, idem com a iluminação	318,740	7.334,740
13	Navegação & Vapor		
	Importância despendida com a subvenção da Companhia Bahiana pela navegação interior	29.000,000	
	Idem, idem, pela navegação costeira	44.110,063	73.110,063
14	Iluminação pública		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados.	7.392,603	
	Idem, idem com a iluminação da capital	148.477,8063	
	Idem, idem com a iluminação da cidade de Cachoeira e S. Félix	5.329,694	
	Idem, idem com a iluminação da cidade de Santo Amaro	3.083,420	
	Idem, idem com a iluminação da cidade de Maragogipe	3.047,660	
	Idem, idem com compra de cavalos	600,000	
	Idem, idem com despesas diversas	143,4030	168.068,500
15	Fábricas, congruas, e guisamentos		
	Importância despendida com congruas	1.180,683	
	Idem, idem com guisamentos	2.904,5097	
	Idem, idem com fábricas	3.000,000	8.115,180
16	Acção e limpeza da cidade		
	Importância despendida com a subvenção		40.323,4320
17	Cemiterios públicos		
	Importância despendida com a gratificação dos administradores	306,4663	
	Idem, idem com as diárias dos serventes e coveiros	3.612,000	
	Idem, idem com as despesas diversas	166,4511	4.380,4173
18	Instituto Agrícola		
	Importância despendida com a subvenção		14.999,4997
19	Theatre Público		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados.		2.308,4319
20	Obras públicas		
	Importância despendida com o pessoal	18.816,1205	
	Idem, idem com o expediente	886,6930	
	Idem, idem com matrizes e capelais	19.691,8170	
	Idem, idem com cadeias e quartéis	9.469,4887	
	Idem, idem com ruas e praças	51.249,5637	
	Idem, idem com pontes e obras do rios	20.164,5238	
	Idem, idem com estradas	51.380,6966	
	Idem, idem com ores	2.480,6660	
	Idem, idem com obras diversas	6.459,6580	
	Idem, idem com cemiterios	2.415,8200	
	Idem, idem com as diárias dos sargentos	632,0000	
	Idem, idem com desapropriações	4.000,0000	
	Idem, idem com as obras do Asyle de Mendicidade	4.913,2798	
	Idem, idem com despesas diversas	30.984,4274	244.517,4995
21	Juros e amortisamento de empréstimos		
	Importância despendida com juros do apólice	141.987,4500	
	Idem, idem com resgate	110.000,000	251.987,4500
		2.298.666,4540	

ENCARGOS	TÍTULOS DA DESPOZA	QUANTIAS DESPENDIDAS	Total
	Títulos da despoza		
22	Transporte.		2.996.666,6340
	Despesas eventuais		
	Importância despendida com festinidades	9.488,6065	
	Idem, idem com a festinidade do dia 9 de Julho.	2.000,0000	
	Idem, idem com presentes de ilhéus de férias.	1.378,3000	
	Idem, idem com o enterroamento de passos indígenas.	30,0000	
	Idem, idem com a colônia Cachoeira da Ilheus.	1.300,0000	7.308,6065
23	Exercícios findos		
	Importância despendida com a alimentação pública.	26.793,8720	
	Idem, idem com vencimentos dos empregados	2.809,4205	
	Idem, idem com compras e gastos	1.064,6883	
	Idem, idem com vestimentas	1.095,5735	
	Idem, idem com vestimentas	1.778,6040	
	Idem, idem com aluguel de casas	10.863,5742	
	Idem, idem com obras públicas	2.804,4860	
	Idem, idem com a força policial	6.083,5033	
	Idem, idem com prisioneiros pobres	4.373,5774	
	Idem, idem com porcentagem de saldos da herança.	770,4804	
	Idem, idem com porcentagem de saldos da herança.	3.334,6910	
	Idem, idem com a instrução pública.	80.873,8140	
	Idem, idem com fornecimento de praga de polícia.	6.060,5060	
	Idem, idem com a subvenção do Instituto Agrícola.	23.180,0000	
	Idem, idem com despesas diversas	181.040,6091	
24	Liceu de Artes e Ofícios		1.000,0000
	Importância despendida com a subvenção		
25	Alimentados		
	Importância despendida com a manutenção de 20 alimentados indígenas no Asilo de S. João de Deus		3.190,0000
	AUTORIZAÇÃO DO § 1.º ART. 3.º DA LEI N. 1880		
	Importância despendida com a estrada de ferro Central		200.000,0000
	Movimento de fundos		
	Importância que passou para a caixa do exercício de 1874 a 1875.		76.180,4400
			2.730.773,096
	SEMESTRE ADICIONAL		
1.º	Assembleia Provincial		
	Importância despendida com as diárias dos deputados.	30.653,0000	
	Idem, idem com ajuda de custo aos mesmos	2.705,0000	
	Idem, idem com os vencimentos dos empregados	1.104,6998	
	Idem, idem com o pagamento a publicação dos debates	44.032,5988	
	Idem, idem com despesas diversas	1.914,6360	47.497,6816
2.º	Secretaria do Governo		
	Importância despendida com o expediente e sua publicação	400,0000	
	Idem, idem com impressões e encadernações	8.318,5000	
	Idem, idem com objectos para o expediente	2.138,6120	
	Idem, idem com o acréscimo da Secretaria	00,0000	
	Idem, idem com despesas diversas	43,0000	7.956,1120
3.º	Thesouraria Provincial		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados	480,6330	
	Idem, idem, com o aluguel da casa e expediente	502,0000	
	Idem, idem, com a gratificação pelo exame de contas de collectorias	1.700,0000	2.742,6338
			55.383,6330

PARAGUAS	Títulos da despesa	QUANTIAS DESPENDIDAS	Total
	Transporte.	9.741.6088	88.083.6930
	MESA DE RENDAS PROVINCIAIS		
	Importância despendida com ordenado	3.141.6063	
	Idem, idem com gratificação	880.0040	
	Idem, idem com porcentagem	1.713.6019	
	Idem, idem com porcentagem e empregados que assistiram festejos	204.103	
	Idem, idem com porcentagem e gratificação dos festejos externos	894.247	
	Idem, idem com porcentagem e gratificação das serventias	167.8131	
	Idem, idem com aluguel da casa e o expediente	350.0000	
		<u>8.130.5995</u>	
	JUIZO DOS FERROS E COLLECTORIAS		
	Importância despendida com o ordenado dos empregados do juizo	140.6000	
	Idem, idem com porcentagem de 10 %, aos mesmos	3.065.6734	
	Idem, idem com porcentagem de 6 1/2 %, aos do Pôrto	1.845.6010	
	Idem, idem com porcentagem de colecções e escrivães	28.101.6989	
	Idem, idem com despesas judiciais	237.6190	
	Idem, idem com despesas diversas	636.0020	
		<u>33.780.6405</u>	41.920.7287
4.	INSTRUÇÃO PÚBLICA		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados da Direcção.	373.6332	
	Idem, idem com o expediente.	697.6586	
	Idem, idem com ajuda de custo nos inspectores literários.	698.0000	
		<u>1.099.3212</u>	
	LIVRARIA		
	Importância despendida com vencimentos	2.861.6102	
	BIBLIOTÉCA PÚBLICA		
	Importância despendida com vencimentos	880.6063	
	Idem, idem com o expediente e compra de livros	364.8000	
		<u>876.4465</u>	
	SEMINÁRIO ARΧIΕPISCOPAL		
	Importância despendida com a ordinária.		1.260.6000
	AULAS PRIMARIAS		
	Importância despendida com vencimentos	60.083.5315	
	Idem, idem com mobilias e coquendios	4.360.6430	
	Idem, idem com ajuda de custo aos professores.	72.6000	
	Idem, idem com diversos	68.6238	
		<u>03.887.6702</u>	
	INTERNATO E EXTERSATO NORBAIX		
	Importância despendida com vencimentos	1.150.6788	
	Idem, idem com a iluminação do Internato.	649.6190	
	Idem, idem com despesas diversas	207.6440	
		<u>1.003.6331</u>	72.307.4903
5.	APOSENTADOS, JUBILADOS e pensionistas		
	Importância despendida com ordenado	10.136.6830	
	Idem, idem com penédes	148.6516	
		<u>10.285.3346</u>	10.285.3346
6.	CASAS PÍAS		
	Importância despendida com o Asilo de Mendicidade	60.6633	
	Idem, idem com a ordinária do Recolhimento de S. Benigno	200.5000	
	Idem, idem com a ordinária do Recolhimento dos Perdidos	300.6000	
	Idem, idem com a ordinária do Recolhimento dos Humildes em São Amaro	500.6000	
	Idem, idem com a ordinária do hospital de caridade da Barra do Rio-Grande	125.6000	
	Idem, idem com a ordinária do hospital de caridade da Vila-Flor	125.6000	
	Idem, idem com a ordinária do hospital de caridade da Nossa Senhora da Oliveira dos Campinhos	250.6000	
		<u>1.810.6633</u>	188.960.6633

ITEM	TÍTULOS DA DESPESA	QUANTIAS DESPENDIDAS	TOTAL
	Transporte		
	Importância despendida com a ordinaria da sociedade Monte-Pio dos Artistas	1:8104633	188.000,00
	Idem idem, com a ordinaria da sociedade Monte-Pio das Arteses	834233	
	Idem idem, com a ordinaria da Casa da Providencia	833333	
	Idem idem, com a ordinaria do collegio das orphas da Nossa Senhora do Sossego	1284000	
	Idem idem, com a ordinaria do collegio dos orphos de S. Joaquim	2804000	
	Idem idem, com a ordinaria do collegio das orphas do Santissimo Coração de Jesus	1.0084000	
	Idem idem, com a ordinaria da misericordia da Cachoeira	2694000	
	Idem idem, com a ordinaria da Misericordia de Santo Amaro	7894000	
	Idem idem, com a ordinaria da Misericordia da Feira de Sant'Anna	1.8004000	
	Idem idem, com a ordinaria da Misericordia de Nazaré	1664000	
	Idem idem, com a ordinaria da misericordia da capital	3754000	
		1004000	
			6.5604631
7.	Vacinação e Fontes termais		
	Importância despendida com vencimentos dos empregados	1166000	
	Idem, idem com o ordenado dos vacinadores	4515000	
	Idem, idem com a gratificação dos mesmos	1.55065318	
	Idem, idem com o expediente	11136080	
	Idem, idem com a gratificação do director das águas termais	1004000	
	Idem, idem com despesas diversas	196400	
			2.3556127
8.	Catequese e civilização dos índios		
	Importância despendida com os vencimentos dos dons missionários	4504000	
	Idem, idem com o aluguel de casa	2004000	
			6504000
9.	Hospital dos Lázios		
	Importância despendida com ordenado do médico	1084333	
	Idem, idem com a subvenção	1.4164666	
			1.8244999
10.	Fazenda Pública		
	Importância despendida com gratificação	9658886	
	Idem, idem com fardamento	10.3804630	
	Idem, idem com o tratamento de praças no hospital de Misericordia	7894800	
	Idem, idem com o transporte de praças	6.1844780	
	Idem, idem com a compra e aluguel do cavalo	1125000	
	Idem, idem com o aluguel de casas para quartéis e cadeias	3.0574160	
	Idem, idem com luxo e água	1.8414488	
	Idem, idem com o aseo do quartel	2024330	
	Idem, idem com despesas diversas	4924280	
			23.1244620
11.	Presos pobres		
	Importância despendida com o sustento dos presos da capital	3.9014886	
	Idem, idem com o sustento dos presos de fora	8.4614580	
	Idem, idem com vestuario	4664560	
	Idem, idem com curativo	1684668	
	Idem, idem com condução de presos	7354375	
	Idem, idem com despesas diversas	54760	
			13.3904807
	CASA DE PRISÃO COM TRABALHO		
	Importância despendida com vencimentos	1.6074535	
	Idem, idem com o expediente	1764500	
	Idem, idem com a iluminação	9.1014532	
	Idem, idem com despesas diversas	1844140	
			3.78945707
12.	Passeio público		
	Importância despendida com a iluminação		1.9784479
	Navegação a vapor		
13.	Importância despendida com a subvenção à companhia Bahiana pela navegação interna	3.0004000	
	Idem, idem com a subvenção à companhia Bahiana pela navegação costeira	3.5804333	
			6.5804333
	Iluminação pública		
14.	Importância despendida com a iluminação da capital	14.9094490	
	Idem, idem com a iluminação da Cachoeira e S. Félix	1.2744598	
	Idem, idem com a iluminação de Santo Amaro	6104600	
			18.7944663
			268.9264165

	Títulos da despesa	QUANTIAS DESPENDIDAS	Total
	Transporte.	16:700:883	268.220.4183
	Importância despendida com a Iluminação de Nazareth	3:600:000	
	Idem, idem com a Iluminação de Maragogipe	250:000	20.550.4863
15	Fábricas, congruas e guisaamentos		
	Importância despendida com congruas	1:925:774	
	Idem, idem com guisaamentos	1:483:5409	6.708.3133
16	Acção e Impensa da cidade		
	Importância despendida com a subvenção		3.600.000
17	Comitérios públicos		
	Importância despendida com vencimentos	734.333	
	Idem, idem com as diárias dos serventes e cocheiros	98.000	
	Idem, idem com despesas diversas	42.800	212.133
18	Theatro Públco		
	Importância despendida com vencimentos		169.563
19	Obras públicas		
	Importância despendida com vencimentos	150.000	
	Idem, idem com matrizes e capelas	1:343.620	
	Idem, idem com cadeias e quartéis	4.800.000	
	Idem, idem com ruas e praças	1:818.500	
	Idem, idem com pontes e rios	360.000	
	Idem, idem com estradas	40.370.5183	
	Idem, idem com obras diversas	90.000	
	Idem, idem com o expediente	70.000	
	Idem, idem com despesas diversas	3.898.5110	22.878.6093
22	Despesas eventuais		
	Importância despendida com restituições	818.622	
	Idem, idem com pagamento de prêmios de bilhetes de loteria	456.000	
	Idem, idem com o enterroamento de pessoas indigentes	70.000	
	Idem, idem com despesas diversas	61.630	1.402.872
25	Alimentados		
	Importância despendida com a manutenção dos alimentados indigentes no Asilo de S. João de Deus		1.053.600
	Movimento de fundos		
	Importância que passou para a caixa do exercício de 1876 a 1877		20.394.000
			339.951.808

CONTA da receita realizada pela Thesouraria Provincial da Bahia no semestre de Julho a Dezembro de 1876 por conta do exercício de 1876 a 1877.

ART. 2.^o**6 1.^o**

N.	1	Dívida activa	33:5783746
	2	Méio dízimo de miúnças	17:6005630
	3	2 %, sobre os generos do paiz	15:1645947
	4	1/2 %, sobre diamantes	8065040
	5	Idem sobre carbonato	1915639
	6	250 rs. por couro salgado	10:3825647
	7	sobre agoardente	4:0045107
	8	* café	100:8375355
	9	* fumo	440:5565953
	10	6 %, * cacto	21:9715606
	11	* jacarandá	3:3415207
	12	* piassava	6:7245193
	13	* turfas	8420
	14	1 real por kilogramma de generos exportados a peso	24:6335940

6 3.^o Renda lançada o 2.^o Direitos de exportação

N.

1	Decima urbana	85:1705209
2	10 %, sobre o aluguel de casas commerciaes	52:8885840
3	205000 por escriptorios não commerciaes	4405000
4	505000 por alambique que na capital, etc.	4505000
5	205000 por escravo que exercer officio mechanico	2:1705000
6	505000 por cada bilhar	4005000
7	505000 de imposto addicional sobre hoteis, etc.	4005000
8	405000 por cada uma casa que na capital vender espiritos fortes, etc.	19:0205000
9	4005000 por casa que na capital vender obras estrangeiras	6:2705000
10	405000 por alvarengas, etc	3:0505000

N.

1	Direito de titulos e provisões	3:6375187
2	Emolumentos das Repartiçãoes Provincias	9:7215272
3	5 %, sobre o rapé consumido na Província	7:1355050
4	Matriculas de aulas secundarias	105000
5	Multas por infracção de regulamentos	1:3885845
6	Premios de loterias não procurados	6225000
7	7 %, da meia siza de escravos	19:1615546
8	8 %, sobre premios de loterias de 1:0005000 para cima, etc.	4:4105000
9	25500 por cada rez morta para consumo	53:1265000
10	55000 por cada volume, etc	2:4025500
11	255000 por carroças	8:6055000
12	205000 por carro particular	2:0155000
13	105000 por escravo ganhador	1805000
14	105000 por folha corrida	7305000
15	2405000 por escravo despachado para fóra da Província	131:4005000
16	2405000 por escravo matriculado marinheiro	4805000
17	2005000 por volume em que se venderem joias	7505000
18	800 rs. por milheiro de cigarros	13:3355100
19	1/2 %, sobre leilões de bens de raiz	6:4595395
20	2 %, sobre contratos de compra e venda de bens de raiz	19:1545827
21	Sello de heranças e legados	134:7325030
22	Reposições e restituções	15:9315799
23	Alicance de collectores	445534
24	Bens do evento	305246
25	25 %, sobre a diferença de empregados aposentados	2:4735299
26	Amortisação do débito da empresa do aceito da cidade	3:2005000
27	Receita eventual	500:3835000
28	15000 por cento de charutos estrangeiros	502000
29	20 %, sobre rapé estrangeiro ou de outras provincias, etc.	3125400
30	5005000 por casa que garante bilhetes de loterias	4:0005000
31	100 rs. por baralho de cartas de jogar	4:0805000
32	Movimento de fundos	30:3945000

1,484:3825673

6 4.^o Renda não lançada

Na quantia que figura sob a verba—Receita eventual—está comprehendida a de 500:0005000, resultante de emissão de apolices, e a de—Movimento de fundos—é proveniente de dinheiros que, por empréstimo, passaram de outras caixas.

Contadoria da Thesouraria Provincial, 6 de Fevereiro de 1877.—O Contador, Anacleto Barbosa.

CONTA da despesa realizada pela Thesouraria Provincial da Bahia, por conta do exercício de 1876 a 1877, durante o semestre de Julho a Dezembro

Assembleia Provincial	6:870\$990
Secretaria do Governo.	31:632\$903
Thesouraria Provincial.	74:093\$5522
Instrução Pública	177:794\$012
Aposentados, jubilados, etc.	67:854\$493
Casas Pias	11:202\$489
Vaccina	4:553\$406
Calechese	650\$000
Hospital dos Lazaros	6:083\$328
Força Policial	273:628\$339
Presos Pobres	22:752\$3999
Casa de Prisão	7:565\$3600
Passeio Público	3:215\$000
Navegação a Vapor.	32:916\$665
Illuminação Pública	83:557\$3941
Fábricas, Congruas, etc	2:373\$5661
Ácio da Cidade	48:333\$330
Cemiterios Públicos	2:401\$865
Theatro Público	41:124\$994
Obras Públicas	101:880\$160
Despezas Eventuais	2:378\$856
Exercícios Fíndos	3:380\$035
Lyceu de artes e ofícios	4:000\$000
Juros e amortiságão de empréstimo	150:000\$000
Movimento de fundos	18:000\$000
Act. 1º art. 5º da lei 1662	200:000\$000
Alvenados.	1:426\$800
	1,313:772\$403

A quantia que figura sob a verba de Movimento de fundos, é proveniente de indemnizações feitas a outras caixas.

Contadoria Provincial da Bahia, 30 de Janeiro de 1877.—O contador, Anacleto Barbosa

ORÇAMENTO da receita da Thesouraria Provincial para o exercício de 1877 à 1878

PARAGRAPHS	TITULOS DA RECEITA	LEGISLAÇÃO	Quantias em reais	OBSERVAÇÕES
\$ 1. ^o	Bônus activos.		72.811.3000	Término medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 1	Moço distinto de infusões.		107.737.3000	Idem.
N.º 2	4 % sobre os ganhos do país livres de direito de exportação, menos o ressucar exactoado em farinha fabricada nessa província, 1/2 % sobre os disponhaes na razão de 812000 a grana e 1/2 % sobre o carbonato na razão de 144000.	Lei geral da 31 de Outubro de 1858.	22.520.0000	A arrecadação do ultimo exercício.
N.º 3	200 réis por cento salgado a 200 réis por cento seco	* provincial n.º 86.	21.165.5700	Tomou-se por base no cálculo o 1.º semestre de 1876 à 1877.
N.º 4	sobre a aguardente	* n.º 797 a 1062.	10.672.2200	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 5	o café	* n.º 797.	10.672.2200	Idem.
N.º 6	o fumo	* n.º 797.	10.672.2200	Idem.
N.º 7	o cachaça	* n.º 797.	10.672.2200	Idem.
N.º 8	o jacarandá	* n.º 797.	10.672.2200	Tomou-se por base o cálculo e 1.º semestre de 1876 à 1877.
N.º 9	o pimenta	* n.º 797.	10.672.2200	Idem.
N.º 10	3 % sobre turfa.	* n.º 797.	10.672.2200	Arrecadação do ultimo exercício. No 1.º semestre de 1876 à 77 foi apenas 428 réis a renda.
N.º 11	4 réis por kilogramma de géneros exportados a peso, menos a turfa	* n.º 797.	73.076.6100	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 12	Dedução urbana.			
N.º 13	10 % sobre o alegrete de exportações, cassas commerciais, triplices e anáteas de depósito.		286.924.5555	A arrecadação do ultimo exercício.
N.º 14	21.6000 por exportações não commerciais.		81.074.1200	Período medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 15	20.6000 por disponhaes na capitais, cidades e vilas do distrito e 12.6000 nos domais logares.		4.275.3200	Salvo do ultimo exercício.
N.º 16	20.6000 por escravo que na capital exercer ofício mestreiro e 10.6000 nos domais logares.		3.000.0000	Calcular-se mais 1/2 sobre a renda do ultimo exercício.
N.º 17	50.3000 por escravo que na capital exercer ofício mestreiro e 25.3000 nos domais logares.		1.200.0000	Salvo do ultimo exercício.
N.º 18	50.3000 sobre cada bafra.		1.000.0000	Calcular-se mais 1/2 sobre a renda do ultimo exercício.
N.º 19	30.3000 do imposto adicional sobre bafra, casas de pasto, hospedarias e casas na capital e 20.3000 fora d'ella.			A arrecadação do ultimo exercício, abatida a redução feita pela Lei n.º 806 quanto as colectivas.
N.º 20				Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 21	40.000 por casa, pastelaria se case que na capital vender espíritos fortes, inclusive vinhos e cervejas; 30.000 nas outras cidades, nas vilas e 10.000 nos demais logares.		12.029.5000	Salvo do ultimo exercício.
N.º 22	90.0000 por casa que na capital vender madeiras estrangeiras, obras de alfararia, porcelas, porcelaneira ou esparteiro feitas fora do país, e 20.0000 nas demais cidades e vilas.		12.029.5000	Figura-se a arrecadação do ultimo exercício por não poder calcular-se em virtude do aumento do imposto.
N.º 23	2.000000 por casa em que se vender bilhetes de loteria que não sejam desta província e 1000000 por pessoa que os vender pelas rias.		12.029.5000	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 24	40.0000 por alverenga e 30.0000 por lancha que se empregue no mesmo serviço.		12.029.5000	A arrecadação do ultimo exercício.
N.º 25	400.0000 por pessoa que se empregue em comércio ou venda de escravos.		12.029.5000	Nada se encontra por falta de base para o cálculo.
N.º 26	Imposto de patentes de guarda nacionais.			Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 27	Direitos de títulos e provisões.			Idem.
N.º 28	Emolumentos de repartição provinciale.			Idem dos 2 últimos exercícios.
N.º 29	6 % sobre o rapé consumido na província, na razão do preço de cada libra.			Idem dos 3 últimos exercícios.
N.º 30	Matrículas de escolas secundárias, inclusive as das escolas normais.			Nada se encontra por não ter havido arrecadação.
N.º 31	Multas por infração de regulamentos.			A arrecadação do ultimo exercício.
N.º 32	10 % sobre o preço de transferências de empresas.		13.597.5100	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 33	6 % sobre o valor de qualquer contrato por cada anno ou fracção de anno por que for prosseguido.		5.731.5900	
N.º 34	Premios de loterias não procuradas.		3.045.3200	
N.º 35	1 % de metade dos escravos.			
N.º 36	8 % sobre premios de loterias de 1.000.000 para cima inclusive.		67.030.8276	Idem.
N.º 37	33.300 por cada réis morta para o consumo.		28.984.5000	Calcular-se de acordo com as loterias que tem de sortir durante o corrente anno.
N.º 38	33.3000 por volume em que se remunerem gêneros pelas rias, excrétoes e alimentícios.		134.970.5000	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 39	25.0000 por carregos, encargos ou encargos tirados por passageiros e 10.0000 pelas tiradas a rios, particulares ou de aluguel.		3.155.5200	Idem.
N.º 40	20.0000 por cada particular e 25.0000 pelas de aluguel inclusive as das empresas de bonds.		8.000.0000	Arrecadação do ultimo exercício.
N.º 41	10.0000 por escravo gentilhão.		8.000.0000	Salvo do ultimo exercício.
N.º 42	10.0000 por folha certificada.		2.300.0000	Idem.
N.º 43	24.0000 por escravo despachado para fora da província.		202.900.0000	Calcular-se pelo 1.º semestre de 1876 à 1877.
N.º 44	25.0000 por escravo matriculado marceneiro.		300.0000	Idem.
N.º 45	20.0000 por volume em que se vendem rias na província.		4.500.0000	Idem.
N.º 46	900 réis por milhares de cigarros e por kilogramma de fumo picado a desfalto, vindos de outras províncias para consumo ou exportação.			Idem.
N.º 47	1 % sobre leites de bens de rai, embalagens ou mercadorias feitas por agentes commerciaes.		91.016.150	Idem.
N.º 48	10.0000 por leites que não foram de bens de rai, mercadorias ou embalagens que feitos por agentes commerciaes, quer por particulares.		12.919.3700	Faz-se o cálculo pelo 1.º semestre de 1876 à 1877, de acordo com a sua vista da Metá de Rendas na qual vieram englobadamente esses dous impostos.
N.º 49	2 % sobre contratos de compra e venda de bens de rai.		32.916.125	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 50	50 réis por kilogramma de salão de outras províncias.		4.123.5000	Idem.
N.º 51	350000 por pipa de aguardente importado de outras províncias.		152.971.2800	Nada se encontra por não ter havido arrecadação.
N.º 52	Seio de berçaria e segulas.		34.751.6023	Termo medio dos 3 últimos exercícios.
N.º 53	Repartições e restituições.		6.046.5008	Idem.
N.º 54	Almane de coletores.		6.046.5008	Idem.
N.º 55	Bens do exento.		8.000.0000	Idem.
N.º 56	20 % sobre a diferença que os empregados percebem de mais do que lhes compete pelas Leis de 4 de Agosto de 1858 e 13 de Julho de 1855.		4.715.510000	Calcular-se pela respectiva folha de pagamento.
N.º 57	Amortização do débito da empresa do aço e limpeza do capital.		2.000.0000	Arrecadação anual.
N.º 58	Almofada eventual.		2.250.0000	Termo medio dos 3 últimos exercícios, exceptuado os empréstimos.
N.º 59	200 réis por cento de charutos e 250 réis por milhares de cigarros fabricados na província.		2.671.5020	Calcular-se pelo 1.º semestre de 1876 à 1877.
N.º 60	7 réis por kilogramma de salão feito em fábrica da província.		5	500 réis ainda arrecadação.
N.º 61	100000 por cento de charutos estrangeiros consumidos na província.		600.0000	Calcular-se pelo 1.º semestre de 1876 à 1877.
N.º 62	20 % sobre rapé de procedência estrangeira, ou de outras províncias, consumido nasta.		6.000.0000	Idem.
N.º 63	3000000 por casa que gereste bilhetes de loteria.		1.300.0000	Idem; tendo-se em vista as duas existentes.
N.º 64	200000 por cento que se venderem cigarros, fumo em folhas ou pacotes, picado ou desfalto, de outras províncias ou do estrangeiro.		2.000.0000	Idem.
N.º 65	100 réis por baralho de cartas de jogar vendido na província.		2.100.0000	Idem.
N.º 66	Total.		2.122.5000	

ORÇAMENTO da despesa da Thesouraria Provincial da Bahia para o exercício de 1877 a 1878

Nº	TÍTULOS DA DESPEZA	Quantias orçadas para o exercício de 1877 a 78	Quantias orçadas para o e exercício de 1876 a 77	Diferenças para mais	Diferenças para menos
1	Assembleia Provincial	78:1065026	74:3475850	8178476	8
2	Secretaria do Governo	89:4275200	80:4895500	1:0636097	8
3	Thesouraria Provincial	208:1385100	107:0035198	10:5335074	8
4	Instrução Pública	818:0805372	484:8265008	30:0424406	8
5	Aposentados, jubilados e pensionistas	180:2875423	187:8704806	3	7:6125382
6	Casas Pías	36:1065000	35:1065278	8934722	8
7	Vacina e Pontes Thermônicas	22:1315750	20:6085720	1:8036000	8
8	Catequese e civilização dos Índios	3:6904000	3:6004000	8	8
9	Hospital dos Lazários	18:0004000	18:0004000	8	8
10	Força Policial	637:2065034	636:4835570	8193730	8
11	Presos Pobres	64:9004894	65:7085700	2:8823114	8
12	Casa de prisão com trabalho	22:2005492	22:2415522	2075078	8
13	Passeio Público	8:2805428	8:3195410	8	936977
14	Navegação a vapor	79:0005000	100:0005000	20:0005000	8
15	Illuminação Pública	108:2175000	103:0305000	6:7075000	8
16	Parádias, congressos e guisaamentos	32:5504000	32:5005100	500000	8
17	Aceio e limpeza da cidade	4:60004000	44:3005000	8	8
18	Cemitérios Públicos	5:0085000	3:1165000	5845000	8
19	Instituto Agrícola	20:0004000	20:0004000	8	8
20	Theatro Públ.	2:7004000	2:7005000	8	8
21	Obras Públicas	200:0005000	200:0005000	8	8
22	Juros e amortização de empréstimos	907:1005000	950:7835000	41:6165000	8
23	Invólumes, exclusivo a festividade do dia 2 de Julho	6:0005000	0:0004000	8	8
24	Exercícios Ráutos	2:6785157	304553	2:6185004	8
25	Lycée de artes e ofícios	4:0005000	2:0004000	2:0005000	8
26	Alienados	4:2355000	4:2355000	8	8
27	Empréstimo à empreza—Entrada de ferro central	200:0005000	200:0005000	8	8
		9,872:7735620	9,801:8105577	108:0035215	37:6365359

TABELLA explicativa do orçamento da despesa da Thesouraria Provincial da Bahia para o exercício de 1877 a 1878

§ 1.º—Assembléa Provincial					
Diárias dos Deputados	Lei 1409	38:4303000 5:8746000	64:3046000		Orcada em mais 8175476 que no orçamento anterior, por se ter calculado para mais 2083000 para ajuda de custo, e 6004478 para expediente e despesas diversas, à vista do termo medio dos tres ultimos exercícios.
Ajuda de custo dos mesmos	Indicação da Mesa de 4 de Outubro de 1877 e deliberação de 22 de Maio de 1872	2:7603000 8:0005000 1:8003000 3:6003000	16:1603000		
1 Oficial-maior	Indicação idem e deliberação do 20 de Junho de 1873				
4 Oficiais a 2:0003000	Indicação idem e deliberação de 20 de Maio de 1872				
1 Porteiro	Idem idem e deliberação de 20 Junho de 1873				
3 Contínuos a 1:2003000					
Apanhamento e impressão dos debates					
Expediente e despesas diversas					
§ 2.º—Secretaria do Governo					
1 Secretario	Acto do Governo de 31 de Dezembro de 1857 e Resolução da Assembleia de 23 de Junho de 1873	1:8003000			Orcada em mais 1:0435697 que no orçamento anterior, por se ter calculado para mais 1:2003000 para os vencimentos do Ammanense addido; 1:0003000 para os do Ajudante do Porteiro, de acordo com as leis 1063 e 1666; 1:6895837 para impressões; 1:8034330 para objectos do expediente, segundo o termo medio dos tres ultimos exercícios, e 6415330 para despesas diversas, à vista do termo medio dos dois ultimos exercícios; e para menos 4:4003000 dos vencimentos de 1 Oficial e 1 Escripturário addidos que falecerão.
5 Chefs de seção a 3:2003000	Ditos Acto e Lei, Acto de 8 de Abril de 1874 e Resolução idem	16:0003000 3:2003000 1:8003000			
1 Dito addido	Idem idem idem	13:0003000			
1 Oficial de gabinete	Idem idem idem	2:6003000			
5 Oficiais de serviço a 2:6003000	Idem idem idem	9:0003000			
1 Oficial-archivista	Idem idem idem	1:8003000			
5 Escripturários a 1:8003000	Idem idem idem	4:2003000			
1 Escripturário ajudante de Archivista	Idem idem idem	1:3003000			
1 Ammanense addido	Resolução n.º 1663 de 28 de Julho de 1876	1:0003000			
1 Porteiro	Acto do Governo de 31 de Dezembro de 1857 e Resolução da Assembleia de 23 de Junho de 1873	1:3003000			
1 Ajudante do Porteiro	Lei 1666 e Acto do Governo de 2 de Agosto de 1876	1:0003000			
2 Contínuos a 9003000	Acto do Governo de 31 de Dezembro de 1857 e Resolução da Assembleia de 23 de Junho de 1873	1:9303000 4:2253000 2403000	36:6853000		
2 Carteiros a 25300 diárias	Idem idem idem	9:4463216			
Gratificação de um Interprete	Idem idem idem	4:8003000 9:2253030 2:0303030 2403000	25:7493296	82:4273296	
Impressões e encadernações	Contrato de 10 de Agosto de 1868 e Ofício do Governo de 23 de Maio de 1874				
Publicação do expediente					
Objetos para o mesmo					
Despesas diversas					
Gratificação do Ajudante de ordens					
§ 3.º—Thesouraria Provincial					
1 Inspector	Lei 1332	4:0003000			Orcada em mais 10:5336071 que no orçamento anterior, por se ter calculado para mais 5:7603000 para gratificação de 8 Collaboradores; 2303000 de mais 10 % adicionais concedidos a um Oficial da Secretaria, por contar mais de 30 annos de serviço; 2803000 para igual gratificação do actual Escriptivo da Mesa de Rendas, por ter de completar 25 annos dentro do exercício em que tem de vigorar este orçamento; 3403000 da mesma gratificação concedida a deus Conferentes; 2403000 de gratificação de um servente também da Mesa pelo trabalho de escripturação de que é incumbido; 1353098 de percentagens dos empregados, por se ter tomado por base o despendido no ultimo exercício; e finalmente 463300 para percentagem dos fiscaes externos; 1785793 para o expediente da Mesa; 1:1613233 para percentagem
1 Contador	Idem idem	3:3003000			
1 Procurador Fiscal	Idem idem	2:8003000			
1 Secretario	Idem idem	2:5003010			
1 Oficial da Secretaria, sendo 2003000 gratificação do arquivo	Idem idem	2:6003000			
1 Dito addido	Idem idem	2:4003000			
1 Ammanense	Idem idem	1:2003000			
1 Thesoureiro	Idem idem	3:6003000			
1 Fiel do Thesoureiro	Idem idem	4:8013000			
2 Primeiros Escripturários a 2:4003000	Idem idem	4:8003000			
4 Segundos ditos a 1:8003000	Idem idem	7:2003000			
4 Terceiros ditos a 1:2003000	Idem idem	4:8003000			
2 Praticantes a 7203000	Idem idem	1:1203000			
1 Cartorário	Idem idem	1:2003000			
1 Porteiro	Idem idem	9003000			
2 Contínuos a 8003000	Idem idem	4:6003000			
		16:0103000			
			167:5915622		

Transporte		14:000\$000		303.730\$821
1 Porteiro	Regulamentos de 22 de Fevereiro de 1870 e de 27 de Setembro de 1873 e Lei 1361	600\$000		
3 Continuos a 600\$000.	Idem idem idem	4:800\$000		
1 Colaborador	Acto do Governo do 13 de Novembro de 1870.	730\$000		
Gratificação de um empregado para servir de Archivista.	Regulamento de 27 de Setembro de 1873 e Lei 1361	300\$000		
Expediente e sua publicação				
3 Inspectores Litterarios a 1:600\$000.	Reg. de 22 de Fevereiro de 1870, 27 de Setembro de 1873 e Lei 1361			
Ajuda de custo dos mesmos.				
2 Professores de Latin a 2:000\$000.	Reg. de 6 de Março de 1870 e 27 de Setembro de 1873	4:800\$000		
1 Dito de Grego	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Francez	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Inguez	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Grammatica Philosophica.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Rhetorica	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Geographia, Cosmographia e Historia do Brazil.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Historia Antiga.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Philosophia.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Arithmetica e Algebra.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Geometria e Trigonometria.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Elementos de Chimica e Phisica.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Elementos de Zoologia e Botanica.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Dito de Desenho Linear e de Initacia.	Idem idem idem	2:000\$000		
1 Guarda do Gabinete de Historia Natural.	Ref. de 27 de Setembro, ordem do Governo de 13 de Outubro de 1873 e Lei 1361	600\$000		
				30:600\$000
EXTERNATO NORMAL				
1 Professor servindo de Director.	Acto de 18 de Setembro de 1870 e Ref. de 27 de Setembro de 1873.	4:800\$000		
1 Dito servindo de Secretario	Idem idem idem	4:800\$000		
Gratificação da 3. ^a parte dos ordenados de ambos os Professores	Idem idem idem e apostilla de 24 de Outubro de 1873.	692\$222		
Gratificação do Director e do Secretario	Apostilla de 15 de Junho de 1870 e Ref. de 27 de Setembro de 1873	500\$000		
1 Professor de Religiao de ambas as escolas	Ref. de 27 de Setembro de 1873 e Res. n.º 1338	4:200\$000		
1 Porteiro	Ref. de 27 de Setembro de 1873.	400\$000		
				6:022\$222
INTERNATO NORMAL				
1 Directora	Acto de 21 de Janeiro de 1870 e Ref. de 27 de Setembro de 1873.	1:600\$000		
1 Censora	Idem idem.	1:400\$000		
1 Professora de Geographia e Historia	Idem idem.	1:350\$000		
1 Mestra adjunta	Idem idem.	1:350\$000		
1 Porteira	Ref. do 27 de Setembro de 1871	240\$000		
Gratificação da 4. ^a parte do ordenado da Directora.	Actos do Governo de 10 de Julho e 2 de Setembro de 1875.	266\$666		
Alimentação da Directora, Professoras, Porteira e 12 alumnas				6:206\$666
Aluguel da casa do Internato.				
Expediente e objectos para as escolas normaes inclusive luz e agua.				
				11:438\$490
BIBLIOTHECA PUBLICA				
1 Bibliothecario	Lei 1552	3:200\$000		
1 Ajudante do mesmo.	Idem	2:400\$000		
1 Segundo Official.	Leis 1542, 1552 e 1700	1:800\$000		
3 Guardas a 900\$000.	Lei 1552	2:700\$000		
1 Contínuo	Idem	500\$000		
Gratificação de um Guarda que serve de Porteiro.	Idem	400\$000		
				10:700\$000
				82.774\$842
				303.730\$821

Transporte.		10.700\$000	82.775\$843	363.730\$921
Gratificação adicional de um empregado.	Idem	240\$000	10.960\$000	
Compra e encadernação de livros e assinaturas de jornais.		1.500\$000		
Expediente (entraram diariamente 1.5280 para um servente).		2.048\$000		
Preiños de seguro.		150\$000	3.908\$000	
SEMINARIO ARCEBISPOCAL				
Ordinaria do Seminario.			5.000\$000	
AULAS PRIMARIAS				
34 Cadeiras de 3. ^a classe a 1.000\$000 cada uma.	Actos de 4 de Março de 1870, 18 de Dezembro de 1871, 15 de Fevereiro, 11 de Março e 13 de Setembro de 1873, § 4. ^a art. 63 da Ref. de 27 de Setembro de 1873 e Ref. de 28 de Junho de 1873 art. 30.	34.000\$000		
66 Cadeiras de 2. ^a classe a 900\$000 cada uma.	Actos de 4 de Março de 1870, 12 de Abril e 29 de Novembro de 1872, Leis 1230 de 4 de Junho de 1872, 1251 de 1º de Julho de 1872, § 3. ^a art. 65 da Ref. de 27 de Setembro de 1873, e art. 30 da Ref. de 28 de Junho de 1873.	59.400\$000		
368 Ditas de 1. ^a classe a 800\$000 cada uma.	Idem idem idem, § 2. ^a art. 65 da Ref. idem, Acto de 24 de Dezembro de 1873 e art. 30 da Ref. de 28 de Junho de 1873.	292.800\$000		
6 Professores contractados.	Ref. de 28 de Junho de 1873 art. 70 e § 3. ^a do mesmo.	2.160\$000		
1 Dito da Casa de Prisão com Trabalho	Actos de 10 de Julho de 1871 e 18 de Dezembro de 1873.	800\$000		
1 Dito avulso	Ref. de 28 Junho de 1873	400\$000	380.560\$000	
AULAS NOCTURNAS				
1 na Freguesia da Sé	Art. 91 da Ref. de 28 de Julho de 1873.	300\$000		
1 " " Victoria	Idem	300\$000		
1 " " Penha.	Idem	500\$000		
1 " " Pilar e Rua do Passo	Idem	500\$000		
1 " " Concelho da Praia.	Idem	500\$000		
1 " " Santo António	Idem	500\$000		
1 " " Sant'Anna	Idem	300\$000	3.500\$000	
CASAS, UTENSILS E LIVROS				
Aluguel de casas para as aulas da Capital.	Arts. 66 da Ref. de 27 de Setembro de 1873, § 2. ^a da de 28 de Junho de 1873 e ordem do Governo de 16 de Novembro de 1876.	7.700\$000		
Compra de livros e de mobiliárias para as escolas.		11.682\$593		
Despezas diversas.		9.910\$017	22.301\$5984	518.069\$372
§ 5. ^a —Aposentados, Jubilados e Pensionistas				
APOSENTADOS				
ASSEMBLÉA PROVINCIAL				
1 Official-maior da Secretaria.		700\$000		
1 Idem, idem, idem		1.500\$000		
1 Official		2.200\$000		
1 Correio		4.000\$000	5.400\$000	
SECRETARIA DE GOVERNO				
5 Chefes de secção a 2.520\$000		12.600\$000		
1 Dito		2.863\$5640		
1 Dito		1.290\$800		
		16.134\$540	5.100\$000	883.806\$193

Orcada em menos 7.612\$5389 que no orçamento anterior, por se ter excluído a importância de 19.125\$5893 em relação aos que faleceram depois daquele orçamento; calculando-se para mais 14.523\$561 para os ordenados dos novos aposentados e jubilados.

Transportes		16:134.840	5.400 \$000	883.800.5193
1 Chefe de secção		2.214.520		
2 Oficiais a 1.100\$000		3.600.000		
1 Dito		1.600.000		
3 Ditos a 2.100\$000		6.300.000		
1 Dito		4.651.5257		
1 Contínuo		720.000		
THESOURARIA PROVINCIAL				
1 Inspector		3.000.000		
1 Contador		2.600.000		
1 Dito		2.384.5000		
1 Procurador Fiscal		2.000.000		
1 Chefe de secção		1.056.5000		
1 Primeiro Escrivário		501.5000		
1 Dito		573.5234		
1 Dito		900.4312		
1 Porteiro		601.5330		
1 Thesoureiro		3.200.000		
1 Contínuo		357.5768		
MEZA DE RENDAS				
3 Escrivado		3.360.000		
1 Conferente		1.200.000		
1 Segundo Escrivário		865.5000		
1 Porteiro e Archivista		60.000		
BIBLIOTRECA PUBLICA				
1 Oficial		1.127.5468		
1 Guarda		663.5935		
GABINETE DE HISTORIA NATURAL				
1 Guarda			600.000	
OBRAIS PUBLICAS				
1 Engenheiro		3.600.000		
1 Contador		2.200.000		
1 Secretario (addido à Thesouraria Provincial)		1.825.5000		
1 Desenhador		644.5533		
EXTINCTA DEPARTURO DO MATADOURO				
1 Escrivário			634.5666	
VACCINA				
3 Vaccinador da Capital		353.5000		
1 Dito		324.5462		
1 Dito da cidade de Santo Amaro		600.000		
CASA DE PRISÃO COM TRABALHO				
1 Guarda			323.5500	
FORÇA POLICIAL				
1 Major		1.008.5000		
1 Dito		787.5376		
		1.795.5376	74.163.5211	883.800.5193

Transporte		1:7665376	74.1024211	883.8004193	
1 Capitão.		8405000			
1 Dito		1:2005000			
1 Tenente		7204000			
1 Dito		1:2615537			
3 Alferes a 6005000.		1:8005000			
1 Dito		9654000			
1 Dito		2614200			
4 Sargentos a 3285500.		1:3148000			
1 Dito		1842680			
2 Ditos a 5845000.		1:1685000			
1 Dito		3964925			
1 Cade de esquadra.		1353898			
6 Ditos a 4755500.		2:8473000			
3 Ditos a 2193900.		6575000			
1 Dito		1874850			
4 Guedras a 1825500.		7303000			
1 Dito		1425175			
11 Ditos a 5325000.		6:1225000			
1 Dito		4046198			
1 Dito		2132065			
3 Dito		2755584			
1 Dito		3692660			
1 Dito		3644800			
1 Dito		1195600			
1 Músico.		4744500			
2 Ditos a 4085000.		8765000			
			25.7895618		
ACCAS THERMAIS DO SIRU					
1 Director			6005000		
JUBILADOS					
ESCOLAS NORMAIS					
1 Professor de methodes da escola normal.		1:9005000			
1 Dito da primeira cadeira complementar.		1:9005000			
1 Dito da segunda cadeira.		1:6005000			
1 Dito do Externato Normal.		1:8005000			
1 Dito da cadeira annexa ao Externato.		7636777			
1 Censora do Internato Normal.		4683231			
			8.4112998		
LICEU					
1 Professor de Desenho		1:9335333			
1 Dito de Arithmetica.		1:9335333			
1 Dito de Geometria.		1:6005000			
1 Dito de Geometria e Mechanica.		1:6005000			
1 Dito de Geographia e Historia.		1:6005000			
1 Dito de Rhetorica		1:6005000			
1 Dito dito.		2:0005000			
1 Dito da Latin		1:0005000			
1 Dito dito.		1:4255492			
1 Dito de Francez.		1:9335333			
			16.6956421		
PROFESSORES SECUNDARIOS DE DIVERSOS LOGARES					
1 Professor de Philosophia de Minas do Rio de Contas.		5364666			
1 Dito de Rhetorica de Valenga.		9005000			
1 Dito de Latin de Raparia.		2773275			
1 Dito dito da freguezia de Santo António da Capital.		8865527			
1 Dito dito de Minas do Rio de Contas.		8005000			
1 Dito dito da Barra do Rio Grande.		4253777			
			3.7063245		
			129.2955493	883.8004193	

Transporte.

PROFESSORES PRIMARIOS

1 Professor da freguezia da Oliveira dos Campinhos.	3003000
1 Dito de S. Felippe.	3003000
1 Dito da freguezia da Sé.	6003000
1 Dito da villa de Itapicuru.	6003000
1 Dito da freguezia de S. Pedro da Capital.	6003000
1 Dito da freguezia de S. Thomé de Paripe.	8003000
1 Dito da villa do Inhaubupe.	4003000
1 Dito da villa da Barra do Rio de Contas.	2015784
1 Dito da freguezia da Rua do Passo da Capital.	4758229
1 Dito da villa de S. Francisco.	3433974
1 Dito de Santarém.	5003000
1 Dito da povoação de Paramerim.	4003000
1 Dito da freguezia de S. Sebastião.	4003000
1 Dito da freguezia da Nova-Beipeba.	4003000
1 Dito de S. Gonçalo dos Campos.	3983347
1 Dito da Capella das Mórcas.	4003000
1 Dito da cidade de Maragogipe.	5003000
1 Dito da villa de Burcellos.	4003000
1 Dito da villa de Porto-Seguro.	3883380
1 Dito da freguezia da Vila Boipeba.	4003000
1 Dito da villa de Porto Alegre.	4003109
1 Dito da villa de Camisão.	4003100
1 Dito da povoação de Maragogipinho.	4003100
1 Professora da freguezia da Penha da Capital.	6003000
1 Professor da Monte-Alegre.	4003000
1 Dito da Madre de Deus do Bonfim.	4003000
1 Dito da villa da Barra do Rio de Contas.	3293000
1 Dito da villa de Monte-Santo.	6003000
1 Dito de Pirajá.	6003000
1 Dito de Oliveira.	7003000
1 Dito da cidade de Nazareth.	6003000
1 Dito da villa de Camaçari.	8003000
1 Dito da povoação do Rio-Vermelho.	6003000
1 Dito da freguezia da Vera Cruz de Itapacica.	6003000
1 Dito da villa de Santo Antônio da Barra.	3353533
1 Dito da freguezia da Conceição da Praia da Capital.	8003000
1 Dito da freguezia da Victoria da Capital.	6025488
1 Dito da villa de S. Francisco.	6003000
1 Dito da freguezia de Sant'Anna da Capital.	7143387
1 Dito da villa de Osrixangas.	4833266
1 Professora da freguezia de Brotas da Capital.	4033753
1 Professor da Cruz das Almas.	6003000
1 Dito da villa de Jacobina.	6003000
1 Professora da villa da Feira de Sant'Anna.	5725480
1 Professor da freguezia do Ajorá.	5873733
1 Dito da villa de S. Francisco.	3613600
1 Dito da Sílio do Resgate.	5703500
1 Dito do Morro do Pogo.	1663209
1 Dito de Santo Antônio de Jesus.	6003000
1 Dito da povoação de S. Félix.	7903030
1 Dito da povoação da Moritiba.	6003000
1 Professora da freguezia da Victoria da Capital.	2443723
1 Professor da freguezia do Bom-Jardim.	6003000
1 Dito da freguezia da Serrinha.	4923000
1 Dito da villa do Japseiro.	6003000
1 Dito da villa de Curipanha.	3293665
1 Professora da freguezia da Moritiba.	6003000
1 Professor da cidade de Nazareth.	3133154
1 Dito da freguezia da Sé da Capital.	5983309
1 Professora da freguezia da Penha da Capital.	6003000

120:2954493

883:8003193

99:4283669 129:2954493 883:8003193

Transportes		29.628.460	529.295.493	883.800.493
1 Professora da freguesia do Pilar da Capital		623.818		
1 Dito da freguesia de Sant'Anna da Capital		800.000		
1 Dito da vila de Castile		600.000		
1 Dito da freguesia da Praia da Capital		736.510		
1 Professor da freguesia da Victoria da Capital		404.380		
1 Dito da vila da Barra do Rio de Contas		102.450		
1 Dito da Capela do Almeida		493.590		
1 Professora da freguesia da Sé da Capital		406.815		
1 Professor da cidade de Valença		900.000		
1 Dito da vila do Pombal		507.330		
1 Dito da freguesia de Santo Antonio da Capital		527.518		
1 Dito da freguesia de Jesus, Maria, José da Egreja Nova		328.619		
1 Professora da cidade de Valença		334.540		
1 Professor da povoação da Cajubiba		349.514		
1 Professora da freguesia de Santo Antonio da Capital		1.000.000		
1 Professor da freguesia da Penha da Capital		1.000.000		
1 Dito da vila da Jacobina		900.000		
1 Dito da freguesia de Nossa Senhora do O' de Paripe		800.000		
1 Dito da freguesia do Pilar da Capital		1.000.000		
1 Dito da povoação do Rio-Vermelho		944.633		
1 Dito da vila do Urubu		803.600		
1 Dito da vila da Baixa do Rio de Contas		399.520		
1 Professora da freguesia de Santo Antonio da Capital		785.511		
1 Professor da vila de Muius do Rio de Contas		900.000		
1 Dito da freguesia de Brocas da Capital		847.500		
1 Dito da freguesia de Cotegipe		900.000		
1 Professora da freguesia da Rua do Passo da Capital		697.563		
1 Professor da freguesia dos Mares		934.388		
1 Dito da cidade de Valença		900.000		
1 Dito avulso		585.500		
		30.026.930		
PENSIONISTAS				
Vinte e oitos do Brigadeiro José Eloy Pessoa da Silva	Lei 149.	730.000		
" 183.	" 100.000			
" " 622.500				
" " 62.500				
		945.500	480.267.543	
§ 6. ^a —Casas Pias				
Ordinária da Santa Casa da Misericordia da Capital	Leis 25.987	2.000.000		
Idem da Maragogipe	" 987.	1.500.000		
Idem do Colégio dos Orfãos de S. Joaquim	" 491.	3.000.000		
Idem do Recolhimento dos Pardões	" 250 e 1054	2.000.000		
Idem idem dos Humildes	" 250.	1.000.000		
Idem idem de S. Raymond	" 491 e 987	3.000.000		
Idem do Hospital de Caridade de Santo Amaro	" 250 e 1084	3.000.000		
Idem idem da cidade da Cachoeira	" 1113	3.000.000		
Idem idem da cidade de Valença	" 879.	1.500.000		
Idem idem da cidade de Nazareth	Lei 1113	1.500.000		
Idem do Colégio das Orphans do SS. Coração de Jesus	" 390.	3.000.000		
Idem do Asyllo de meninas desamparadas de Nazareti	" 909 e 987.	500.000		
Idem da Casa da Providencia	" 987	4.500.000		
Idem do Colégio das Orphans de Nossa Senhora do Sallette	" 949	4.000.000		
Idem da Sociedade Monte-Pio dos Artistas	" "	4.000.000		
Idem da Sociedade Monte-Pio dos Artífices	" "	4.000.000		
Idem do Colégio de Caridade dos Lengões	" "	500.000		
Idem da Casa de Misericordia da Feira de Sant'Anna	" 1042	2.000.000		
Idem do Hospital de Nossa Senhora da Oliveira dos Caminhos	" 1009	4.000.000		
Idem idem de S. Pedro da Barra do Rio-Grande	" 1125	4.500.000	34.500.000	1.064.067.561
			34.500.000	

Transporte				34:500:000	4,064:067:5616
1 Administrador do Asyle de Mendicidade	Acto do Governo da 25 de Julho de 1876.		1:500:000 500:000	1:500:000	30:100:5000
1 Ajudante do mesmo					
§ 7.^a - Vacinação e Pontes Thermiques					
1 Director do Instituto.	Reg. de 14 de Novembro de 1861 e Lei 1430.		2:500:000		
Gratificação de 20 % adicional para o mesmo	Acto do Governo de 16 de Outubro de 1875 e Lei 1552		400:000		
4 Comissários Vaccinadores Municipais	Reg. de 14 de Novembro de 1861.		4:000:000		
1 Escriturário	Lei n. 990.		4:000:000		
1 Porteiro	Reg. de 14 de Novembro de 1861.		400:000		
1 Vaccinador do município de Maragogipe	Lei 1567		600:000		
1 Dito do município da Cachoeira	" 1923		600:000		
1 Dito do município de Santo Amaro	Acto do Governo de 10 de Julho de 1876.		600:000		
1 Dito do município de S. Francisco			300:000		
1 Dito do município de Ilhéus			300:000		
1 Dito do município de Porto Seguro			300:000		
1 Dito do município de Valença			300:000		
1 Dito do município de Santarém			300:000		
1 Dito do município da Barra			300:000		
1 Dito do município de Carnaúba			300:000		
1 Dito do município da Feira de Sant'Anna			300:000		
1 Dito do município de Tacuru			300:000		
1 Dito do município de Cananéia			300:000		
1 Dito do município de Santa Izabel			300:000		
1 Dito do município de Inhamupe			300:000		
1 Dito do município de Alcobaça			300:000		
1 Dito do município de Atagoiçbas			300:000		
1 Dito do município de Minas da Rio de Contas			300:000		
1 Dito do município de Jequiraciá			300:000		
1 Dito do município de Barreiros			300:000		
1 Dito do município de Maranhão			300:000		
1 Dito do município de Campo Largo e Santa Rita			3		
1 Dito do município de Nazaréia	Lei 1423		600:000		
1 Dito do município de Conde			200:000		
1 Dito do município de Viçosa			100:000		
1 Dito do município de Itapicuru			200:000		
1 Dito do município de Belmonte			100:000		
1 Dito do município de Itaparica			300:000		
1 Dito do município da Villa-Nova da Rainha			300:000		
1 Dito do município da Mata			200:000		
1 Dito do município de Caravelas			200:000		
1 Dito do município de Abrantes			200:000		
1 Dito do município de Jaguaripe			150:000		
1 Dito do município de Pombal			200:000		
1 Dito do município de Monte Santo			100:000		
1 Dito do município de Caetanóvias			100:000		
1 Dito do município da Barra da Rio de Contas	Acto do Governo de 16 de Janeiro de 1877		300:000		
1 Dito do município de Macaúbas			100:000		
1 Dito do município de Caetité	Acto do Governo de 2 de Agosto de 1876		300:000		
1 Dito do município de Jacobina			100:000		
1 Dito do município de Almadina			100:000		
1 Dito do município de Monte-Alegre			100:000		
1 Dito do município de Cayré			300:000		
1 Dito do município de Carinhana			200:000		
1 Dito do município de Monte-Alto			150:000		
1 Dito do município dos Lençóis			200:000		
1 Dito do município da Parificação			3		
1 Dito do município de Santo Antônio da Barra			120:000		
1 Dito do município de Taperóis			200:000		
1 Dito do município de Chique-Chique			100:000		
1 Dito do município do Grubé			100:000		
1 Dito do município do Joazeiro			150:000		
			18:000:000		1,100:167:5616

Opêda em mais 1:362:000, par se fer calulado para mais 100:000 para o Vaquejador do município da vila de S. Francisco, 100:000 para o da cidade de Valença, 100:000 para o da vila da Barra, 100:000 para o de Tucano, 100:000 para o de Raparia, 100:000 para o da vila Nova da Rainha, 200:000 para o da vila da Barra do Rio de Contas, 150:000 para o de Caetité e 200:000 para o de Oliveira, de acordo com os Actos do Governo de 12 de Abril de 1875, 9 e 10 de Maio, 19 de Julho, 2 e 24 de Agosto e 19 de Setembro de 1876, 16 de Janeiro de 1877 e Lei n. 1683 de 8 de Agosto de 1876; e finalmente também para mais 113:000 para propagação da vacina e expediente da Repartição, segundo o termo médio dos tres últimos exercícios.

Transporte.		18.000.000	1.100.167.361,61
Dito do município de São Arcadio		400.000	
Dito do município de Goytacazes		100.000	
Dito do município de Santa Cruz		100.000	
Dito do município de S. José de Porto-Alegre		120.000	
Dito do município da Victoria		100.000	
Dito do município de Capim-Grasso		100.000	
Dito do município de Oliveira		300.000	
Dito do município do Rio das Eguas		100.000	
Dito do município do Morro do Chapéu		100.000	
Dito do município do Prado		100.000	
Dito do município de Santa Rita		100.000	
Dito do município do Brejo-Grande		100.000	
Dito do município da Tapera		100.000	
Dito do município de Maracais		100.000	
Dito do município de Entre-Rios		200.000	
Dito do município do Soure		100.000	
Dito do município da Villa-Verde		100.000	
Dito do município da Nova Boipeba		100.000	
Propagação da vacina e expediente da Repartição.			21.110.000
Expediente do Conselho de Salubridade.		321.578,60	421.578,60
FONTES TERMAIS		100.000	
Gratificação de um Medico			610.500,00
§ 8.º—Catechese e civilização dos Indianos			22.131.578,60
Guisamentos do missionário da Lagoa e Cacimba		50.000	
Aluguel da casa dos missionários Lazaristas		800.000	
Ordenado de 2 missionários ambulantes		1.800.500,00	
Idem do que funciona nas prisões da Capital		700.000	
Gratificação do Director dos Jardins da Pedra Branca		240.000	
§ 9.º—Hospital dos Lazares			3.500.000
Vencimento do Medico	Leis 196 e 627	1.000.000,00	
Subvenção do Hospital		17.000.000	
§ 10.º—Força Policial			48.000.000
CORPO DE POLICIA			
Soldo dos Oficiais		20.400.000	
Gratificação dos mesmos		8.520.000	
Etapa dos mesmos		13.797.500	
Ferragens para os cavallos dos mesmos		1.387.500	
Soldo das praças de praet		177.682.500	
Etapa dos mesmos		238.637.500	
Parlamento		34.000.000	
Ferragens para os cavallos		4.927.500	
Forcados para o serviço do quartel		350.000	
Cesteamento do corpo		270.588,00	
Tratamento das praças docentes		2.468.540	
Compra e aluguel de cavalos		2.021.536,00	
Transporte de praças		8.619.523,1	
GUARDA URBANA			
Soldo dos Oficiais		2.760.500	
Gratificação dos mesmos		850.000	
Etapa dos mesmos		1.460.500	
Ferragens para os cavallos dos mesmos		1.330.500	
		6.103.500	
		318.501.577,1	1.143.880.540,2

Transporte		6:410:800	518:591:877	1.143.889.640
Soldo das praças de pret Etapa das mesmas		37:593:6000 50:078:6000 7:153:6000	101:237:6500	
Fardamento		3:862:6175 7:434:617 4:330:6901 3:039:6749	19:307:6053	
Armamento e equipamento			639:436:6344	
Aluguel de casas para quartéis			501:840:5000	337:296:634
Luz e água para os mesmos				
Despesas diversas				
Importância que se acha préviaente de auxílio do Governo Imperial				
 § 11.^a—Presos Pobres				
Sustento, curativo, vestuário e condutão de presos			63:990:6834	
 CASA DE PRISÃO COM TRABALHO				
1 Administrador	Leis ns. 909 e 1246 e Reg. de 14 de Outubro de 1863.	2:400:6000		
1 Ajudante	Idem idem idem	1:400:6000		
1 Escrivão	Idem idem idem	840:6000		
1 Capelão	Idem 909 e 1246, e Reg. idem	1:200:6000		
1 Médico	Idem 909 e 1032 idem idem	2:000:6000		
12 Guardas a 500:6000	Idem 909 e 1246 idem idem	6:000:6000		
3 Enfermeiros a 300:6000	Idem idem idem	1:500:6000		
Gratificação de um que serve de Enfermeiro mór e que accende a iluminação	Actos de 17 de Novembro de 1870 e 10 de Novembro de 1871.	510:6000		
1 Mestre da officina de marceneiros com a diária de 25:600	Leis 909, 1246, Reg. de 14 de Outubro de 1863 e Actos do Governo de 27 de Abril de 1871, 27 de Julho de 1873 e 12 de Maio de 1876.	747:6000		
1 Dito da de alfaiates com a diária de 15:600	Ordem do Governo de 19 de Março de 1873.	448:6000		
1 Dito da de sapateiros com a de 15:600	Leis 909, 1246, Reg. de 14 de Outubro de 1863 e ordem do Governo de 24 de Agosto de 1876.	538:6000		
1 Dito da de charuteiros com a de 15:600	Idem 909, 1246, Reg. de 14 de Outubro de 1863 e ordem de 24 de Julho de 1876.	448:6000		
1 Barbeiro com a de 15:600	Idem 909, 1246, Reg. de 14 de Outubro de 1863 e Actos do Governo de 24 de Fevereiro de 1874 e 26 de Agosto de 1875.	438:6000	18:470:700	
Para a iluminação a gaz		3:434:669		
Despesas diversas		604:513	4:038:6794	86:504:5328
 § 12.^a—Passeio Público				
Custearamento, enfeitesamento e conservação		6:000:6000		
Iluminação a gaz		1:773:6428		
Gratificação do accensor		516:6000		8:289:6428
 § 13.^a—Navegação a Vapor				
Subvenção da Companhia Bahiana				79:600:6000
 § 14.^a—Iluminação Pública				
1 Engenheiro Fiscal da iluminação da Capital	Acto de 24 de Julho de 1868.	2:400:6000		
4 Ajudantes a 1:200:6000	Actos de 24 de Julho de 1868, 28 de Março de 1870, 30 de Maio de 1874, e 30 de Dezembro de 1875.	4:800:6000		
Ferragens para todos a 900 reis, diários	Acto de 28 de Maio de 1870.	1:652:6000		
Para a iluminação da Capital com 2,315 combustores até 31 de Dezembro de 1876		168:995:6000		
		177:837:6000		1.354.970:6472

Transporte		177.837.6300	1.831.920.472	
Para a Iluminação da cidade da Cachoeira e povoação de S. Félix.		7.100.000		
Idem idem de Santo Amaro		3.700.000		
Idem idem de Nazareth e Maragogipe		7.200.000		
Idem idem de Valeoia		2.400.000		
§ 15.—Fabricas, Congregas e Guisamentos				
Fabricas.		4.000.000		
Guisamentos para 172 freguezias.		8.750.000		
Congregas para 172 freguezias.		17.200.000		
Idem para o Clura da Capela do Livramento de Nagé.		200.000		
Idem para o Coadjutor de Sant' Anna do Catá.		200.000		
Idem para o da Mão de Deus do Boqueirão.		250.000		
Idem para o de S. Domingos da Subaria.		200.000		
Idem para o da Capela da Lagoa Clara.		200.000		
Idem para o de Nossa Senhora da Saude de Iapicará.		200.000		
Idem para o da Sant' Anna do Rio Verneiro.		100.000		
Idem para o Capelão da Capela cariada de Nossa Senhora da Conceição do Rio.		200.000		
Idem idem do SS. Coração de Jesus do Cabula.		450.000		
Idem idem da Curada da Cepa Forte.		300.000		
§ 16.—Azeio e Limpeza da Cidade				
Subvenção para o azeio e limpeza da Cidade	Leis 1431, 1446, 1435, 1500 e 1662		44.000.000	Nesta verba não houve alteração.
§ 17.—Cemiterios Públicos				
1 Administrador do Cemiterio de Bom Jesus.		580.000		
1 Dito do de Nossa Senhora do de Bratas		300.000		
Díarias dos Serventes e Coveiros do de Bom Jesus.		3.066.000		
Idem dos Serventes de Bratas		1.752.500		
§ 18.—Instituto Agricola				
Para o Instituto Agricola	Leis 1446, 1435, 1443, 1500 e 1662.		20.000.000	Nesta verba não houve alteração.
§ 19.—Theatre Publico				
1 Administrador		2.000.000		
1 Guarda-roupa.		300.000		
1 Porteiro e Fiel.		400.000		
§ 20.—Obras Públicas				
1 Director		4.000.000		
2 Engenheiros a 3.900.000		7.800.000		
1 Dito interíaco.		1.700.000		
1 Arquitecto.		2.000.000		
2 Desenhistas a 1.200.000		2.400.000		
1 Secretario Archivista.		1.000.000		
1 Amanuense		1.000.000		
1 Postoiro		720.000		
1 Almoxarife.		2.000.000		
Gratificação de 10% a tress empregados.		640.000		
Para obras, ajudas de custo etc. inclusive publicação do expediente.		23.700.000		
		176.300.000	200.000.000	
				2.353.160.3972

Transporto				2,358.160,00	
§ 24.º—Juros e Amortizações de Emprestimos					Orcada em mais 44.115,00 que no orçamento anterior, por se ter calculado para mais 30.715,00 para ocorrer ao pagamento dos juros de 7 %, em relação a 24.300,00 das apólices que completaram a 1.ª emissão e a réis 700.000,00 das relativas a 8.º, 9.º e 10.º emissões; e para menos 6.000,00 dos juros de 6 % sobre 110.000,00, importância das 220 apólices de 500,00 da 4.ª emissão que têm de ser resgatadas em Janeiro.
Juros de 6 %, sobre 1100 apólices de 500,000 da 4.ª emissão no 1.º semestre, e sobre 880 no 2.º semestre do exercício de 1877 a 78 .					
Resgate de 220 apólices da mesma emissão .					
Juros de 7 %, sobre 2.500.000,00, sendo sobre 300.000,000 em relação às apólices da 5.ª emissão, 530.000,00 sobre as da 6.º, 330.000,00 da 7.º, 200.000,00 da 8.º, 200.000,00 da 9.º, 300.000,00 da 10.º tudo em relação ao 4.º e 2.º semestres .					
§ 25.º—Eventuais					Nesta verba não houve alteração.
Para despesas eventuais inclusive a festividade do dia 2 de Julho .				6.000,00	
§ 26.º—Exercícios Findos					
Para José Caetano da Silva proveniente do que venceu de fardamento como praça do Corpo de Polícia de Janeiro a Junho de 1875 .		165,00			
Para Antônio Calheiros da Penitenciária por passagens dadas em sua canga no porto de Maragogipe à Guardas do Corpo de Polícia de Agosto de 1874 a Junho de 1875 .		50,00			
Para João da Silva Braga em restituição do líquido do que pagou na Collectoria da villa do Conde pela compra que pretendeu fazer de terrenos naquela villa ao Dr. Balthasar de Araújo Aragão Beloço .		60,00			
Para Modesto Pereira da Silva, proveniente do fardamento que venceu como praça do Corpo de Polícia, de Janeiro de 1874 a Junho de 1875 .		495,14			
Para o Tenente quartel-mestre do Corpo de Polícia por despesa feita com a iluminação do quartel do Joazeiro no mês de Junho do anno proximo passado .		43,00			
Para Antônio Gomes dos Santos em restituição do líquido do que pagou de imposto de 2 %, sobre a compra de um predio que não chegou a realizar .		15,671,16			
Para F. Ferraro & filhos por obras feitas para o esgoto das águas por entre os aterros da nova rua do Forte de S. Pedro .		1.422,50			
Para Antônio Suterin Vasques, proveniente do fardamento que venceu como praça do Corpo de Polícia, de Janeiro de 1874 a Junho de 1875 .		445,34			
Para a Companhia do Gaz pelos concertos feitos na casa penitenciária em Agosto de 1873 .		185,18			
Para Firmino Manuel Dionizio proveniente do fardamento que venceu como praça do Corpo de Polícia de Janeiro de 1874 a Junho de 1875 .		445,34			
Para Francisco Malta da Silva, proveniente do fardamento que como praça do mesmo corpo também venceu de Janeiro de 1874 a Junho de 1875 .		495,14			
Para João Soares da Costa, idem idem idem de Janeiro a Junho de 1875 .		465,29			
Para Boldt Katenkamp & C., em restituição do que de mais pagaram de direitos sobre o fumo nos meses de Fevereiro a Abril de 1875 .		333,348,5			
Para Archanja Maria do Espírito Santo, pelo aluguel da casa que em Cannavieiras serviu de quartel e cadeia no mês de Junho de anno proximo passado .		12,00			
		2.133,356,1			
				2.662.060,00	

Transporte		2:335:064	2,682,060,6972	
Para Antonio José d'Amorim, Porteiro dos auditórios da Capital por prisões que fez por parte da Fazenda de Março a Junho de 1875		86750		
Para Augusto Cesar Pires de Miraída, Collector de Nazareth, proveniente da porcentagem de 1 1/4% sobre os sellos de heranças e multas alli cobradas no exercício de 1875 a 76.		253247		
Para pagamento da folha de 10 %, dos empregados do Juiz de Peça arrecadado da dívida ajuizada efectuada no mês de Dezembro de 1876 relativa ao exercício de 1875 a 76		3084899	2,478,6457	
§ 24.^o—Lycen de Artes e Ofícios				Orcada em mais 2:000,000 qu. e no orçamento anterior, em vista da § 24 do I. art. 1. ^o da Lei 1662.
Para o Lycen de Artes e Ofícios.			4,000,000	Nesta verba não houve alteração.
§ 25.^o—Alienados				
Para sustento e tratamento dos 20 alienados por conta da Província no Asyle S. João de Deus			4,234,000	
EMPRESTIMO A EMPREZA ESTRADA DE FERRO CENTRAL	Contrato de 16 de Abril de 1873 e Ordem do Governo de 3 de Abril de 1875.		200,000,000	
			2,872,773,8429	

RELAÇÃO das collectorias que têm sido examinadas fóra das horas do expediente da Tesouraria, na forma do acto do Governo de 9 de Agosto de 1865, com discriminação do que ficou por cobrar.

COLLECTORIAS	EXERCICIOS	DIVIDA
Santo Amaro	De 1867 a 1868 até 1873 a 1874	23:8575380
Alugoinhas	" " 1874 a 1875	6:008\$100
Santo António da Barra	" " " " "	4:4285300
Sant'Anna do Catú	" " " " "	3:3173700
Abadia	" " " " "	1:0065800
Aleobaça	" " 1875 a 1876	8863600
Barra do Rio de Contas	" 1866 a 1867 " 1874 a 1875	9525300
" " " S. Francisco	" 1867 a 1868 " " "	4:7055300
Cachoeira	" 1868 a 1869 " " "	38:1293970
Caravellas	" 1866 a 1867 " " "	5:6055310
Camisão	1868 a 1869, 1869 a 1870 e 1873 a 1874	1:7423600
Caetité	1867 a 1868 até 1874 a 1875	3:3915000
S. Félix	" " " " "	9:6325370
Feira de Sant'Anna	1869 a 1870 " 1873 a 1874	6:6405670
S. Felippe	1867 a 1868 " 1875 a 1876	1:4815800
S. Francisco (villa)	" " 1873 a 1874	3:8995840
S. Gonçalo dos Campos	1871 a 1872 " 1873 a 1876	2:3065000
Inhambupe	1866 a 1867 " 1869 a 1870	3:5805700
S. João do Paraguassú	1868 a 1869 " 1874 a 1875	7:8385300
Lengôes	" " " " "	22:8685700
Maragogipe	1867 a 1868 " 1875 a 1876	12:5305844
Minas do Rio de Contas	1867 a 68 até 1871 a 72 e de 1873 a 74 até 75 a 76	10:3015000
Maré, Paripe, etc.	1868 a 1869 até 1875 a 1876	8:2315000
Matta de S. João e Abrantes	1867 a 68 até 1869 a 70 e de 1873 a 74 até 75 a 76	405000
Nazareth	1869 a 1870 até 1873 a 1874	15:4765310
Purificação	1873 a 1874 e 1874 a 1875	2:6105800
Porto-Seguro	1867 a 1868 até 1875 a 1876	9135644
Tapera	1865 a 66, 1868 a 69, 1869 a 70 e 1873 a 74	8565900
Vicos e Porto-Alegre	1868 a 1869 até 1874 a 1875	4:6935900
Valença	1866 a 1867 " " "	6:2475994
		243:1535198

Com tal exame tem se despendido até o presente a quantia de 13:1445973, sendo 8:1115631 no exercício de 1875 a 1876 e 5:033\$322 no de 1876 a 1877, ficando assim liquidados 211 exercícios das collectorias aqui mencionadas.

Contadoria Provincial da Bahia 12 de Fevereiro de 1877.—O Contador, Anacleto Barbosa.

Nº 11

NOTA da despesa realizada pela verba Força Pública nos dez últimos exercícios

1866 a 1867	1867 a 1868	1868 a 1869	1869 a 1870	1870 a 1871	1871 a 1872	1872 a 1873	1873 a 1874	1874 a 1875	1875 a 1876
938.801.5020	317.112.3470	264.824.8920	301.980.5518	370.206.3800	434.021.5391	403.084.4500	446.077.6920	461.408.5040	501.532.5838

Contadoria Provincial da Bahia, 10 de Fevereiro de 1877, — O Contador, Joaquim Barbosa.

TABELA comparativa das quantias incluídas no Orçamento dos últimos dezesseis exercícios para pagamento aos aposentados do Corpo de Polícia, de acordo com a Lei n. 878 de 1-1 de Dezembro de 1861

1861	1862	1863	1864	1865 a 1866	1866 a 1867	1867 a 1868	1868 a 1869	1869 a 1870	1870 a 1871	1871 a 1872	1872 a 1873	1873 a 1874	1874 a 1875	1875 a 1876	1876 a 1877
1:380.200,00	1:335.380,00	1:635.654,10	1:635.654,00	1:635.654,01	7.395.847,77	9.409.573,77	8.193.682,4	8.846.528,6	8.846.528,6	10.141.516,2	11.498.466,2	17.759.664,8	17.803.613,0	20.241.668,0	

N. B.—A quantia que figura no exercício de 1864 é proveniente dos vencimentos de aposentadoria concedida pelo § 4.^o art. 9 da Lei 846, a um capitão.

Contadoria da Thesouraria Provincial da Bahia, 9 de Fevereiro de 1877.—O Contador, Anacleto Barros.

EMONSTRATIVO da despeza feita com a instrução primaria nos d

1867 À 1868				1868 À 1869				1869 À 1870				1870 À 1871				1871 À 1872				1872 À 1873				
NÚMERO DE CADERNAS	DESPESA	NÚMERO DE CADERNAS	ABERTURA	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	NÚMERO DE CADERNAS	ABERTURA	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	NÚMERO DE CADERNAS	ABERTURA	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	NÚMERO DE CADERNAS	ABERTURA	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	NÚMERO DE CADERNAS	ABERTURA	
267	170.630.000	273	3	173.540.000	3.910.000	0	273	3	173.540.000	1.800.000	0	280	3	194.040.000	20.780.000	0	280	3	149.640.000	820.000	1.580.000	183	3	
	(21.700.000)			151.234.556		0.538.641			21.248.456	0.993.660				10.344.5850		46.700.500			11.104.6307	2.619.517	1.100.000	13.013.500	2.901.510	30.000
	191.823.4000			188.694.456	3.910.000	0.618.641			196.488.456	2.280.000				243.567.4072	58.780.000	10.701.5001			251.500.2000	11.432.5837	1.500.000	270.510.6002	7.110.2703	30.000

ezza feita com a instrução primária nos dez últimos exercícios

1872 à 1873				1873 à 1874				1874 à 1875				1875 à 1876				1876 à 1877				OBSERVAÇÕES	
EXERCÍCIO	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	EXERCÍCIO	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	EXERCÍCIO	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	EXERCÍCIO	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS	EXERCÍCIO	DESPESA	DIFERENÇA PARA MAIS	DIFERENÇA PARA MENOS		
3	230.424.223	800.000		347	64	290.500.000	60.072.373	463	56	337.000.000	46.900.000	523	25	361.000.000	26.100.000	367	39	380.200.000	25.000.000	2 professores subvençionados.	
	3.000.000	9.500.000				4.000.000				4.000.000										Gratificação de aulas nocturnas.	
	8.000.000	300.000				10.000.000				10.000.000										Casa, mobília, livros e outras despesas.	
	15.015.500	2.341.109				15.032.000	723			15.032.000										Gratificação de Adjuntos.	
	4.000.000	5.000.000																		Mens de ajudantes.	
	500.000	520.000																		Almoço de professores contratados.	
	230.410.804	7.610.373				310.052.000	60.085.401	4.000.000		330.308.6203	46.900.000	615.600		366.351.5133	26.100.000	367	39	380.200.000	25.000.000		

REPARTIÇÃO DA POLICIA



Secretaria da Polícia da Bahia, 6 de Fevereiro de 1877

Ilm. e Exm. Sr.

Conforme disse no relatorio que me foi exigido, e prestei á administração da província em 10 de Janeiro ultimo, envio a V. Ex. as informações que mais desenvolvidamente organisei, relativas a todos os ramos de serviço a cargo desta repartição, concernentes ao anno proximo findo.

A exposição que acerca de cada um delles passo a fazer, juntarei algumas vezes ponderações indispensaveis, filhas da experiençia, para as quaes peço a attenção de V. Ex.

SEGURANÇA PÚBLICA

Atendendo-se ao numero dos factos de que nos dá notícia a estatística criminal do anno findo, onde, infelizmente, como nos annos anteriores, continuam a avultar os homicídios, os ferimentos e as offensas physicas, os roubos e os surtos, não obstante não serem ainda essas cifras a expressão real dos acontecimentos, à falta de não poucas communicacões officiaes dos crimes que se dão no centro da província, apesar das repetidas circulares para a prompta remessa de tæs communicacões, não

se poderá deixar de reconhecer e confessar que em nada também continua a ser lisongeiro o nosso estado de segurança, quer se trate do que diz respeito ás pessoas, quer do que se refere á propriedade.

O esforço das autoridades policiais em prevenirem os delictos e em promoverem a punição dos criminosos não tem correspondido nem á dedicação e ao zelo com que elles porsiam na satisfação de seus deveres, nem á expectativa publica e muito menos ás exigencias da justiça.

Os crimes reproduzem-se sensivelmente; grande numero dos delinquentes ficam impunes, zombando da afflictão de suas victimas, e d'essa impunidade, que anima sempre o braço do sicario, originam-se novos commettimentos, para os quaes não pôde a sociedade deixar de olhar com indignação e espanto.

Essa progressão dos factos criminosos, resistindo como se sente, aos meios preventivos e coercitivos, que, actualmente lhes podem ser oppostos, é uma ferida perigosa, que ameaça a moralidade social e põe em continuo risco a segurança publica; e tanto mais terrível é ella quanto se não pôde firmar até onde terá de estender-se a sua accção damnificadora.

Cumpre, pois, que os poderes competentes, seriamente apreciando as causas d'esse mal, promovam sein demora os meios seguros de combatel-os.

Para alcançar-se tão importante desideralum, entendo, entretanto, que bastaria um pequeno esforço, apenas, da bôa vontade de nossos legisladores, auxiliado por algum augmento de despesa dos cofres publicos, uma vez conhecidas aquellas causas, como aliás o são, ao menos as mais directas e immedias.

Entre estas não deixarei de indicar, sempre, como secundas vertentes dos effei-
tos que lamentamos—a falta que ha de força publica sufficiente para o serviço in-
dispensavel nas diversas localidades do centro da província, em muitas das quaes
não ha uma só praça para coadjuvar a autoridade policial na repressão dos crimes,
na captura dos criminosos; a ausencia de instrucção popular, deixando as camadas
inferiores de nossos concidadãos sem a cultura de espirito necessaria a poderem co-
nhecer os seus direitos e deveres, nascendo da ignorancia em que vivem os habilos
viciosos que adquirem, e que os depravam, predispondo-os, finalmente, á pratica dos
delictos; a benevolencia com que, as mais das vezes, são julgados perante os jurys
os delinquentes, ainda os mais legitimamente convencidos dos seus crimes; o patro-
nato, que nas localidades contraes manifesta-se, sempre, em larga escala de parte
das influencias politicas para com os seus adeptos, enervando-se assim a accão da
autoridade, e ferindo-se a justiça; a falla de trabalho diario para grande numero de
individuos necessitados de subsistencia, porque não acham onde ganhal-a, e que vão
por isto muitas vezes, arrastados pela fome, lançar mão do alheio; o nenhum inte-

resse que revela a nossa população pela repressão dos crimes, já não se prestando a prender em flagrante os delinquentes, já negando-se a depôr a verdade nos processos instaurados; de modo que difficilmente podem as autoridades obter as provas testemunhaes de qualquer crime, e, finalmente, o embarracoso e acanhado circulo a que, aliás, em luta com tantas dificuldades, ficou redusida a accão da autoridade policial, depois da lei da reforma judiciaria, que cerceando-lhe as mais importantes attribuições, cercou-lhe de cortejos prolongados todos os seus actos, ainda naquelles casos em que as circumstancias exigem o mais prompto e energico procedimento.

No arduo desempenho das attribuições que incumbem á polícia, deve a accão desta ser geral, activa e immediata, de modo que se move em toda parte, sem embargo e com segurança, ou para impedir os projectos criminosos, ou para reprímiti-los quando consummados, tirando aos seus autores a esperança de poder illudir-a.

Entretanto, poderá a autoridade policial, depois da reforma de 1871, ter essa accão rapida e precisa, de que, aliás, não pôde prescindir a segurança social, da vida e da propriedade dos cidadãos?

Absolutamente não.

Considerando-se o crime consummado, salvo o caso de prisão em flagrante delicto, hypótese que, pela deficiencia da força publica, ja indicada, verifica-se ordinariamente na razão maxima de 20 para 100, como adiante se verá dos respectivos dados estatisticos, enquanto a autoridade occupa-se em estudar e descrever as topographias e os logares em que os crimes se dão, enquanto consume o tempo em interrogatorios, corpos de delicto e mais diligencias, que devem ser remetidas ao juiz competente para formação da culpa, assim de que este decrete a prisão preventiva, se a julgar ainda conveniente, a quantas legoas fôra da accão da justiça se terá posto o criminoso sem que se saiba, muitas vezes, qual o rumo que levou?

Dahi a impunidade de grande numero de delictos; dahi a animação na propria lei a novos committimentos, que a impunidade gera; dahi, finalmente, o enfraquecimento da accão policial.

Com tal sistema, impropto ás necessidades do nosso tempo e do nosso paiz, a lei penal, que aliás não protege a sociedade somente, pelas penas que inflinge aos delinquentes, mas tambem pela intimidação que produz, e deveria servir de valiosa prevenção aos delictos, não pôde attingir seus fins.

Para a impunidade dos crimes, causa essencial de sua reprodução; para aco-
reçoar o espirito malfeitor, era já de sobra a distincão incoherente perante o direito feita pela lei criminal nos delictos, privando a accão official naquelles que classifica particulares, collocando a autoridade para poder proceder contra o offensor na dependencia da queixa do offendido; como se porventura a lei impondo a pena ao delin-

quente procurasse somente desaggravar os direitos da pessoa prejudicada, e não attendesse, sobretudo, de preferencia, ao interesse geral da sociedade e á necessidade de não deixar passar sem correccão o culpado.

Dir-se-ha, talvez, que quando as leis de 6 de Junho e 26 de Outubro de 1831 consignaram como policias e sujeitos á accão official certos crimes com mais frequencia commetidos, como por exemplo as offensas physicas leves, as injurias verbáes, as ameaças e outros, essas disposições legislativas foram determinadas pela occasião, ou exigidas pelas circumstancias occurrentes naquelle epocha.

Admitto que assim fosse; mas, entretanto, o que é certo é que por analogia de causas, á vista dos factos que actualmente se reproduzem pela impunidade em que ficam taes delictos, a reprodução tambem dessas medidas de occasião seria uma proveitosa providencia, que viria derramar em nossa sociedade effeitos salutares.

Dito o que fica exposto sobre a segurança publica, passo a classificar os crimes, indicando os logares em que elles se deram no anno proximo findo.

Homicídios	44
Ferimentos graves	63
« simples	67 130
	—
Tentativas de homicídio	3
Roubos	16
Furtos	69
Defloramentos	12
Raptos	8
Tentativa de incendio	1
	—
	283
	—

Dos autores de taes crimes foram presos em flagrante apenas 62.

Os homicídios deram-se: 6 na cidade dos Lençóis, 2 na de Santo Amaro, 2 em Alagoinhas, 2 em Geremoabo, 1 em Santa Rita do Rio-Preto, 3 em Santo Estevão de Jacuípe, 1 em Passé, 2 em Chique-Chique, 1 em Maracás, 1 em Abrantes, 2 em Carinhanha, 3 em Monte-Alegre, 2 em Nazareth, 1 em Villa Nova da Rainha, 3 em Minas do Rio de Contas, 1 em Cachoeira, 1 em Pirajá, 1 em Inhamupe, 1 na Villa da Victoria, 2 no Remanso, 2 em Cannavieiras, 2 na freguezia de S. Pedro, 1 na cidade de Valença e 1 na freguezia da Rua do Passo.

Os ferimentos graves: 2 na freguezia do Pilar, 1 na villa de S. Francisco, 2 em Sant'Anna do Catú, 3 na freguezia de Santo Antonio, 1 em Paripe, 1 na Rua do Passo, 1 em Entre-Rios, 1 em Geremoabo, 3 em Jaguaripe, 2 em Carinhanha, 1 no

Inhambupe, 1 na Matta de S. João, 1 em Santarém, 1 na Villa Nova da Rainha, 6 na Areia, 6 em Chique-Chique, 1 em Pirajá, 3 em Santo Antonio da Barra, 2 em Minas do Rio de Contas, 1 na Cachoeira, 1 nos Lençóes, 3 em Monte-Alegre, 3 no Remanso, 1 em Capim-Grosso, 1 em Alcobaça, 1 na Nova Lage, 1 em Cannavieiras, 3 em Maracás, 2 em Itaparica, 2 no Curato da Sé, 1 em Itapoan, 1 em Marahú, 2 na freguezia do Pilar e 1 na de Sant'Anna.

Os simples: Na Conceição da Praia 8, em Cannavieiras 3, em Paripe 2, no Curalo da Sé 14, em Santo Antonio 7, na Rua do Passo 5, em S. Pedro 8, em Cariñhanha 3, em Matoim 2; em Sant'Anna 3, em Brotas 3, na Penha 5, em Maracás 2, em Itaparica 2.

As tentativas de homicídio: 1 no Brejo-Grande, 1 em Maracás e 1 na freguezia do Pilar.

Os roubos: 6 no Curalo da Sé, 1 na freguezia de Pirajá, 2 na da Penha, 2 na de Brotas, 2 na de S. Pedro, 1 na de Sant'Anna, 1 na villa da Purificação dos Campos e 1 em Monte-Alegre.

Os furtos: 13 no curalo da Sé, 11 na freguezia do Pilar, 10 na da Conceição da Praia, 8 na de S. Pedro, 4 na da Rua do Passo, 5 na de Sant'Anna, 3 na cidade de Santo Amaro, 5 na villa de Abrantes, 3 na cidade da Cachoeira, 6 em Alagoinhas e 1 na villa Nova da Rainha.

Os desfloramentos: no curalo da Sé 6, na freguezia da Victoria 2, na da Rua do Passo 2, na de S. Pedro 1 e na de Sant'Anna 1.

Os raptos: 3 no curalo da Sé, 2 na freguezia de Sant'Anna, e 1 na de Santo Antonio.

A tentativa de incendio verificou-se na freguezia da Conceição da Praia.

FACTOS NOTAVEIS E ACCIDENTES

Houve quarenta, a saber:

Suicídios	3
Tentativa de dito.....	1
Incêndios.....	8
Mortes casuáes.....	21
Ferimentos graves casuáes.....	7
	40

Os suicídios deram-se: na freguezia de Santo António 1, no distrito do Rio Vermelho 1, a bordo do vapor *Paraná* 1. Effectuaram-se: por meio de veneno 1, por estrangulação 1, por asfixia por submersão 1.

As causas foram: de 1 alienação, de outro desgostos provenientes da condição de escravo, do terceiro ignora-se.

A tentativa de suicídio deu-se na freguezia de S. Pedro, atirando-se o infeliz da janela de um sobrado, por desgostos oriundos da escravidão.

Os incêndios manifestaram-se: 1 no curato da Sé, 3 no Pilar, 1 em Sant'Anna, 1 na Conceição da Praia, 1 na villa da Purificação e 1 na cidade dos Lençóis.

As mortes casuais foram produzidas: 11 por asfixia por submersão, 2 por explosão de polvora com que trabalhavam os pacientes, 2 por esmagamento sob as rodas de bonds, 4 por desabamento de terras, 1 por esmagamento pela roda de um vapor da carreira da Cachoeira, 1 por mandioca comida, por engano, em vez de aipim.

Deram-se: na villa de Ilaparica 1, na freguezia de Sant'Anna 1, na da Victoria 2, na da Rua do Passo 1, na cidade da Cachoeira 1, na de Santo Amaro 1, na dos Lençóis 2, na freguezia da Penha 1, na do Pilar 3, na de Santo António 4, em Caunavieiras 1, em Porto Seguro 2, no Rio das Egoas 1.

Os ferimentos graves casuais foram: na freguezia de S. Pedro 1, na do Pilar 2, na de Santo António 2, no distrito do Rio Vermelho 1, na Areia 1.

Provieram: de arma de fogo 1, de esmagamentos por bonds das linhas ferreas 4, por desabamento de terras 1.

Cumpre, aproveitando a oportunidade, ponderar aqui—que o serviço por ocasião dos incêndios, em uma capital populosa como a nossa, e arriscada como é pelo sistema adoptado na construção dos edifícios, principalmente nos bairros da cidade baixa, onde os fogos mais frequentes se manifestam, bem longe ainda se acha de satisfazer as necessidades reclamadas com urgência em tais ocasiões.

Esse serviço tem sido feito sem aquella ordem que é para desejar pelo pessoal das companhias de seguro—Interesse Público—e—Alliança—e dos arsenais de marinha e guerra.

Seria de necessidade crear-se a companhia de bombeiros; mas como traria uma grande despesa aos cofres provinciais, parece-me que sempre alguma cousa se deve fazer auxiliando-se com alguma subvenção a que existe com o nome de—Voluntários contra incêndios—, ficando esta sob a inspecção da polícia, para o que é necessário dar-se-lhe uma nova organização de modo que, com a disciplina e instrução apropriada, se possa conseguir a ordem e regularidade no trabalho da extinção dos incêndios.

Autorizado pela presidencia da província propuz ás companhias e agencias a collocação de mais cem torneiras de salvação, sendo 25 na cidade baixa e 75 na cidade alta, onde só ha 4, concorrendo a província com metade da despeza, a exemplo do que se pratica em algumas cidades da Europa, onde as despezas do serviço dos incendios é feita proporcionalmente pelo tesouro publico e pelas companhias de seguro, contribuindo assim todos na razão directa das vantagens que auferem.

A minha proposta foi aceita; mas dependendo da approvação das companhias estrangeiras que têm agencias n'esta capital.

O valor dos prejuizes causados pelos incendios no anno findo subiu a 130:590\$.

A's faltas apontadas acresce ainda a lacuna, que se sente em nossa legislação, não attendendo á conveniencia de considerar-se um crime especial o do incendio; de sorte que sendo este apenas uma circunstancia aggravante, como vê-se do § 2º. art. 16 do Cod. Crim., e, na maioria dos casos, do art. 266 do dito Cod. torna-se infallivel a impunidade do delinquente, e baldados todos os esforços e diligencias das autoridades, toda vez que não houver queixa da parte prejudicada, não for o incendio em algum edifício publico (Lei de 10 de novembro e 1.º de setembro de 1860 art. 2.º § 2.º) ou não se der prisão em flagrante; hypotheses estas raras, e a ultima quasi sempre impossivel de realisar-se, alentas as razões que dispenso-me de externar, por serem, na especie, de natureza tão conhecidas, que não podem escapar ainda á mais fraca intelligencia.

CAPTURA DE CRIMINOSOS

Foram capturados em virtude de requisições de prisão preventiva, de pronunciamentos e de condenações 19 criminosos, a saber:

Por crime de morte	14
« « de ferimentos graves.....	4
« « de resistência.....	1
	<hr/>
	19
	<hr/>

Taes capturas effectuaram-se:

As dos primeiros: em Santo Antônio da Barra 1, na villa da Victoria 2, na cidade de Santo Amaro 1, na villa Nova da Rainha 1, em Sergipe 1, em Urubú 1,

em Sant'Anna do Calú 1, em Chique-Chique 2, em Cannavieiras 2, em Alagoinhas 1, na freguezia da Victoria 1.

As dos segundos: 2 no distrito do Rio-Vermelho, 2 em Santo Antonio da Barra.

A do terceiro: em Santo Antonio da Barra.

DETENÇÕES CORRECIONAIS

Por embriaguez	33
Por desordens de que não resultaram ferimentos, e por proferirem palavras offensivas á moral publica, etc.....	315
Monomaniacos	17
Por perturbarem o socego publico.....	41
Escravos a pedido de seus senhores.....	388
	<hr/>
	794
	<hr/>

FUGA DE CRIMINOSOS

Evadiram-se tres criminosos de morte: 2 da casa de prisão com trabalho e 1 em viagem dos Lençóis para a Capital.

RECRUTAMENTO

Foram recrutados até 31 de Dezembro proximo findo 236 individuos; sendo para o exercito 196 e para a armada 40.

Destes já foram apurados, conforme as communicações recebidas 18, e das quelles 120.

Foram remetidos para a companhia de aprendizes marinheiros 53 menores, dos quaes foram julgados aptos 31.

Foram apresentados ao commando das armas 5 voluntarios, á Capitania do Porto 1, ao commandante da Policia 1, perfazendo o total de 7.

CADEIAS

São em numero de 64 as cadeias desta província, as quaes na maior parte continuam a ser edificios velhos e arruinados, nos pavimentos terreos das camarae municipaes, ou finalmente em casas alugadas a particulares.

Além da necessidade que ha nellas de commodos para o fim a que são destinadas, em geral pode-se dizer que não teem as accommodações indispensaveis ao fim a que são destinadas, nem estão nas condições hygienicas e de segurança em que deveriam estar.

Disto resulta que continuam os presos, de certa ordem de crimes, a ser removidos para as cadeias da capital, o que considero um grande inconveniente, não só pelos meios á fuga que as viagens dos mesmos presos lhes facultam por caminhos longinquos e desertos, mas tambem pelas despezas que taes remoções fazem pesar sobre os cofres publicos.

São consideradas em bom estado, além das prisões da Capital, as das cidades de Maragogipe, de Santo Amaro, da Barra do Rio-Grande, de Caetité e as das villas de Jaguaripe, de Inhambupe, de Camamú, de Monte Santo e de Minas do Rio de Contas.

A Casa de prisão com trabalho, unica penitenciaria que existe na Capital, ainda que lhe faltem muitas condições para um estabelecimento de tal ordem, tem apenas concluido dous raios dos cinco de que se deve compôr; sendo o local em que se acha, segundo se tem observado no correr do tempo, o menos apropriado pela posição do terreno baixo e alagado, e que o tem tornado insalubre.

Os dous mencionados raios, um acha-se occupado pelas officinas, escola, oratório, enfermaria e mais dependencias, e o outro por cellulas, em numero de 108, em cada uma das quaes estão recolhidos dous e mais presos.

E' palpável a inconveniencia desta prática, visto como exclue ella a base do Systema cellular, a principal condição aconselhada á regeneração do delinquente — o isolamento, ou seja parcial ou total.

Com os commodos actuaes não se poderá, absolutamente, estabelecer uma nova distribuição dos presos, de modo que fiquem elles convenientemente separados e classificados, segundo a natureza de seus crimes, idade, moralidade etc., como convém que sejam.

Além da escola, dos actos religiosos e do trabalho, que aliás não é obrigatório, nas officinas, e por isso muitos a elle se negam, amando a ociosidade, não há outros meios empregados para rehabilitação dos criminosos, sim principal, na ordem moral, de uma penitenciária.

Com a forma de trabalho que existe, estabelecido em commun, tornando-o obrigatorio, e com a prisão isolada, desde que, sendo concluido o edificio, poder ella ter lugar, poder-se-ha também pôr em execução o sistema de Auburn, com alguma modificação, o qual considero preferivel ao de Philadelphia transformado; porquanto este, determinando a separação do detento de seus companheiros, quer que o trabalho seja feito na propria cellula, onde estabelecer-se-ha uma conversação diaria do preso com os empregados, os capellões, os membros das sociedades philanthropicas etc.

Tal reclusão durante o dia e a noite, além de outros inconvenientes que acarreta, demonstrados pela pratica, é anti-bygienica pelo nosso clima.

O sistema auburniano quer o isolamento durante a noite e admite o trabalho em commun, guardando o preso o mais rigoroso silencio, sob pena de severos castigos.

Nesta parte julgo que modificando tal sistema, como já em outros paizes se tem feito, ficaria elle nas condições de ser preferido e executado no nosso.

No estabelecimento de que trato continuam a funcionar quatro officinas de manteineiros, de charuteiros, de alfaiates e de sapateiros.

Existe alli uma aula de instrução primaria, um oratorio para a pratica da religião e uma enfermaria precisamente montada.

No principio do anno de 1876 existiam recolhidos 203 sentenciados; entraram no correr do mesmo anno 93, perfazendo o total de 296; foram perdoados 2, cumpriram as penas 21, foram transferidos 16, faleceram 29, ficaram 226, por se terem evadido 2.

A cadeia da Correcção, estabelecida no forte de Santo António, está em boa localidade, e tem a necessaria segurança.

Os commodos, entretanto, que possue não são bastantes para o numero de presos que recebe; resultando disto que vivem elles alli em commun, nas prisões, em íntima convivencia, quasi sem disciplina, sem classificação conveniente e em completa ociosidade.

Essa cadeia, em taes condições, só deveria servir para detenção dos presos antes de culpa formada; e não tambem, como serve, nçq só para os condemnados á prisão simples, mas tambem para as sentenciadas de qualquer natureza, por não haver na casa de prisão com trabalho logares para elles.

Existiam ali no começo do anno proximo passado 177 presos; entraram no correr do mesmo anno 1420, perfazendo o total de 1597; destes sahiram por diversas causas 1414; ficaram 183; dos quaes são homens 137, mulheres 46; livres 103, escravos 80.

Na prisão dos galés, no Arsenal de Marinha, existiam em 31 de dezembro ultimo 30 forçados.

Ainda uma vez devo repelir, em vista do que acabo de expender, que não só o melhoramento material das cadeias da província é urgente e indispensável, mas tambem que é de palpável necessidade que nellas se estabeleça um regimen de harmonia com os systemas modernos.

VISITA DA POLICIA DO PORTO

Esta visita é feita por um official externo da secretaria, e estende-se a todos os navios nacionaes e estrangeiros, que entram e que sahem.

Durante o anno findo entraram 1205 embarcações e sahiram 1243.

Das entradas vieram 419 dos portos da província, 329 dos do Imperio e 457 dos do exterior, das quaes eram movidas a vapor 440 e 25 de guerra.

Das sahidas foram 357 para os portos da província, 440 para os do Imperio, e 482 para os do exterior; das quaes 437 movidas a vapor e 22 de guerra.

No referido periodo o movimento dos passageiros foi de 14843; sendo entrados 6718 e sahidos 8125.

Dos entrados eram nacionaes 5264, incluidos nestes 576 escravos, e estrangeiros 1454, incluidos 215 africanos.

Dos sahidos eram nacionaes 6628, incluidos 1931 escravos, e estrangeiros 1497, incluidos 240 africanos.

Atenta a extensão da baía, as distâncias que tem a percorrer o official da polícia do porto, muitas vezes tendo de ir a diversos navios, que entram ou devem sair na mesma occasião, lembro a necessidade de ter o dito official á sua disposição para o serviço a seu cargo um escaler a vapor.

Esta providencia, já posta em prática em outras províncias, fará cessar o incon-

veniente da demora que em não poucas occasões se dá no recebimento da visita, em prejuizo dos passageiros e até do commercio.

ASSEIO E LIMPEZA DA CIDADE

Este serviço é regulado pelo contracto de 31 de março de 1870, e continua a cargo do cidadão Antonio Joaquim Cardoso de Castro.

As mesmas causas que embaraçaram a empresa no desempenho de seus deveres subsistem, dando em resultado que esse serviço não corresponda ao sacrificio que fazem os cofres publicos para sustentá-lo.

Enquanto não for melhorado o calçamento das ruas, em quanto o povo não se convencer da conveniencia de não ser lançado o lixo das casas para a rua a qualquer hora, enquanto os infractores das respectivas posturas municipaes contarem com a impunidade, enquanto houver um grande numero de canos de edificios particulares que despejem para os logares de tranzito publico materias secas, enquanto, finalmente, não for obrigado o empresario a receber o lixo nas portas das casas, indistinctamente, e houver no art. 6.^º do contracto a clausula de poder mandar lançar o lixo das varreduras nos logares cujos donos consentirem para melhoramento e elevação de seus terrenos, é impossivel alcançar-se o desejado asseio e mesmo melhorar-se o estado sanitario desta Capital.

Esses inconvenientes são muitos, e, sendo de difficult remoção, induzem a crer que não se deve esperar, que o serviço de que trato corresponda ao fim para que paga a província a subvenção de 44:000\$000.

SALUBRIDADE PÚBLICA

Com o maior empenho tenho sempre procurado tornar efectiva a observância das posturas municipaes, relativas a este ramo de serviço publico, que é, sem contestação, de geral e vital interesse.

Sempre que das autoridades locaes me tem chegado a notícia da existencia de qualquer epidemia reinante tenho feito constar ao governo da província, provi-

denciando, entretanto, desde logo, como o caso requer, nos limites de minhas atribuições.

Não obstante as diversas recomendações feitas aos parochos da província acerca da remessa que devem fazer das guias dos enterros feitos em suas freguesias, não tem tal obrigação sido observada; resultando disto não ser possível á polícia organizar a estatística obituária da província, como deveria.

O demonstrativo annexo é organizado á vista das guias das inhumações que tiveram lugar apenas nos quatro cemiterios da Capital.

Dello se vê, que, das enfermidades constantes do mesmo demonstrativo, faleceram nesta cidade no anno findo 3484 pessoas, que foram sepultadas:

No cemiterio do Campo Santo.....	1173
« da Quinta	1961
« do Bom Jesus.....	250
« de Brotas.....	100

	3484
Sendo:	
Homens.....	1985
Mulheres.....	1499

Livres.....	3083
Liberlos.....	259
Escravos	142

Brazileiros.....	3030
Estrangeiros.....	137
Africanos.....	317

	3484

Brancos	986
Pardos.....	1341
Cabras.....	155
Crioulos.....	685
Africanos	317

	3484

Solteiros.....	2984
Casados	292
Viúvos.....	208
	<hr/>
	3484
	<hr/>
Até 10 annos de idade.....	1045
« 20 « «	280
« 40 « «	938
« 68 « «	727
« 80 « «	392
« 100 « «	95
Maiores de 100 annos de idade.....	7
	<hr/>
	3484
	<hr/>
Das diversas profissões.....	850
De negocio.....	66
Da lavoura.....	99
Sem profissão conhecida	2469
	<hr/>
	3484
	<hr/>

As molestias que mais predominaram foram: internas, physisca, febres, congestão, variola, tetanos, lesão cardíaca, beriberi e dentição.

CEMITERIOS

Em 26 de novembro de 1875, em virtude de recomendação da presidência da província, expedi circulares ás delegacias, determinando-lhes que tivessem a maior vigilância para que não continuasse o abuso de serem feitas inhumações nas Igrejas, contra o disposto no regulamento de 25 de julho de 1856, conforme acontecia em diversos termos.

Esta determinação, porém, ainda não pôde ser observada em algumas localidades á falta de cemiterios, que conveni sejam quanto antes estabelecidos.

ILLUMINAÇÃO PÚBLICA

O serviço da iluminação tem melhorado, sendo de esperar que, mediante a fiscalização que por parte do governo é exercida, desapareçam as faltas de que ainda ella se resente.

Funcionam actualmente 2315 combustores, tendo sido a companhia durante o anno findo multada por 3236 lampões encontrados apagados e 17287 amorteçidos.

No periodo de que fallo foram collocados, em virtude de informações da polícia, mais 11 combustores, a saber:—8 no pôrto da Lenha e 2 no beco do Custodio, na freguezia da Penha, e 1 no beco do Pires, na da Rua do Passo.

Outros ainda são reclamados em diversos lugares.

DIVISÃO POLICIAL

Existem actualmente 64 delegacias e 327 subdelegacias.

GUARDA-URBANA

O estado completo da companhia urbana é de 200 praças, comprehendidos 4 officiaes, encarregadas do policiamento da Capital; trabalho este para o qual não considero bastante esse pessoal, attenta a extensão e população das freguezias, algumas das quaes acham-se divididas em 2 distritos.

Os officiaes teem mostrado dedicação e zelo pelo serviço.

As praças cumprem regularmente os deveres que lhes são inherentes.

Até o fim de dezembro ultimo era o seguinte o estado efectivo da companhia:

Capitão	1
Tenente	1
Alferes	2
Sargentos	10
Cabos	10
Guardas	171
	195
	—

Existem 13 estações com o pessoal seguinte, a saber:

Central, no curato da Sé, onde permanecem os officiaes:

Sargento	1
Cabo	1
Guardas	31
	33
	—

Na freguezia de S. Pedro:

Sargento	1
Cabo	1
Guardas	14
	16
	—

Na da Conceição da Praia:

Sargento	1
Cabo	1
Guardas	15
	17
	—

Na do Pilar:

Sargento	1
Guardas	12
	13
	—

Na da Rua do Passo:

Cabo	1
Guardas	11
	—
	12
	=

Na de Sant'Anna:

Sargento.....	1
Cabo.....	1
Guardas.....	12
	—
	14
	=

No 1.º distrito de Santo Antonio:

Sargento.....	1
Cabo	1
Guardas	14
	—
	16
	=

No 2.º distrito da dita freguezia:

Cabo	1
Guardas	7
	—
	8
	=

Na freguezia da Victoria (no Campo-grande):

Cabo	1
Guardas	9
	—
	10
	=

Na dita freguezia (na Barra):

Sargento.....	1
Guardas	6
	—
	7
	=

Na de Brolos:

Sargento	1
Guardas	10
	—
	11
	—

No districto do Rio Vermelho:

Cabo	1
Praças	10
	—
	11
	—

Na freguezia da Penha:

Sargento	1
Cabo	1
Guardas	15
	—
	17
	—

Ha 1 sargento ocupado com a escripturação da companhia, 2 guardas em serviço na visita do porto e 3 ás ordens das subdelegacias dos Mares, de Itapoan e de Pirajá.

DORMITORIO DOS MENDIGOS

Em 29 de julho proximo passado extinguiu-se o dormitorio dos mendigos á ladeira de S. Francisco, passando para o novo Asylo de Mendicidade os pobres que allí pernoitavam.

ENTERRAMENTO DE PESSOAS INDIGENTES

Em 11 de Janeiro do anno passado reclamei da Presidencia providencias sobre

a condução de cadáveres de pessoas indigentes para serem sepultados, visto que a Santa Casa de Misericordia se negava a prestar o carro mortuário para taes conduções, como era costume.

Respondeu a Presidencia em 13 autorisando-me a contratar esse serviço com quem melhores vantagens offerecesse.

Assim autorizado, de acordo com a Santa Casa, ficou ella encarregada de prestar o carro mortuário mediante a quantia de 5\$000 por cada um cadáver, paga pela Thesouraria provincial.

SECRETARIA DA POLICIA E SEU PESSOAL

Esta repartição continua a funcionar com os mesmos empregados, já por vezes mencionados em outros relatórios, os quaes satisfatoriamente cumprem os seus deveres.

O expediente da secretaria no anno scido constou de 19,274 peças officiaes, além da confecção dos mappas estatísticos e outros trabalhos menos importantes.

Foram despachados para fóra da província 1,097 escravos, rendendo o imposto de exportação 244:360\$000.

A receita proveniente de emolumentos arrecadados por esta repartição foi no total de 12:894\$550.

Não terminarei o presente relatorio sem ainda uma vez repetir que continuam os embargos constantes com que luctam as autoridades policiaes por occasião de proceder a corpos de delicto; embargos que prejudicam a accão da justica e nascem da falta de medicos especiaes pagos pelos cofres publicos, como convém que sejam; visto que esse trabalho é continuo e pesado, e bem se deve comprehendender que gratuitamente, como se pretende que seja feito, só com grande dificuldade se pôde encontrar, e nem sempre, quem a elle se preste de boa vontade.

Disto resulta a urgente necessidade que ha da creaçao de dous logares de medicos, que fiquem á disposição da polícia para o referido serviço, mediante uma gratificação que não excede de 2:400\$000 por anno para ambos.

E' verdade que a lei impõe aos medicos, sob pena de multa, a obrigação de prestarem-se aos chamados das autoridades para esse mister; mas é facil de comprehender-se a improficiuidade de tal disposição penal, desde que aos medicos fica salvo

o direito de allegarem outras occupações e impedimentos como justificativas de suas faltas nessas occasões.

A lembrança, pois, que faço parece-me ser o unico remedio capaz de remover o mal de que acabo de tratar, e que cumpre com urgencia remediar-se, para que não continuem prejudicados os interesses da justiça, já á falta de corpos de delicto, já pela ausencia de outros exames medicos, não poucas vezes indispensaveis para descobrimento dos crimes.

Aproveitando a oportunidade apresento a V. Ex. os meus protestos de alta estima e consideração.

Deus Guarde a V. Ex.—Illm. Exm. Sr. Des. Henrique Pereira de Lucena,
Presidente desta Província.

O Chefe de Policia,

João Bernardo de Magalhães.

ESTATÍSTICA obituária de 1876, conforme os enterramentos feitos nos quatro cemitérios da Capital—Campo Santo, Quinta dos Lazares, Bom-Jesus e Brotas

	MORTOS	1º TRIMESTRE	2º TRIMESTRE	3º TRIMESTRE	4º TRIMESTRE	TOTAL	MOLESTIAS	
							%	%
Campo Santo.....	281	345	247	300	1173		Transporte.....	1129
Quinta.....	500	540	455	466	1961		Febre maligna.....	5
Bom-Jesus.....	57	107	41	46	250		Fraqueza congenita.....	5
Brotas.....	23	30	22	25	100		Fractura do humerus.....	4
	861	1022	763	836	3484		Ascite.....	41
Homens.....	510	588	420	467	1985		Anemia.....	11
Mulheres.....	351	434	345	369	1499		Angina.....	4
	861	1022	763	836	3484		Asfixia.....	19
Livres.....	772	897	679	735	3083		Apoplexia.....	5
Libertos.....	37	75	34	73	259		Asthma.....	9
Escravos.....	32	50	32	38	142		Anæstima.....	9
	861	1022	763	836	3484		Alcoofismo.....	4
Brazileiros.....	776	837	682	715	3030		Assassinados.....	3
Estrangeiros.....	18	69	18	32	137		Reputação.....	20
Africanos.....	67	96	65	89	317		Acessos.....	2
	861	1022	763	836	3484		Alienação.....	6
Brancos.....	219	324	213	230	986		Beriberi.....	89
Pardos.....	357	359	286	339	1344		Bronchites.....	21
Caibras.....	38	44	41	32	155		Calculio vesical.....	4
Crioulos.....	180	199	160	146	685		Calaporas.....	4
Africanos.....	67	96	65	89	317		Cichetia.....	69
	861	1022	763	836	3484		Congestão.....	9
Solteiros.....	749	861	660	715	2984		Congoitadas.....	173
Casados.....	63	100	50	79	292		Contagiosas.....	3
Viuvos.....	49	61	53	63	208		Causação.....	3
	861	1022	763	836	3484		Cânceros.....	12
Até 10 annos.....	310	292	229	224	1045		Convalescência.....	2
• 20 *	59	93	72	65	280		Colicas.....	9
• 40 *	228	285	197	228	928		Colite.....	2
• 60 *	172	219	160	186	727		Carbunculo.....	3
• 80 *	84	101	88	119	392		Diabetes.....	4
• 100 *	17	29	34	13	95		Dartros.....	3
Maiores de 100 annos..	3	2	2	7	12		Dispêpsia.....	2
	861	1022	763	836	3484		Dentição.....	76
Diversas profissões.....	210	250	165	235	850		Diarréa.....	41
Negocio.....	9	22	13	22	66		Decrepitude.....	103
Lavoura.....	20	26	21	21	99		Espasmo.....	2
Ignora-se as profissões.	613	722	576	558	2469		Estupor.....	52
	861	1022	763	836	3484		Escrufulas.....	2
							Enterocolite crônica.....	5
							Erysipela.....	52
							Epilepsia.....	5
							Entrenamento.....	3
							Enterocolite.....	4
							Esgorgitamento.....	1
							Esmagamento.....	2
							Febre.....	226
							• intermitente.....	3
							• typhica.....	38
							• amarela.....	67
							• perniciosa.....	8
							• palledosa.....	2
							• biliaris.....	1
							Total.....	3484
								1129

ESTRADA DE FERRO DA BAHIA AO RIO S. FRANCISCO



Estrada de ferro da Bahia ao Rio S. Francisco, 24 de Fevereiro
de 1877

REPARTIÇÃO FISCAL

Illm. e Exm. Sr.

Tenho a honra de apresentar a V. Ex. o Relatorio d'esta Repartição concorrente aos trabalhos, tráfego, receita e despesa da Estrada durante o anno de 1875. Em consequencia de terem sido as contas relativas ao mez de Dezembro, como é costume, liquidadas no dia 4 do corrente, não foi possível remetter mais cedo o presente trabalho, e V. Ex. o comprehenderá quando souber que depois d'aquella data five de elaborar o relatorio mensal de Dezembro com os repetidos calculos estatisticos e termos medios, o do segundo semestre de 1875 examinando toda a contabilidade da Companhia, o do anno inteiro para ser remetido ao Exm. Sr. Ministro de Agricultura, e finalmente este, que submetto á apreciação de V. Ex.

CONSERVAÇÃO E MELHORAMENTO DA LINHA

É geralmente satisfactorio o estado da linha, tendo já sido renovados quasi todos os pontilhões, boeiros e obras d'arte em mau estado, e não subsistindo actualmente côrtes e aterros que demandem immediata e urgente reparação.

A despeza com os cõrtes e aterros foi de rs. 4:267:890 e com a limpeza das valletas e boeiros 3:981:810, sendo aquella maior de 939:040 e esta menor de 675:330 do que as identicas do anno anterior.

Foram renovados na via permanente 13841 dormentes de madeira e 465 de ferro, custando aquelles 28:565:500 e estes 1:891:250. Com o assentamento dos mesmos gastou-se 4:313:100.

Os reparos effectuados na via principal absorveram 43:438:320, sendo 11:433:230 custo do seguinte material: 13558kgr.,050 de cavilhas de ferro, 6 picaretas, 182l.,16 de azeite de peixe, 12 pices, 258 dormentes de inferior qualidade, 9086kgr.,915 de grampos, 1339m.,56 de trilhos, 339kgr.,603 de chapas de junta, 58kgr.,036 de ferro angular, 6 agulhas, 136kgr.,024 de ferro fundido, 6 baldes, 16l.,12 de naphta, 0m³,410 de madeira, 180kgr.,456 de barras de ferro.

Essa despeza foi menor de 4:431:290 do que a equivalente em 1875.

Com os desvios gastou-se 320:030, 164:360 mais do que no anno anterior, e com o lastramento gastou-se 1:529:790, 1:712:050 mais do que em 1875.

Pouco despendeu-se com obras d'arte, apenas 12:412:380 com as pontes, pontilhões e boeiros, 407:050 com os tunneis, e 1:328:130 com os muros de revestimento á beira-mar. O total d'essas verbas comparadas com o identico de 1875 dá uma diferença para menos igual a 20:905:930.

D'aquelle total (14:635:730), 5:764:030 foi o custo do seguinte material: Pregos 79kgr.,798, barras de ferro 2140kgr.,859, cal 280m³,712, 136 barris de cimento, 1121kgr.,744 de ferro angular, 50m.,15 de pinho, 3666kgr.,919 de ferro fundido, 507kgr.,367 de chapas de caldeira, 8 barris de alcatrão, 229 dormentes, 189kgr.,650 de corda, 234m³ de pedra, 143l.,83 de naphta, 6 baldes, 122kgr.,421 de cadeia de ferro.

Despendeu-se com as estações e suas dependencias 13:912:320, sendo 6:510:110 custo de 98 barris de cimento, 68 folhas de zinco, 30600 tijollos, 455m.,49 de pinho, 181m³,230 de cal, 65l.,41 de óleo de linhaça, 212kgr.,196 de alvaíade, 113kgr.,352 de tinta amarella, 61kgr.,253 de tinta verde, 668 estacas, 45kgr.,434 de therebenina, 60 folhas de ferro, 6m³,910 de madeira, 129 dormentes, 31m³ de pedra, 665kgr.,583 de barras de ferro, 152kgr.,344 de pregos e 4790 telhas. Foram retocadas todas as estações a começar pela da Capital, varios barracões, e depositos, creando-se um novo em Alagoinhas para o carvão de pedra.

Com os predios das officinas gastou-se 1:401:240, sendo 625:520 custo de 519kgr.,154 de ferro angular, 166l.,54 de naphta, 322 folhas de zinco, 69kgr.,477 de pregos, 15 dormentes, 170kgr.,657 de chapas de caldeira, 100kgr.,656 de porcas de parafuso e 1 barril de cimento.

Com os diversos predios da Companhia gastou-se 5:762\$170, sendo 1:861\$930 fornecimento de 118 vidros, 149kgr., 623 de alvaiade, 58kgr., 489 de tinta, 23 barris de cimento, 173^{m3}, 169 de cal, 62 dormentes, 8 folhas de zinco, 4^{m3}, 000 de pedra, 1000 tijolos, 3^{m3}, 664 de madeira, 83^{m.}, 90 de pinho e 6265 telhas.

Despendeu-se com as cercas, cancellas e passagens de nível 5:212\$930, sendo dessa quantia 32:296\$250 fornecimento de 12328 estacas, 12^{m3}, 110 de madeira, 700kgr., 064 de pregos, 2572kgr. de piassava, 1115 varas e 133 dormentes para as cercas, 1^{m3}, 344 de madeiras, 25 dormentes para as cancellas, e 116kgr., 072 de pregos, 2^{m3}, 290 de madeira para as passagens de nível.

Com a pintura e reparo dos marcos kilometricos despendeu-se 126\$500. Com os trolley's etc. gastou-se 1:227\$940, sendo 881\$170 custo de 25 rodas e 4 dormentes para os wagões de terras e 2112kgr., 763 de ferro fundido, 59 dormentes, 0^{m3}, 465 de madeira, 114kgr. de vermelhão para os trolley's.

Com o reparo de instrumentos despendeu-se 965\$360 e com eventuaes 1:426\$240, sendo 711\$140 custo de 303kgr., 235 de unto para os trens de lastro etc., e 315kgr., 575 de graxa preta para os trolley's.

TRACÇÃO

A tracção, durante o anno considerado, foi feita por 1361 trens, isto é, por 124 mais do que em 1875. Desses trens 865 foram do trâego e 496 de lastro, material e serviço da linha.

Os dados estatísticos mais notaveis relativos ao movimento desses diferentes trens foram os que se acham no quadro seguinte:

DESIGNAÇÕES	TRENS		
	TRAFFEGO	LASTRO ETC.	TOTAL
I. Composição media (carros e wagons). sendo carregados. vazios	15.544 12.436 3.408	8.507 4.311 4.196	43.992 40.410 3.582
II. Duração da marcha. sendo por trem	34945,13* 4.02.13*	14315,35** 2.66.30*	49449,48** 3.37,57*
III. Percurso dos trens por trem por hora de marcha Idem das locomotivas Idem dos carros e wagons	963971*,790 111.442 27.882 110191,170 1498338,800	272601*,870 64.979 18.706 37894,730 231990,930	1236671*,600 90.865 25.203 450040,900 1730329,730
IV. Consumo de combustivel. por kilometro percorrido pelas locomotivas	12181,6381** 11**.060	3271,511** 8**.219	15461,149** 10**.305
V. Gasto da tracção por trem por carro ou wagon. por kilometro percorrido pelos trens. idem idem pelas locomotivas idem idem por carros e wagons	29.2096.990 335.769 25.173 5.303 524 5019	9.5825.610 195320 23271 5351 5241 5041	38.7925.600 285503 25037 5314 5217 5022

Comparados com os do anno anterior os algorismos accusam diminuição em varios pontos, como veremos.

A manobra dos gyradores absorven 168380 de azeite dore, e a alimentação d'agua 2:0467740, sendo 5005000 custo d'agua fornecida por contracto na Capital.

Gastou-se no reparo das bombas e tanques de alimentação 2:0467740, sendo 5325080 custo de 19kgr., 589 de folhas de cobre, etc. Na tracção despendeu-se 15461,639kgr. de carvão, 20431,69 de azeite, 1096kgr., 677 de sebo.

Com a limpeza das locomotivas gastou-se 1:2375160, sendo 3635940 custo de 1.000.727 litros de lepas e varios pequenos fornecimentos.

A diminuição acima accusada é no custo da tracção, por ter sido a do anno an-

terior 45.948.160, e nos termos medios por quilometro percorrido pelos trens, carros, e custo dos trens e dos carros.

Houve tambem uma diferença para menos no consumo de carvão, igual a 321.468kgr.

MATERIAL RODANTE

A necessidade de habilitar esta linha para satisfazer aos trabalhos do prolongamento, sem ferir as exigencias ordinarias do trânsito, determinou maior despesa com a preparação e reparo do material rodante, sendo com as locomotivas reis... 28.472.170, dos quais 10.203.670 custo de material; com os carros 5.404.670, dos quais 2.350.6640 custo dos fornecimentos fôlhos, e com os wagões 27.847.530, sendo 12.815.420 importunia do material para os reparos.

Comparadas com as respectivas do anno anterior essas verbas accusam aumentos de 3.789.870 para as locomotivas, e 5.762.749 para os carros e wagões.

O material para as locomotivas constou do seguinte: 753 barras de crivo, 5635kgr., 928 de chapas de caldeira, 163L,30 de azeite dore, 653kgr., 384 de bronze, 423kgr., 483 de molas de aço, 64,1 kgr., 579 de ferro angular, 1751kgr., 877 de barras de ferro, 80kgr., 363 de folhas de cobre, 4^{as}, 943 de madeira, 323kgr., 604 de cobre, 6 molas, 18 molduras de rodas, 1791kgr., 539 de tubos de cobre, 382kgr., 233 de poreas de parafuso, 243kgr., 933 de aço, 3 tornos, 68kgr., 011 de aço fundido, 290kgr., 621 de alvaiade, 70kgr., 278 de latão, 162 rodelas de borracha, 21 vidros grossos, 107kgr., 613 de estanho, 10^m, 94 de borracha (tubos), 72 limas de 0^m, 40, 2767kgr., 637 de ferro fundido, 135kgr., 555 de metal patente e 1 experimentador para as caldeiras.

O material para os carros foi o seguinte: 66L,30 de verniz, 101L,31 de óleo de linhaça, 18 dormentes, 127L,61 de naphta, 5kgr., 666 de palhinha, 555kgr., 964 de bronze, 45L,42 de verniz preto, 87^m, 85 de pinho, 2^m, 422 de madeira, 12 vidros, 8 ditos grossos, 108 duzias de parafusos, 74kgr., 358 de tinta vermelha, 212kgr., 648 de tinta verde, 67^m, 62 de lona, 2 peças de vinhatizo, 77kgr., 358 de poreas de parafuso, 18^m, 24 de tubos de borracha, 4 molduras de roda (aço), 0^m, 785 de cedro, 2 barris de alcalá, e 30kgr., 841 de alvaiade.

O material para os wagões foi: 167kgr., 761 de poreas de parafuso, 6687kgr., 841 de barras de ferro, 2337kgr., 792 de ferro fundido, 545 dormentes, 94^m, 587 d-

madeira, 1221kgr., 396 de bronze, 8 barris de alcatrão, 450l., 20 de linhaça, 26 molduras de roda, 710kgr., 034 de pregos, 229 rodelas de borracha, 1505m., 87 de pinho, 68l., 15 de verniz preto, 181kgr., 365 de molas de aço, 272l., 58 de lherebeutina, 1780l., 885 de alvaiade, 79m., 51 de lona, 1246 duzias de parafuzos, 12 molduras, 142kgr., 371 de secante, 82kgr., 974 de cavilhas, 6 vidros e 183kgr., 630 de tinta preta.

MATERIAL E SERVIÇO DAS OFFICINAS

Trabalhou a máquina fixa que faz mover os apparelhos nas officinas 2723h., 30m., consumindo 216t., 263kgr. de carvão, o que dá para cada hora o consumo de 79kgr., 406.

A despesa feita com a mesma orçou em 5:017\$220, dos quacs 3:544\$330 custo de material, a saber: o carvão acima indicado, 155l., 20 de azeite doce, 12 barras de crivo, 60kgr., 603 de ferro batido, 1 roda grande, e 66kgr., 927 de bronze para os concertos, etc.

Na officina de machinas e ferramentas a despesa montou a 2:416\$460, sendo 1:766\$030 fornecimento de 519l., 69 de azeite doce, 188kgr., 732 de correias largas, 37kgr., 064 de ditas estreitas, 2 pedras de amolar, 29l., 25 de verniz, 44kgr., 534 de bronze, 53kgr., 048 de aço, 19kgr., 042 de dito fundido, 36 vidros, e 7 folhas pequenas de zinco para reparos.

Na carpintaria e serraria despender-se 1:792\$750, sendo 368\$270 custo de 294l., 56 de azeite doce, 168 limas ovais, 3 serras verticaes, 20l., 856 de bronze, 1 meitão de ferro, 36m., 17 de pinho, 8 dormentes, 168 limas de aço de 0m., 20, 65kgr., 290 de bronze, digo de barras de ferro, 0m., 473 de madeira, 22kgr., 670 de graxa preta, 297 limas diversas, 107kgr., 455 de correias largas, 174kgr., 110 de ferro fundido, 10 saccos com carvão, 87kgr., 054 de cadeia de ferro.

Nas forjas despender-se 1:931\$530, sendo 1:683\$780 custo de 100t., 997 de carvão, 5t., 075 de coke, 330kgr., 535 de ferro fundido

Na fundição gastou-se 112\$480 e com as officinas em geral 4:337\$470, sendo 1:646\$960 custo de uma máquina hidráulica, 93kgr., 402 de barras de ferro e 4 dormentes.—O total da despesa efectuada com a officina subiu a 15:607\$910, isto é, 2:039\$470 mais do que no anno anterior, o que se explica pela maior actividade desenvolvida nos concertos e reparações.

Com o trolley a vapor, empregado nas comunicações administrativas e que se presta igualmente ao serviço de lastro em várias ocasiões, gastou-se 1:262\$800, sendo 528\$200 custo de 31¹,934 de carvão, azeite, sebo, estopa, etc. Ila também 168\$880 de diversas despezas para as officinas e tracção, das quaes 135\$880 de material, avultando neste 74 saccos para o carvão.

TELEGRAPHO

Sí bem que não esteja em excellentes condições, quer quanto à natureza do material, quer quanto ao sistema dos apparelhos para a transmissão, todavia vai essa linha prestando os necessarios serviços, e não seria prudente modifical-a, quando o respectivo tráfego não justificaria as despezas exigidas.

A despeza com o telegrapho orçou em 7:243\$820, sendo 4:202\$310 despendidos com a administração e serviço nas estações, 1:626\$860 com a conservação da linha, e 1:157\$820 com a dos apparelhos etc.

Está comprehendida na primeira quantia a de — 1:06 . \$400 de: 1308 isoladores, 102kgr.,017 de parafuzos para os mesmos, 4 multiplicadores, 27kgr.,885 de cobre, 28kgr.,789 de folhas de cobre, 2438kgr.,095 de ferro angular, 391kgr.,877 de arame e 36 pilhas. Comparada com a do anno anterior, a despeza do telegrapho foi no anno considerado menor de 178\$800.

SERVIÇO DOS TRENS E ESTAÇÕES

Importou o serviço nas diversas estações, para o tráfego, em 35:648\$920 e o dito com os trens em 9:493\$310, sendo 2:854\$380 custo d'água para a lavagem dos carros na Bahia, de 5161kgr.,895 de unto e 68¹,00 de azeite para os trens.

Comparadas com as equivalentes no anno anterior essas despezas, vê-se que no serviço das estações houve diminuição de 2:694\$930 e no dos trens aumento de 723\$920, dos quaes 578\$540 de material.

MATERIAL DAS ESTAÇÕES E TRENS

Importou a despesa com o material das estações em 7:141\$380, isto é, 5:347\$170 mais do que no anno anterior, em consequencia da montagem do novo guindaste. Essa despesa subdividiu-se pela seguinte forma:—com os pesos e balanças 298\$290, com os trolley's das estações e caminhos de mão 246\$250, com diversos utensílios e apparelhos 282\$470, com guindastes e guinda-fardos 6:314\$390, dos quaes 2:993\$700 custo do seguinte fornecimento:—434kgr.,014 de ferro angular \$231,94 de azeite doce, 40m³,000 de pedra, 1094kgr.,533 de chapas de caldeira, 4m³,685 de madeira, 10 dormentes, 30 tubos de ferro, 1228kgr.,312 barras de ferro, 65 barris de cimento, 14 folhas de zinco, 3200 lijollos, 3 gatos de ferro, 3 peças de lona, 4101kgr.,314 de ferro, 14kgr.,500 de corda, 20kgr.,403 de tubos de cobre, 3 barris de alcatrão, e 5t.,082 de carvão.

Nas despezas diversas figura a quantia de 3:990\$260, gastos em manobras, carga e descarga de mercadorias, e com o pessoal à espera dos trens para o serviço dos mesmos nas estações, incluindo também nessa quantia o preço de cadeados fornecidos, blusas, bonets, 48 1/2, duzias de parafuzos, 210kgr.,835 de corda, 4 encerados, 165 litros, livros, papéis, 17m²,37 de lona, 2 1/2 barris alcatrão, 39kgr.,633 de folhas de cobre e 174kgr.,107 de sebo.

ADMINISTRAÇÃO

Importou a despesa com a administração e despezas geraes em 48:324\$072 dos quaes 12:274\$462 de fornimentos feitos. Aquela quantia subdivide se pela seguinte forma: — Superintendencia e Inspeção do trânsito 14:370\$170, Contadoria e Almoxarifado 18:915\$860 (sendo com a contadaria na Bahia 9:323\$870, com o almoxarifado em Periperi 2:320\$140, e com o contador e almoxarife 7:271\$850), com despezas judiciaes 2:596\$120, com serviços accessórios 1:963\$560, diferenças de cambio 1:518\$700, restituição de fretes 13\$1010, impostos, taxas e seguros 3:522\$492, impressões e anuncios 663\$880, despezas de escriptorio 710\$290, diárias de viagem 762\$880 e com eventuaes 3:166\$310.

MOVIMENTO DOS TRENS

Houveram 865 trens do tráfego, isto é, 65 menos do que no anno anterior, a saber: 732 mixtos (passageiros e carga), 104 suburbanos, 16 especiaes de passageiros e 13 auxiliares de carga. Correram os mixtos entre Bahia e Alagoinhas, na razão de um por dia em cada sentido, partindo da Bahia nos dias uteis á 1h. da tarde para chegar ás 6h., e nos santisícos ás 8h., 10m. para chegar a 1h., 10m. da tarde. Os provenientes de Alagoinhas partem ás 6h. da manhan para chegar ás 11h. nos dias uteis, e ás 11h. para chegar ás 4h., 02m. nos santisícos. Esse horario, durante o inverno, soffre nos dias uteis uma demora nas partidas (de ambas as estações) de 15m. Os suburbanos correram entre Bahia e Mapelle, na razão de um por semana em cada sentido, sendo a partida da Capital nas quartas ás 4h., 30m., chegando ás 5h., 30m. da tarde. A volta tem lugar nas quintas ás 8h. da manhan e a chegada ás 9h.

Entre os trens especiaes ha 6 gratuitos, dous dos quacs á disposição do Exm. Presidente da Província, antecessor de V. Ex., quando foi visitar a villa de Alagoinhas, e 4 em serviço da Estrada, tendente á compra do trapiche—*Moreira-Rego*—, cuja desapropriação foi feita por arbitragem, segundo resava o contracto que usufruia o mesmo, e em virtude do qual tinha de facto o monopólio da recepção dos assucareos do reconcavo e dos municipios centraes. Houveram ainda 45 trens complementares de carga, dos quacs 37 pagos e 12 gratuitos.

Esses trens são os proprios de lastro assim considerados quando transportam carros ou wagões do tráfego, e no movimento respectivo se faz abstracção do percurso dos wagões de material ou lastro.

Os dados estatísticos mais notaveis, relativos ao movimento desses diversos trens são indicados nos quadros seguintes, sendo o primeiro concernente aos trens propriamente do tráfego e o segundo aos trens complementares.

Cumpre notar que as *demoras* do primeiro quadro só se referem aos trens mixtos e suburbanos.

T R E N S D O T R A F E G O

M E S S I G N A Ç Õ E S

	MINTOS	S U B U R B A N O S	E S P E C I A L E S	A U X I L I A R E S	T O T A L
I. Composição media (carros e wagens)	16,149	6,660	5,566	9,276	45,544
sendo carregados	12,677	4,338	4,048	4,833	42,136
vazios	3,472	2,325	1,618	4,443	3,408
II. Duração da marcha.	32'70 ¹ ,32 ²	15'4 ³ ,27 ⁴	61 ⁵ ,31 ⁶	50 ⁷ ,23 ⁸	340'3 ⁹ ,13 ¹⁰
sendo por trem	4,24,29 ¹	4,29,09 ²	3,50,44 ³	3,52,32 ⁴	4,02,43 ⁵
III. Demora na partida	8 ⁶	1h ⁷	1h ⁸	8 ⁹	1h ¹⁰ ,34 ¹¹
" " marcha	13 ¹² ,41 ¹³	1h ¹⁴	1h ¹⁵	16 ¹⁶ ,42 ¹⁷	
" finais					
IV. Percurso dos trens	90131 ¹⁸ ,160	34081 ¹⁹ ,290	16581 ²⁰ ,000	44'06 ²¹ ,340	96'20'7,710
por trens	423,130	39,560	103,625	96,180	41,442
por hora do marcha	27,962	22,640	26,953	22,018	27,882
Item das locomotivas	103'084,390	3667,170	184,1200	1298,410	410191,170
Item dos carros e wagens	143'651,510	23296,960	9228,960	10'301,370	4498338,800
V. Custo da tração	27'531 ²² ,920	285'5890	394'8900	297'5890	29'20'3'900
por trem	37'261 ²³	95480	24'6187	22'5915	33'6760
por carro ou wagon	25'320	15424	4'5435	2'676	2'5173
Por kilometro percorrido pelos trens	5'305	3'982	5'238	5'208	5'303
Por kilometro percorrido pelas locomotivas	5'246	5'218	5'218	5'229	5'214
Por kilometro percorrido por carros ou wagens	5'010	5'012	5'043	5'020	5'019
VI. Consumo de combustivel.	116'1,938 ²⁵	31'025 ²⁶	14'153 ²⁷	10'620	12'18'638 ²⁸
Por kilometro percorrido pelas locomotivas	114, ²⁹ ,230	8 ³⁰ ,706	7 ³¹ ,706	8 ³² ,170	114, ³³ ,060

DESIGNAÇÕES	TRENS COMPLEMENTARES		
	PAGOS	GRATUITOS	TOTAL
I. Número de trens	37	12	49
II. Composição media (carros e wagons)	3,871	7,678	4,592
sendo carregados	3,078	6,764	2,038
e vazios.	0,793	0,914	1,954
III. Percurso dos trens	2372,1m,950	554m,370	2927,1m,320
por trens	64,131	46,197	62,282
IV. Custo da tração.	3795420	1755820	5555240
por trem	105235	143652	115254
por carro ou wagon	25640	15908	25451
por kilom. percorrido pelos trens	\$160	\$317	\$188

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS, CARGAS E TELEGRAMMAS

Transportaram esses diversos trens o que consta do quadro seguinte, ao qual vem annexo o movimento do telegrapho. O mappa annexo ao presente Relatorio traz detalhadamente essas mesmas indicações com os termos medios por mez, por dia e por kilometro do comprimento da linha e a porcentagem.

Passageiros.	Primeira classe.....	4026 1/2	68765 1/2
	Segunda «	9952 1/2	
	Terceira «	54786 1/2	
Encommendas e excedentes pezo.....			72t.,152kgr.
	volume.....		133.m ³ ,6443
Mercadorias por	pezo..	Assucar	496t.,742kgr.
		Fumo	2722,282
		Mel e aguardente.	808,176
		Diversas.....	5232,445
	volume		10837m ³ ,444
			4

Animaes (por cabeca)	50016
Carros.....	4
Telegrammas	{ Despachos
N.º de	Palavras.....
	Expressos.....

Comparando-se este resultado com o do anno passado vê-se que houve:

1.—Em passagens diminuição de 803 %, diferença entre os parciaes de 100 %, na 2., 813 %, na 3. e o aumento de 263 %, na 1..

2.—Em encommendas e exceentes de bagagem houve aumento de 918kgr. e 4m³,694.

3.—Em mercadorias por pezo diminuição de 3417t.,551, diferença entre os parciaes de 3861t.,809 no assucar, 429t.,791 no mel e aguardente, 171t.,918 nas diversas e o aumento de 1045t.,967 no fumo.

Nas mercadorias por volume houve aumento de 289m³,267.

4.—Em animaes aumento de 5642 cabeças e em carros aumento de um.

5.—Em telegrammas aumento de 217 despachos, 5038 palavras e diminuição de 27 expressos.

A diferença sensivel que se nota na maior parte do movimento é devida á pequena safra havida nos engenhos, aggravada esta pelas continuadas chuvas do verão, que têm impedido o regular andamento das moagens. Apenas o fumo sobre-sahe, e é bem característico o respectivo resultado, devido á affluencia da pequena lavoura para semelhante genero de cultura, e á facilidade que offerce hoje o mercado de Alagoinhas para a vendagem do producto.

Os percursos dos passageiros foram os seguintes:

1.ª classe.....	176762km.,270	}
2.ª »	506651, 955	
3.ª »	2616275, 930	

Os percursos medios por viajantes foram:

1.ª classe.....	43km.,900	}
2.ª »	50, 907	
3.ª »	47, 754	

O percurso total das mercadorias foi:

Por pezo (tonelada).....	1382814km.,973
Por volume (metro cubico).....	500869, 194
Sendo medio por tonelada.....	100km., 732
E por metro cubico	46, 207.

RECEITA E DESPEZA

Da recapitulação dos balancetes mensaes resultou o annual seguinte:

Receita	373:875\$856
Despeza	408:409\$180
Deficit	34:533\$324

Distribuidas uma e outra como segue:

Receita	/ Passagens	107:450\$236	373:875\$856
	Encommendas &c.....	3:254\$400	
	Mercadorias	215:363\$960	
	Animaes e carros	39:272\$600	
	Telegrapho.....	2:467\$200	
	Receitas diversas.....	6:067\$460	
Despeza	Administração e despezas geraes.	48:324\$073	408:409\$181
	Trafego e telegrapho.....	63:517\$690	
	Tracção, officinas, material rodante	129:592\$098	
	Linha	166:975\$320	
	Deficit.....	34:533\$324	

Comparando-se este resultado com o do anno de 1875 vê-se que houve na receita diminuição de 31:058\$829 e na despeza aumento de 11:748\$550, havendo por conseguinte uma diferença algebrica de 42:807\$379 entre o saldo do anno passado e o deficit do anno considerado.

A diminuição na receita foi a diferença entre os augmentos de 1:981\$899 na 1.^a verba, 444\$260 na 2.^a, 335\$000 na 5.^a, 171\$520 na 6.^a e as diminuições de 32:337\$200 na 3.^a, 1:654\$308 na 4.^a.

O augmento na despeza foi a diferença entre os parciaes de 5:012\$340 na 1.^a, 3:305\$080 na 2.^a, 4:027\$860 na 3.^a e a diminuição de 596\$730 na 4.^a.

Os productos medios por passageiros foram:

Primeira classe.....	3\$048	1\$542
Segunda »	2\$784	
Terceira »	1\$206	

Os mesmos productos por kilometro foram:

Primeira classe.....	\$069	} \$032
Segunda «	\$055	
Terceira «	\$025	

Os productos medios por tonelada e metro cubico foram respectivamente de 142425 e 18600, sendo os mesmos por kilometro de \$143 e \$035.

A proporcionalidade da receita com a despesa e os termos medios foram os seguintes:

DESIGNAÇÕES	TERMOS MEDIOS			PORCENTAGEM
	MEZ	DIA	A	
Receita	31:156\$321	1:0215519	3:028\$394	100\$000
Despesa	34:034\$098	1:1155872	3:308\$144	109\$237
Deficit	2:877\$777	946354	279\$720	9\$237

A.—Kilometro do comprimento da linha.

No mappa anexo se acham os termos medios e porcentagens relativas ao detalhe da receita e despesa.

OCCURRENCIAS DIVERSAS

Não tendo havido, felizmente, incidente algum a lamentar-se durante o anno; as occurrencias mais notaveis limitam-se: ao falecimento do empregado da Tesouraria Geral, que servia nas sessões da Comissão liquidadora, na qualidade de Se-

cretario, sendo substituido pelo cidadão Ernesto Ermelino Ribeiro, e a compra do trapiche *Moreira-Rego*, de que acima tratei. Foi arbitro por parte da companhia o Director das Obras Publicas nessa Província o Dr. Jacome Martins Baggi e da Companhia o Commandador José Moreira de Carvalho Rego. O valor da avaliação e as despezas inherentes ao processo da mesma orçaram em 66.960\$000— e 1.027.550.

Deus guarde a V. Ex.— Ilm. Exm. Sr. Des. Henrique Pereira de Lucena, Presidente da Província.

O ENGENHEIRO FISCAL,

Dionisio Gonçalves Martins.

ESTRADA DE FERRO DA BAHIA AO RIO S. FRANCISCO

Movimento, receita e despesa no anno de 1876

MOVIMENTO E RECEITA

DESPEZA

ILLUMINAÇÃO PÚBLICA



Bahia 8 de Janeiro de 1877

Illm. e Exm. Sr.

Venho perante V. S., como preceitua o Regulamento das Obras Públicas, relatar as principaes occurrences, que deram-se na illuminação a gaz no correr do anno findo em Dezembro proximo passado.

ILLUMINAÇÃO PÚBLICA

A illuminação publica tem melhorado ultimamente, podendo-se dizer que no anno proximo passado ella funcionou bem, devido aos esforços do actual Superintendente o Sr. Géo B. Muriel, que occupa este cargo desde Março, quando a Diretoria em Londres resolveu reunil-o ao de Engenheiro, que elle ja exercia; não obstante encontraram-se 3,236 combustores apagados e 17,287 com luz inferior á estipulada no contracto.

O gazometro auxiliar da povoação da Barra funcionou perfeitamente durante o anno inteiro.

O numero de combustores da illuminação é hoje de 2:315.

A despesa feita com este ramo do serviço publico, calculada ao cambio do dia do pagamento, acha-se consignada no demonstrativo sob o n.º 1, com discriminação dos mezes.

ILLUMINAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS

Continuão a ser illuminados por meio de gaz os vinte estabelecimentos indicados no meu ultimo relatorio, e tambem a estação da guarda urbana em Itapagipe, que começou a funcionar em 6 de Setembro.

No Passeio Publico foram substituidos muitos lampeões, torneiras, pennas, e rebaixou-se o encanamento para obter-se uma distribuição mais vantajosa.

Tratando da illuminação deste estabelecimento, não posso deixar em silencio o acto de verdadeira philantropia praticado pelo digno Superintendente por occasião de um dos sublimes e edificantes espectaculos que esta cidade tem presenciado; refiro-me ao leilão de prendas promovido por uma commissão de seuhoras das mais distinatas de nossa sociedade, em favor do Asylo de Mendicidade.

Para este festim da caridade o Sr. Superintendente ofereceu a illuminação dos diversos arcos e pavilhões elegantemente ornamentados, onde a mão bemfazeja depositava modestamente o seu obolo para amparar o mendigo da miseria, evitando assim as scenas que outr'ora viam-se nas ruas desta cidade; mas que felizmente já se não presenciam, graças á digna e philantropica administração de S. Ex. o Sr. Conselheiro Silva Nunes; os pobres já têm um tecto onde abrigam-se.

A creaçao deste Asylo é uma gloria para S. Ex.

Na Casa Penitenciaria acham-se muito estragados os utensis da illuminação, carecendo de uma grande e prompta reforma, como teve logar no Passeio Publico, para o que solicito de V. S. a competente autorisação.

No Quartel da Palma, onde as escapas erão muito frequentes com a quebra de arandelas, pendentes etc., produzindo em uma noite um excesso de consumo de 3:500 pés cubicos, fizeram-se por ordem do Exm. Sr. General Comandante das armas as modificações indicadas por mim, isto é, a substituição dos pendentes por arandelas, que fossem collocadas em pontos somente accessiveis pelo encarregado com o auxilio de uma escada.

No Arsenal de Guerra continua em pessimo estado o encanamento, não obstan-

te as repetidas requisições que tenho feito—para concertos; lembro por isso como meio economico a conveniencia da substituição do meio de iluminação, em quanto não são elles feitos.

No Quartel de Polícia foram feitos alguns concertos, substituindo-se, por estragado, o contador.

No Hospital Militar a iluminação esteve interrompida desde a noite de 23 de Setembro até 1.^o de Dezembro por causa de certos trabalhos que se estavam executando nos forros.

Em 18 de Dezembro foi transferido o batalhão 14, que achava-se aquartelado na Palma, para a antiga enfermaria militar ao largo dos Aflietos, tendo-se mandado fazer os concertos e acrescimos necessarios.

Em alguns estabelecimentos o consumo podia ser muito inferior, se por parte dos encarregados houvesse mais zêlo; pois a iluminação por meio de gaz é de todas a mais assediada, prompta e mesmo economica, quando por parte dos encarregados existe toda cautela na maneira de abrir e fechar as torneiras, com um simples movimento das quaes aumenta-se muito o consumo.

Ihm. Sr , se os chefes dos estabelecimentos fizessem com que os encarregados, que não são empregados meus, cumprissem restrictamente as minhas instruções publicadas no *Jornal da Bahia* de 3 de Agosto, posso assegurar a V. S. que o consumo nelles diminuiria consideravelmente, pois não é a mini possivel exercer uma fiscalisação rigorosa em altas horas da noite, o que a elles seria muito simples, porque nos estabelecimentos existem sempre pessoas de sua confiança, o que não me acontece; não obstante por minha parte e dos meus ajudantes exerce-se a maior fiscalisação possivel, porquanto são elles obrigados a remetter-me mappas semanaes com o estado do consumo e todas as circumstancias extraordinarias, pelos quaes dou as providencias que o caso exige.

No entretanto devo dizer que algumas dos chefes dos estabelecimentos publicos prestam-me apoio, expedindo ordens afim de que minhas instruções sejam religiosamente observadas.

Os demonstrativos sob ns. 4 e 5 mostram a quantidade de gaz consumido, e sua importancia, na iluminação dos estabelecimentos publicos, em cada um dos mezes do anno p. passado.

ILLUMINAÇÃO DAS CASAS PARTICULARES

Actualmente existem 1:419 casas particulares e estabelecimentos publicos iluminados por meio do gaz; daquellas 418 não funcionam por varias causas.

São 31 as casas em que o gaz é fornecido pelo gazometro da Barra.

Desejando fazer cessar o grande clamor levantado pelo publico contra a Companhia, e considerando que pelas nossas leis municipaes os contadores, apparelhos destinados a medir o volume de gaz consumido, devem ser aferidos; consignei esta idéa em meus relatorios, que passou como um ponto na ampliação do espaço, até que S. Ex. o Sr. Conselheiro Silva Nunes, actual Presidente, abraçou-a e transformou-a em realidade, autorisando a V. S. a aquisição dos apparelhos necessarios, que V. S. mandou vir da Europa e estamos á espera.

Juntamente com elles deve de chegar um photometro destinado ás experiencias photometricas.

Com a montagem destes apparelhos em uma sala, torna-se precisa a nomeação de um homem para ajudar as operações na parte material, abrir e fechar a sala, limpar, zelar e guardar os apparelhos, sem o que ficarão elles no fim de algum tempo deteriorados, não produzindo o efecto a que são destinados, perdendo o Governo a somma gasta com sua aquisição; pois uma das principaes condições da economia é a conservação.

A imitação do Rio de Janeiro e sem o menor augmento de despeza, lembro a criação de uma repartição, que chamar-se-ha—Inspectoria da illuminação a gaz da Babia—, que deverá funcionar na sala em que estiverem montados os apparelhos, para a qual não será preciso augmento de pessoal, que constará do existente, sob uma certa organização, devendo ficar eu com a nomeação de Inspector geral e meus ajudantes de parciaes, servindo um de Inspector ajudante, que exercerá o cargo de secretario e archivista, e os outros de auxiliares.

Opino que os contadores, attenta a natureza de sua construcção e modo de funcionar, só devem ser aferidos uma vez, ficando comido o direito aos particulares e á Companhia de mandal-os aferir quando julgar necessário; pagando por isso a taxa estabelecida.

A Companhia, que é a possuidora dos contadores, deverá, antes de colloca-los em qualquer casa, mandal-os aferir, sujeitando-se á taxa estabelecida.

Os contadores aferidos levarão um sello, que constará da coroa brasileira com a seguinte inscrição em volta—Inspectoria da iluminação a gaz da Bahia.

A Inspectoria fornecerá a cada parte um certificado do resultado do exame e as instruções necessarias para a regularidade deste serviço.

COLLOCAÇÃO DE COMBUSTORES

No anno p. passado foram collocados sessenta combustores, distribuidos: um no beco Gaspar, outro na rua Ignacio Capio, e outro na travessa da Rua do Passo, os quaes começarão a funcionar em 1.^º de Fevereiro; seis no Porto da Lenha, em 8 de Abril; tres no caminho da Jaqucira, em 10 do mesmo; douis no beco do Custodio, em 11 do mesmo; tres na ladeira das Pedreiras, em 24 do mesmo; um no beco dos Pires, em 19 de Maio; tres na encosta da montanha, em 20 de Julho; trinta em Mont-serrat, dos quaes quinze em 12 de Agosto, oito em 5 de Setembro e sete em 17 de Outubro; cinco na rua do Carro, em 13 de Setembro; e quatro na travessa dos Tainheiros, em 1.^º de Outubro.

Considerando S. Ex. a luz como um dos auxiliares mais poderosos para a garantia individual, já impedindo a perpetração dos crimes, já dando á polícia o meio efficaz para punir-os, ou melhor, para perseguir os criminosos, não trepidou perante uma despeza de oito mil e seis centos réis por noite, calculado o cambio ao par, beneficiar o bairro do Tororó, na freguezia de Sant'Anna, mandando collocar quarenta e tres combustores, numero necessário para ser distribuído nas diversas ruas, guardando em conduto o intervallo de 27 metros, como dispõe o contracto em vigor.

A Presidencia desejando aformosear a praça de Palacio, determinou que sobre as pilastras construídas para o garnecimento da mesma fossem alternadamente assentadas dez columnas de gaz, para funcionar somente nas noites dos dias festivos; ficando duas em substituição a douis combustores.

As despezas com o encanamento e columnas correrão por conta do Governo.

Estando approvados o modelo dellas e seu preço, fez-se a encommenda para a Europa; e serão imediatamente collocadas, depois que chegarem.

Tendo por vezes solicitado providencias pela falta do cumprimento das ordens do Governo em relação á collocação de combustores autorizados, S. Ex. resolreu que as ordens não cumpridas no prazo de um anno fossem relaxadas, em vista do

que foi preciso renovação para os combustores das ruas do Carro e Mont-serrat; devendo confessar que o actual Superintendente mostra-se solícito no cumprimento destas ordens.

REMOÇÃO DE COMBUSTORES

Tornando-se necessária a remoção de alguns combustores nas ruas da Valla e Independencia, por causa do calcamento, foi ella effectuada.

Aproveitando a occasião, fiz colocar estes alternadamente de um e outro lado da rua, obtendo assim melhor distribuição de seus raios de luz.

Além destas remoções, que correrão por conta do Governo, fizeram-se: uma na rua das Laranjeiras, a pedido de R. Arianni, e outra na da Poeira, a pedido de A. Calmon du Pin e Almeida.

ENCAVAMENTOS

Effectuando-se movimento de terras na rua do Ferraro, ladeiras do Jacaré e Alvo, por causa do calcamento, tornou-se necessário o rebaixamento do encanamento de gaz na extensão de 54 metros nesta, de 90 metros naquella e de 150 metros naquella outra, que se estão efectuando.

Na Estrada Nova também foi preciso remover-se 120 metros do encanamento com quatro pennas de combustores.

Nas ruas das Mercês e Castanheda, e ladeira de S. Bento, em breve serão também rebaixadas partes dos encanamentos por causa do calcamento, para o que já existe a competente autorização.

Todas estas remoções correrão por conta do Governo, de conformidade com o regulamento em vigor.

Em Itapagipe, no logar denominado Papagaio, substituiu-se na extensão de 488 metros o encanamento de 1 a 2 pollegadas de diâmetro por outro de 3.

Na travessa das Quintas dos Lazaros fez-se a substituição do encanamento de

2 pollegadas de diametro por outro de 4, sendo a extensão substituida de 502 metros, resultando um augmento de um volume de gaz para alimentar os combustores.

As despezas feitas com estes trabalhos correrão por conta da Companhia.

No anno findo caualisaram-se as ruas de Mont-serrat, Porto da Lenha e Carro, ladeiras do Areal e Jaqueira, beco do Custodio, travessa do Porto dos Tainheiros e parte da rua da Montanha, empregando-se nesta encanamento externo encostado á muralha que sustenta as terras da montanha.

CARVÃO DISTILLADO

Continua-se a obter gaz de diversas especies de carvão de pedra inglez e turfa, distinguindo-se entre aquellas, o carvão denominado Boghead, e New-Boghead, riquissimos em principios hydro-carbonados.

Pelo demonstrativo annexo sob n. 2, conhece-se a quantidade de carvão distillado mensalmente.

GAZ PRODUZIDO

Os carvões ingleses empregados pela Companhia para distillação continuam a produzir o hydrogenio bicarbonado que, depois de passado por diversos processos, vai alfandegar-se nos gazometros e dahi é distribuido para o encanamento, alimentando assim os combustores das ruas e os bicos das casas particulares no maior estado de pureza; continuando a empregar-se nos purificadores a cal e o peroxido de ferro.

No demonstrativo sob n. 3, vê-se a distribuição do gaz em cada mez, com distinção do gaz consumido na iluminação publica e particular.

FABRICA DE GAZ

Continua a exercer a direcção technica de todos os trabalhos da fabrica o intelligente e laborioso engenheiro Muriél, ajudado pelo engenheiro I. Tysol.

Existem actualmente em serviço sete fornos com 48 retortas, prompts para funcionar mais 5 fornos com 35 retortas, e estão assentando-se 21 retortas em 3 abobadas.

O resfriador foi modificado, de sorte que o gaz esfria logo que sae do bico hidráulico e antes de entrar no respirador.

Está se construindo uma nova casa para reguladores de pressão, melhoramento importante quo tem de ser iniciado.

Serão collocados nesta casa tres reguladores de pressão, e far-se-ha a distribuição em tres partes.

O gaz é conduzido dos gazometros para ahí por dous tubos, que vão entroncar-se em um de 20 pollegadas de diâmetro.

O primeiro regulador fornecerá gaz por um tubo de 10 pollegadas de diâmetro para a parte da Cidade comprehendida entre a Fabrica e a Penha.

O segundo para toda a Cidade Baixa e parte da alta, sendo o diâmetro do tubo de 12 pollegadas.

O terceiro por um tubo da mesma dimensão do segundo para as Quintas, Fonte-Nova, estradas da Victoria e da Valla, e ruas contiguas, seguindo em direcção ao Campo Santo e á Graça.

Este terceiro fornecerá tambem gaz para o gazometro auxiliar da Barra.

O lavador foi substituido por outro do systema moderno, de força calculada para 220:000 pés cubicos de gaz diarios.

Este apparelho é um vaso cylindrico de 18 pés de altura e 12 de diâmetro, formado de chapas de ferro fundido.

O tubo de entrada tem 12 pollegadas de diâmetro e sua aberlura está a 8 pollegadas acima do fundo, ficando em communicação com o encanamento do respirador.

O de sahida é da mesma dimensão, collocado no centro do fundo do apparelho, sobe até a altura de 16 pés e communica-se com o encanamento dos purificadores.

O Vaso acha-se cheio de cok, que é sustentado por tres plataformas de grades de madeira, que estão assentadas nas alturas de 1 pé 6 pollegadas, 7 pés 6 pollegadas e 13 pés 6 pollegadas.

A agua, que é fornecida por uma bomba, que funciona pela machina a vapor, entra pelo centro da tampa do vaso por um tubo de 1 1/2 pollegada de diâmetro, distribue-se por oito ramaes furados com pequenos buracos e sae pelo fundo por um tubo de 4 pollegadas, accumulando-se em um reservatorio proximo.

O lavador contém tres valvulas: uma para entrada do gaz, outra para saída e uma terceira para a passagem.

O gaz que contém as impurezas amonio-acido hydrosulphurico e acido carbo-

nico entra pelo fundo do vaso e subindo encontra agua nos póros e intervallos do rok; chegando acima desce pelo tubo do centro.

A agua descendo ao mesmo tempo que o gaz sobe, toda pequena parte de gaz se junta com agua e esta tendo uma atracção chimica faz sair o gaz, deixando uma grande porção das impurezas unidas á agua.

CONCLUSÃO

Antes de concluir, cumpre-me dizer duas palavras sobre a linha ferrea urbana denominada — Vehiculos Economicos — da qual sou o Engenheiro Fiscal.

A linha ferrea denominada — Vehiculos Economicos — foi aberta ao transito publico em 12 de Maio de 1869, entre o Bomfim e o Caes Dourado, medindo em extensão 6 kilometros, 160 metros, sendo o sistema de seus trilhos muito simples e fracos; mas depois foi ella prolongada até Itapagipe, empregando-se trilhos mais fortes assentados sobre paellas de ferro, medindo este acrescimo 2 kilometros, 583 metros.

O motor empregado nas viagens do Bomfim para Itapagipe era a locomotiva; a Companhia encarando a questão pelo lado economico, o substituiu por animaes desde 1874; mas, havendo presentemente falta de animaes, a Gerencia pretende de novo empregar a locomotiva.

Attendendo a Companhia a conveniencia do publico, aumentou sua linha na extensão de 1 kilometro, 120 metros, fazendo estacionar os carros desfronte do Elevador em todas as viagens, excepto nas que têm logar das 10 ás 3 horas, em que estacionam no Caes Dourado, com o sim de evitar estorvos e mesmo perigo, que facilmente produzem-se nas estreitas ruas dos Caldeireiros e Julião, em que é grande o movimento de carroças.

Em Maio de 1873 inaugurou esta Empreza mais um novo melhoramento com a conclusão da linha dupla, desde o Bomfim ao Noviciado, na extensão de 3 kilometros, 380 metros; melhoramento este de grande importancia para facilidade das viagens.

Não satisfeita, a Empreza tratou de minorar aos passageiros as fastidiosas e massantes demoras, que davam-se no desvio do Pilar; recorrendo á solução do maravilhoso problema da applicação da electricidade a telegraphia, estabeleceu uma estação telegraphica em S. Francisco de Paula, a qual em Outubro passado foi supprimida pelo actual Gereente.

As viagens fazem-se regularmente de 20 em 20 minutos, o que satisfaz plenamente o movimento da linha.

O material fixo acha-se estragado em muitas partes, estando a Companhia em constantes concertos; o que dá-se também em larga escala com o material rodante.

O Sr. Coronel Nicolão Carneiro da Rocha solicitou da assembléa geral dos accionistas, em sessão de 11 de Agosto, sua demissão do cargo de Director, a qual foi-lhe concedida, sendo eleito por maioria de votos para o substituir o Sr. Major Joaquim Pereira de Carvalho, que entrou na posse d'esse logar em 1.^º de Setembro.

Nada posso dizer acerca do movimento da linha, uma das questões mais importantes de uma cimpresa de transportes urbanos, nem ser mais explícito em outras questões, porque o actual Gerente, unico capaz de fornecer-me os verdadeiros dados, está em constantes promessas, há muitos dias, sem que cumpra-as, não obstante ter-lhe eu feito sciente, de que devia antes do dia 10 do corrente apresentar a V. S. este trabalho.

São estes os esclarecimentos, que tenho a honra de ministrar a V. S., sentindo profundamente que, por falta de recursos intellectuaes, não atinjam elles a méta dos meus designios.

Deus Guarde a V. S.—Ihm. Sr. Dr. Jacome Martins Baggi, muito digno Director das Obras Públicas.

Alexandre Freire Maia Bittencourt

ENGENHEIRO FISCAL DA ILLUMINAÇÃO.

DEMONSTRATIVO da despesa da iluminação pública durante o anno de 1876

MESES	NUMERO DE CONDUTORES	CAMBIO	IMPORTANCIA PARA SEGUNDO O CAMBIO
Janeiro	67.993	25 3/4	14:250.5769
Fevereiro	63.452	25 3/4	13:304.5291
Março	68.055	25 7/8	14:200.5452
AbriL	66.408	25 7/8	13:856.5787
Maio	68.855	25 3/4	14:437.5088
Junho	66.680	25 1/4	14:258.5569
Julho	68.324	24 5/8	14:980.5556
Agosto	68.995	24 5/8	15:127.6677
Setembro	67.500	24 1/4	15:029.5190
Outubro	70.226	25 3/4	16:724.5530
Novembro	68.084	25	14:704.5305
Dezembro	70.263	24 7/8	15:250.5785
			174:130.5949

Bahia 8 de Janeiro de 1877.—(Assinado) — Alexandre Freire Maia Bittencourt, Engenheiro Fiscal da Iluminação.

DEMONSTRATIVO da quantidade de carvão de pedra distillado durante o ano de 1876.

MESES	CARVÃO ORDINÁRIO	CARVÃO LIGUOSO	TURFA	TOTAL
Janeiro . . .	355.10	38.	51.3	494.43
Fevereiro . . .	321.49	40.8	74.41	436.48
Março . . .	381.9	90.40	29.0	500.42
Abri . . .	387.46	68.18	66.46	523.40
Maio . . .	471.46	111.42	- - - - -	583.6
Junho . . .	451.7	82.10	43.	576.47
Julho . . .	444.10	148.46	- - - - -	593.43
Agosto. . .	449.10	140.10	- - - - -	590.
Setembro. . .	423.10	135.	- - - - -	558.40
Outubro . . .	430.	66.6	66.49	583.5
Novembro. . .	461.5	60.44	44.4	546.
Dezembro. . .	428.7	71.43	43.0	543.
	5.036.19	1.074.17	418.40	6.530.6

Bahia 8 de Janeiro de 1877.—(Assinado)—Alexandre Freire Maia Billencourt, Engenheiro Fiscal da Iluminação.

DEMONSTRATIVO de gaz produzido e consumido durante o anno de 1876

Meses	GAZ PRODUZIDO	GAZ CONSUMIDO NOS LAMPÉGOS DAS RUAS	GAZ CONSUMIDO SEM REGISTRO	GAZ CONSUMIDO COM REGISTRO	TOTAL
Janeiro .	4.623.000	2.461.700	3.000	1.098.800	3.563.500
Fevereiro .	4.550.000	2.288.000	4.600	991.900	3.284.500
Marco .	5.137.000	2.484.300	7.200	1.270.300	3.761.800
AbriL .	5.149.000	2.543.600	3.800	1.252.200	3.799.000
Maio .	5.705.000	2.678.000	.500	1.438.500	4.117.000
Junho .	5.680.000	2.587.800	2.300	1.462.500	4.032.600
Julho .	5.816.000	2.694.800	83.800	1.418.800	4.197.400
Agosto .	5.804.000	2.689.000	23.000	1.401.000	4.143.000
Setembro .	5.499.000	2.563.700	3.400	1.324.900	3.872.000
Outubro .	5.400.000	2.640.400	6.200	1.288.700	3.935.300
Novembro .	5.098.000	2.521.000	.700	1.371.400	3.692.800
Dezembro .	5.148.000	2.645.900	42.900	1.427.400	3.686.900
	63.609.000	30.678.200	151.400	15.276.400	46.103.700

Bahia 8 de Janeiro de 1877.—(Assinado) — Alexandre Freire Maia Bitencourt, Engenheiro Fiscal da Iluminação.

ONSTRATIVO do consumo de gaz na iluminação dos estabelecimentos públicos desta capital e da respectiva importancia durante o primeiro semestre de Janeiro a Junho de 1876

ANEXO à demonstração do consumo de gás nos estabelecimentos públicos e sua respectiva importância durante o segundo semestre de Julho a Dezembro de 1876

COLLEGIO DOS ORPHAOS DE S. JOAQUIM



Collegio dos Orphãos de S. Joaquim, 27 de Fevereiro de 1877

Illm. e Exm. Sr.

Cumprindo a determinação de V. Ex. de 30 de Outubro do anno passado, apresento o relatorio que passo a fazer do estado d'este Estabelecimento de Caridade, que me está confiado e à Mesa, que o administra, explicando o que ha n'elle de patrimonio, renda, despeza e outras circunstancias de que me pareceu conveniente fallar.

O patrimonio do Estabelecimento importa em 350:600\$000, que produz a renda de 24:707\$000, constante do demonstrativo n. 1, a qual foi elevada a 38:133\$235 por serem enditados nella os 370\$796 e os 5:700\$000 de donativos e esmolas, e os legados recebidos, inscriptos no demonstrativo n. 2, e tambem por se ter no decurso do anno administrativo que corre de Agosto a Agosto recebido mais 1:000\$000 da subvenção provincial que no anno anterior se não tinha recebido, e 1:000\$000 do producto de uma loteria.

Com esta receita se fez a despeza do demonstrativo n. 3 na importancia de 34:143\$544, incluindo o pagamento que se fez ao Thesoureiro do saldo a seu favor de 1:228\$358, devendo-se-lhe ainda o saldo de 1:010\$039, diferença entre aquella somma da receita e da despeza.

Deve-se observar que os legados recebidos na importancia de 5:700\$000, foram: 500\$000 deixados pelo Dr. Salustiano Ferreira Fróes, 4:000\$000 por D.

Gracinda Leocadia Monteiro de Freitas, 1:000\$000 por José Antônio de Freitas e 200\$000 por D. Maria Luiza Mattos Argollo Queiroz; não podendo ser aplicado o producto respectivo para augmento do capital por não ser a renda ainda bastante para acudir as despezas.

Não se pôde receber no anno findo, nem ainda até hoje, os legados de 8:000\$000 deixados pelo negociante Commendador José Pinto Rodrigues da Costa, de 2:000\$000 por Joaquim José de Souza Guimarães e de 800\$000 por José de Souza Rocha, os quaes, se as circunstâncias não variarem, a Mesa espere aplicar ao augmento do patrimonio.

O Estabelecimento tem sempre sustentado o numero de cem meninos, dando-lhes a educação conveniente, de acordo com os seus estatutos.

A educação consiste nas primeiras letras, na musica e nos officios de sapateiro e alfaiate; fazendo-se da musica uma distracção, e dando-se-lhes assim uma profissão para o futuro, e tirando-se d'ella e dos officios uma economia para a casa. Com estes officios e arte, mais ou menos adiantados sahem alguns orphãos do Estabelecimento, á proporção que os pedem os parentes para suas companhias, ou os particulares para lhes darem applicação em lojas e officios, e outros misteres, o que se faz não só para preencher o fim da instituição, como para se poder estender a caridade a outros, que procuram os soccorros que a casa lhes pôde ministrar.

A alguns que se tem achado com habilidade e propensão para as leitras se tem estendido a educação ao estudo do latim e francez, leccionado pelo actual Reitor Padre Urbano Cecilio Martins, distinguindo-se nisto o menino Glicerio Lino de Sant'Anna, que já passou na Faculdade de Medicina os exames dessas línguas e de Grammatica Philosophica, cumprindo observar que este menino tem estudado no Atheneu, collegio particular do Padre José Alves Martins do Loreto, que gratuitamente se quiz delle encarregar, no que assentiu a Mesa pela conveniencia do orphão, por não ter na casa escholas formadas para mais largo ensino, e por ser proximo á mesma casa o referido Atheneu, para onde vai e volta diariamente o menino.

Como V. Ex. ha de ler occasião de ver, a casa pôde accommodar maior numero de meninos, sendo pesaroso que não se possa elevar-o pela deficiencia de recursos, pois a economia compativel com o bom tratamento dos meninos não permite sinão o que se tem feito.

O quadro n. 4 demonstra quantos e quaes são os empregados do Estabelecimento, com o ordenado que vencem: todos são obrigados a residir dentro do mesmo Estabelecimento, menos o Escripturário e Cobrador.

Pelos Estatutos a que me referi V. Ex. é o primeiro Protector de sta Casa Pia, por delegação de S. M. o Imperador, e de certo desempenhará com extrema boa vontade esta honrosa incumbencia que lhe é dada.

Os Orphãos carecem de tudo, pois são pobres, e o Estabelecimento muito mais carece ainda, porque, principiado pela perseverança de um particular, que para os orphãos esmoleou com a bolsa, ainda conta com estreitados recursos.

E então rogo a V. Ex. queira principiar o seu piedoso patrocínio sustentando a subvenção que a Assembléa Provincial deu ultimamente para esta casa, e obtendo-lhe loterias, que de preferencia sejam extrahidas.

Deus guarde á V. Ex.—Irm. Exm. Sr. Des. Presidente da Província.

José Augusto de Figueiredo,

PROVEDOR.

QUADRO demonstrativo do patrimonio do Colégio dos Orfãos de S. Joaquim no orçamento do seu rendimento anual:

PROPRIEDADES

- 25 propriedades de casas em diversas ruas desta cidade, alugadas a diversos inquilinos e seguras contra o fogo, todas no valor de.....	265:800\$000
- e que rendem annualmente.....	16:080\$000

APOLICES E TITULOS DE CREDITO

- 80 apolices da dívida publica de 5 e 6 %, no valor nominal de	66:400\$000
23 acções da Caixa Filial, no valor de....	4:600\$000
89 dílas do Banco da Bahia, no valor de...	13:800\$000
- O uso fructo do capital de 6:000\$000 da extinta Sociedade de Beneficencia depositado na Caixa Económica, dando todos estes capitais um rendimento de.	5:627\$000,
- A Subvenção Provincial de.....	3:000\$000.
Rs. 350:600\$000	24:707\$000.

QUADRO demonstrativo da receita e despesa do Collégio dos Orphelos de S. Joaquim no anno administrativo findo em 31 de Agosto de 1876

RECEITA

Balanço do anno passado.....	3543117
Alugueis de propriedades.....	16.0803527
Juros de apólices da dívida publica.....	3.5153000
Dividendos de Estabelecimentos Bancarios.....	2.1123795
Subvenção da Assembléa Provincial.....	4.0003000
Produto da 7.ª loteria.....	1.0003000
Rendimento da horla.....	313260
Dónalivos e esmolas.....	3893536
Legados.....	5.7003000
	<hr/>
	Rs. 33.1333235
Saldo a favor do Thesoureiro.....	1.0103309
	<hr/>
	Rs. 34.1433544
	<hr/>

DESPEZA

Despezas da Capella do Estabelecimento.....	6813680
Concerto e guisamento da Capella de S. José	4543000
Vestíario dos meninos	1.2793443
Lavagem de roupa.....	1.0313260
Comestíveis	13.1463490
Ordenados e salários	8.2853596
Obras no Estabelecimento.....	3.3403121
Fóros, Seguro e concertos de propriedades	1.1913200
Gaz e agua do Queimado	9543900
Utensílios para a aula.....	1973560
Officina de sapateiro.....	2873760
Despezas diversas.....	2.0653176
Saldo pago ao Thesoureiro Vianna.....	1.2283358
	<hr/>
	Rs. 34.1433544
	<hr/>

QUADRO demonstrativo do movimento de Orphões do Collégio de S. Joaquim no anno administrativo findo em 31 de Agosto de 1876

ENTRADA

1875—Setembro:	Existencia com que começou o anno.....	100
Outubro:	Entrados neste mez.....	1
Novembro	» »	3
1876—Fevereiro	» »	4
Abril	» »	2
Maio	» »	1
Julho	» »	4
Agosto	» »	1 16
		<hr/> 116 <hr/>

SAIIDA

1875—Outubro:	Sahidos neste mez.....	1
Novembro	» »	2
1876—Fevereiro	» »	5
Abril	» »	2
Maio	» »	1
Julho	» »	4
Agosto	» »	2
		<hr/> 17
• Fallecido no mez de Julho	1	18
Existencia actual.....		<hr/> 98 <hr/>

QUADRO dos Empregados do Collégio dos Orphãos de S. Joaquim e seus respectivos vencimentos

INTERNOS

1 Reitor.....	1.200\$000
1 Vice-Reitor e Professor.....	900\$000
1 Censor.....	480\$000
1 Económico.....	400\$000
1 Roupeiro alfaiate.....	360\$000
1 Sapateiro encarregado do calçado.....	300\$000
1 Porteiro	180\$000

EXTERNOS

1 Medico.....	400\$000
1 Cobrador.....	900\$000
1 Professor de musica.....	540\$000
1 Escripturario.....	1.000\$000

SERVENTES

1 Cosinheiro.....	360\$000
1 Copeiro	300\$000
5 Serventes a 240\$000	1.200\$000
	<hr/>

Rs. 8.540\$000

Henrique Teixeira da Silveira

Confirma

José José da Fonseca

Secretário de Estado